

PLANO DIRETOR AMBIENTAL DE PORTO FELIZ

Levantamento histórico e elaboração de diretrizes para preservação e valorização do patrimônio cultural e paisagístico do Município de Porto Feliz



Agosto de 2008

PLANO DIRETOR AMBIENTAL DE PORTO FELIZ

Levantamento histórico e elaboração de diretrizes para preservação e valorização do patrimônio cultural e paisagístico do Município de Porto Feliz

Equipe Técnica :

- Arquiteta Profa. Dra. Maria Cristina Wolff de Carvalho – Coordenação de pesquisa.
- Historiador Msc. Valderéz A. da Silva – Pesquisa histórica.
- Socióloga Juliana Moura Gutierrez – Pesquisa histórica do patrimônio imaterial.
- Arquiteto Prof. Msc. Fábio de Almeida – Pesquisa de bens patrimoniais imóveis.

Agosto de 2008

Marcos Carrilho Arquitetos, São Paulo, agosto de 2008.

Trabalho realizado por encomenda para o SAU - Sandler Arquitetura e Urbanismo para compor o PDA - Plano Diretor Ambiental de Porto Feliz.

Palavras - chave: Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Feliz
Levantamento Histórico de Porto Feliz - Cultura material e imaterial de Porto Feliz.

Capa: Detalhe da “*Planta da Freguesia de Araritaguaba, 1769. Mapas de navegação dos Rios (Juzarte). Localização do porto às margens do Tietê*”. Acervo da Biblioteca Nacional.

Agradecimentos

Ao CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo, pela cortesia no atendimento e pelo livre acesso à biblioteca, à hemeroteca e, em especial, à consulta e utilização dos trabalhos "Arquitetura do Açúcar", coordenado por Julio Katinsky e "Levantamento do Patrimônio Arquitetônico de Porto Feliz", coordenado por Gustavo Neves da Rocha.

Ao IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo acesso aos processos arquivados na 9ª Diretoria Regional, relativos ao Município de Porto Feliz.

Sumário

1 – Introdução	6
2 – Metodologia	8
3 – Levantamentos	9
3.1 - História e geografia de Porto Feliz	9
3.2 - Cartografia histórica	27
3.3 - Iconografia histórica	35
3.4 - Patrimônio cultural	51
3.4.1 - Identificação e arrolamento de estudos e levantamentos do patrimônio arquitetônico	51
3.4.2 - Listagem de bens tombados móveis e imóveis	58
3.4.3 - Identificação e arrolamento de bens culturais imateriais	62
4- Diagnóstico	102
4.1 - Paisagem urbana e suas características	103
4.2 - A Paisagem cultural rural	128
5- Diretrizes	132
5.1- Pressupostos	132
5.2 - Introdução	134
5.3 - Ações	135
5.4 - Algumas sugestões de Projetos e Temas da Cultura de Porto Feliz	139
5.5 - Legislação	141
5.6 - Mapa Paisagens Culturais de Porto Feliz	143
5.7 - Anexos	144
Referências bibliográficas	152

1- INTRODUÇÃO

A preservação e valorização do patrimônio cultural e ambiental do Município de Porto Feliz, respeitando sua história e planejando seu desenvolvimento futuro, deve ter como premissa a compreensão dos fenômenos de sua formação e transformação. Para isso, é preciso assumir uma abordagem multidimensional, articulada como um conjunto de ideais de interesses necessariamente coletivos.

Neste contexto, é fundamental que a “paisagem ambiental” seja abordada num sentido amplo, de modo associado às suas múltiplas dimensões inerentes, por intermédio de manifestações artísticas, sociais e econômicas. Deste modo, o respeito ao legado histórico e a consideração à mutabilidade intrínseca da dinâmica social do espaço se faz necessário.

Em perspectiva multidimensional, Ulpiano Bezerra de Menezes¹ aponta para que se tome a problemática da preservação do patrimônio cultural em seu nervo próprio: o de fato social. E, para que a cidade possa ser vivida e entendida como bem cultural é preciso qualificá-la por meio do exame das dimensões nas quais toda cidade se realiza, que estão intimamente imbricadas e que agem solidariamente. São elas as dimensões do artefato, a do campo de forças derivado de interesse de natureza territorial econômica, política, social e cultural, e a das significações e representações sociais.

Esta abordagem tem foco em diferentes aspectos de uma realidade que, complexa e dinâmica, não prescinde da observação de sua natureza, estrutura, funcionamento e transformação. A dimensão do artefato é de natureza física socialmente apropriada, imposto segundo padrões sociais, uma forma ou função ou sentido, decorrente dos padrões locacionais, das configurações topográficas, dos elementos de organização espacial, traçados urbanos, das formas arquitetônicas, das estruturas e equipamentos².

A segunda dimensão considera que o artefato não é produzido numa atmosfera abstrata e sim das relações entre os homens que instituem e organizam o espaço.

¹ MENEZES, Ulpiano B. a cidade como bem cultural - Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. IN: MORI, Victor Hugo et al. (org). Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2006. p 36.

² Id.Ibid, p.36.

Portanto, é oriundo de um campo de forças derivado de tensões, conflitos de interesses em constante confronto.

Enfatiza Ulpiano que somente o artefato e a interpretação dos padrões que o caracterizam é que nos levam aos padrões de comportamento a ele relativo. Ou seja, deve-se ressaltar o interesse das relações que mantêm o artefato com todas as evidências a ele associado, estabelecendo seu significado dentro de um contexto completo, no qual leva-se também em consideração os dados caracterizadores do meio ambiente, estabelecendo, portanto, a inter-relação artefato e “ecofato”.³

A terceira dimensão considera que as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também acabam lhe dando sentido e inteligibilidade, fazendo com que a cidade seja também representação, imagem⁴.

Burle Marx, referindo-se às dimensões e mutabilidade da paisagem, afirma que uma vez que a paisagem é formada não apenas pela base física, mas pelo conjunto de seres vivos que a habitam, ela não é somente estática. Seu argumento é que todos os elementos que a constituem são passíveis de transformações próprias e, assim, o território é formado por inúmeras paisagens parcialmente sobrepostas, aos quais são atribuídos significados estéticos, culturais, científicos ou sociais⁵.

Considerando-se estas condicionantes de entendimento multidimensional, adotaram-se estratégias para a construção de levantamentos para análises que contemplassem os aspectos de formação e transformação ambiental do Município de Porto Feliz, identificando-se as dimensões e seus reflexos na materialidade (paisagem urbana e arquitetura), na paisagem natural, nas configurações culturais, sociais e de representação imaterial.

Surpreendentemente os levantamentos e pesquisas realizados nos fizeram deparar com uma extensa e rica fonte de dados, ainda que esparsa e fragmentada, dos mais diversos gêneros: históricos, geográficos, iconográficos. Mesmo que esses dados tenham sido oriundos de fontes secundárias, em alguns casos, foram de grande valia para a construção do presente levantamento, tendo em vista a relevância das publicações e autores consultados.

³ Id. Natureza da arqueologia e do documento arqueológico. Problemas da arqueologia Brasileira. Notas Aula (São Paulo, sd.). IN: MARTINS, Neide Marcondes. O Partido arquitetônico rural de. Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

⁴ Menezes, op. cit. Pág. 36.

⁵ BURLE MARX, Recursos paisagísticos do Brasil. São Paulo, 1975. IN: MARTINS, Neide Marcondes. O Partido arquitetônico rural de. Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

2 - METODOLOGIA

O primeiro aspecto considerado nos levantamentos refere-se à história e geografia de Porto Feliz: O Município e sua região são contextualizados sob o ponto de vista geopolítico nos períodos colonial, imperial e republicano. É traçado um panorama do desenvolvimento econômico e social da região a partir do século XVII até o presente, de modo a abranger a formação do povoado, as monções, as economias agrícola e pecuária e a industrialização.

Para tanto, os estudos demandaram o levantamento minucioso da bibliografia básica e fundamental, além do levantamento da cartografia e iconografia histórica, pois estes seriam elementos fundamentais para interpretação e análises subsequentes.

Com base em estudos cartográficos recentes, foram analisadas as questões atuais do território, recorrendo-se aos mapas sínteses em desenvolvimento que apresentam a configuração do município, nos aspectos de topografia, clinografia, geomorfopedologia, legislação ambiental, uso do solo e hipsometria.

Complementando a fase de levantamentos e análises, foram feitas pesquisas referentes ao patrimônio cultural, por meio da identificação e arrolamento de estudos e levantamentos existentes, da averiguação das listagens de bens tombados móveis e imóveis nos planos federal, estadual e municipal, da consulta aos órgãos preservacionistas e das pesquisas de campo.

Também foram identificados aqueles bens imateriais que, oriundos da produção de Porto Feliz, auxiliam a compreender e contextualizar a cultura regional, uma vez que o imaginário local é percorrido, as festas populares e religiosas, a culinária, o artesanato, a literatura, os relatos, o cinema e a fotografia, a música, a pintura e a escultura são prescutados.

3- LEVANTAMENTOS

3.1 - História e geografia de Porto Feliz

Autoria: Valderez A. da Silva

Antiguidade e origens de Ararituaba

A origem da atual Porto Feliz confunde-se, de certo modo, com a do Ararituaba, o porto em si, marco de inúmeras investidas território adentro, desde tempos remotos da era colonial. O local do Ararituaba, por sua vez, teria sido em princípio aldeia da nação indígena guaianá, arribada nas cercanias do paredão salitroso que lhe dá nome: pedra que as araras comem, ou pedra onde as araras vão comer, na língua gentílica. Certa também é a antiguidade do porto, que não passa de remanso do Tietê, ou do Anhembi, como era o rio conhecido nos primeiros séculos, e segundo a anotação de viajante de 1730, especialmente abaixo do Salto de Itu, ficando o nome Tietê reservado à porção acima da grande cachoeira. Ali, no Ararituaba, por estar o rio já mais apropriado à navegação, e por mercê das florestas de árvores corpulentas das margens, desenvolveu-se a construção artesanal de canoas e batelões em toras formidáveis, das quais dão conta diversos viajantes em suas crônicas, por vezes até exacerbando dimensões e capacidade de carga. E desenvolveu-se aquilo que já foi referido como um certo espírito talássico, uma existência voltada ao porto e ao rio, numa remota freguesia fincada no limite último da civilização, capitalizando homens, víveres e técnicas para erigir-se em trampolim para o remoto de Cuiabá, caminho regular e habitual por mais de meio século.

Assim, entenda-se que a utilização daquelas paragens como porto para o sertão precede em muito a estabilização do povoado e sua elevação a freguesia. Esta, a freguesia de Ararituaba, tomou corpo com a ereção da capela de Nossa Senhora da Penha de Ararituaba, por obra de Antônio Cardoso Pimentel, no ano de 1721⁶. E se tornou a Vila de Porto Feliz de Nossa Senhora Mãe dos Homens, por

⁶ A crônica histórica chegou a atribuir a fundação de Ararituaba não apenas ao parnaibano Antônio Cardoso Pimentel, mas também a Antônio Aranha Sardinha, provavelmente natural de Itu. Este, porém, somente obteve a sesmaria de Ararituaba em 05 de fevereiro de 1728, tendo se transferido, já casado, para aquelas terras quatro anos antes, em 1724. Abriu roças e foi seu povoador, mas não foi partícipe da construção da capela original, conforme apontamentos do historiador ituano Francisco

portaria do capitão-general de São Paulo, Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, datada de 13 de outubro de 1797.

Mas é preciso que se diga que o movimento das monções – típico do século XVIII - somente firmou-se numa época em que o Tietê, o velho rio dos paulistas, já era bastante conhecido e navegado havia bem mais de um século. Rio encachoeirado em sua porção inicial, oferecia empecilhos à navegação até o Ytu Guaçu ou Utu Guaçu, o Salto de Itu. Mesmo assim, era antigo referencial para os piratininganos, desde Martim Afonso de Souza, que se impressionara com o “rio grande, que enveredava pelo continente”. E o padre Manuel da Nóbrega recomendara aos colonos que abandonassem Santo André da Borda do Campo e sua penúria de alimento, fixando-se todos às margens do “rio de Piratininga”, onde teriam tudo e sossegariam. Apontado como seta inequívoca para o sertão, oferecendo as margens como carreador seguro entre serranias, o Tietê, mesmo que palmilhado a pé, pelas margens, fez-se estrada para o sertão, desde muito cedo. Nas suas proximidades ou, mais provavelmente, às suas margens, já se havia erguido a quase mítica aldeia de Maniçoba, dos padres jesuítas, no remoto 1553, arrasada pouco depois. Em 1602, próximo ao Ytu Guaçu, Nicolau Barreto reunia numerosa bugrada cativa, destinada a abastecer as aldeias e fazendas dos arredores de Piratininga e Parnaíba. E isto deixando-se de lado as referências a navegações ou explorações bem mais antigas, porém questionadas e refutadas pela maioria dos historiadores: as dos espanhóis José Sedeño e Martinez de Irala, que teriam navegado pelo Tietê com seus soldados, respectivamente em 1526 e 1558⁷.

Fica aceita, portanto, como a primeira navegação de todo o percurso do Tietê, e documentada, a viagem do capitão-general do Paraguai Dom Céspedes Xeria, em 1628, cujo mapa, na verdade um rascunho ou borrão de pouquíssima precisão, indica como local de embarque o porto de Nuestra Señora de Atocha. Desse local, que presumem alguns fosse o Ararituaguaba ou Porto Feliz, desceu o mandatário espanhol até a Cidade Real de Guairá, valendo-se da vigência da União Ibérica, o que facilitou-lhe o trânsito por vilas portuguesas. O fato de castelhanos subirem o rio era comum, como o era o de paulistas descerem-no ou se pautarem por suas

Nardy Filho, em artigo para o jornal *O Estado de São Paulo*, edição de 27 de janeiro de 1950, página 6.

⁷ A despeito dos detalhes acerca de número de homens embarcados, acidentes geográficos e outras observações, ambos os relatos parecem ter sido criados pelos espanhóis na tentativa de fortalecer suas posições nas negociações diplomáticas de fronteiras, com a Coroa de Portugal, a partir de meados do século XVIII.

margens, tendo se valido desse caminho Antonio Raposo Tavares, Antonio Pires de Campos, Manuel e Campos Bicudo, Pedro Leme da Silva, *el Tuerto*, Pascoal Moreira e outros.

Assim, consideradas todas as passagens de expedições as mais diversas, sejam espanholas, portuguesas, de preação de índios, de reconhecimento, com interesse de catequese ou de prospecção de riquezas, resta demonstrada a origem remota e nebulosa do Ararituaba. Origem precária, como marcados por uma geral precariedade foram os primeiros tempos da colonização portuguesa quando se fala de deixar a faixa litorânea. Não tendo havido, em verdade, ações continuadas que se destinassem a firmar um processo de colonização no interior, o que se via eram investidas desarticuladas com interesses específicos e de rápida saciedade, ou de rápido fracasso, como a sondagem de determinada área, a busca de metais, o cerco a uma nação gentia. A ribeira de Ararituaba, qualquer que tenha sido o momento inicial de sua utilização, há de ter-se afigurado, desde aquele início, não tanto como um porto, no sentido mais fecundo que essa instalação pode assumir, estimulando e dinamizando a civilização de uma província. Há de ter surgido puramente como um trampolim providencial, uma catapulta de homens sem compromisso com uma ordem colonizadora estável e planejada.

Monções, um fenômeno peculiar

As monções podem ser vistas como integrantes de um divisor de águas na história paulista. Pertencem ao século dito do ouro, mas o fazem de modo diferenciado daquela corrida ao sertão de Goitacazes, as Minas Gerais del Rei. Antes dos achados de fins do século XVII, era São Paulo uma província agrícola, um celeiro considerável, estribado nas propriedades rurais circundantes à própria vila de Piratininga, às aldeias jesuíticas ali instaladas, a Parnaíba, Mogi, Itu. Ao contrário do que se entendia na historiografia, até algumas décadas atrás, tem se demonstrado mais recentemente que a parte maior das cabeças de índios cativos era destinada às próprias lavouras dos paulistas, e não ao abastecimento de outros pontos da colônia. E que a tão falada pobreza dos paulistas foi também exagerada, sendo que a moderação – ou mesmo rudeza – de certos hábitos não implicavam

necessariamente a miséria alardeada⁸. A descoberta do ouro, porém, teve o condão de acarretar a decadência da lavoura em São Paulo, pelo afastamento de homens, incluídos os poucos escravos africanos – *tapanhunos*, na designação indígena -, pela elevação do preço desses cativos e pelo esforço que passará a ser canalizado ao abastecimento da região das minas. Esse abastecimento, porém, estimulará os paulistas a providenciarem, ao invés dos produtos de sua lavoura tradicional, outros itens cujo preço nos pontos de venda compensassem as agruras do transporte: muares, aguardente, escravos, por exemplo. Jazeu a província, incluído o Vale do Médio Tietê, num período de provisório impasse, de imprecisão, ditada pela tirania dos interesses do ouro, ao norte. Ouro que acabará por gerar o conflito emboaba, que escorrerá das mãos paulistas e que, escoando-se da província de origem, sequer baterá em terras de Piratininga, vertendo mais para o Rio de Janeiro. Ouro que – pode-se dizer – muito mais exigiu do que rendeu.

Diferente situação se dará com o ouro cuiabano. Território já reconhecido em 1672 por Antonio Pires de Campos, teria reveladas suas jazidas a partir de 1718, com Pascoal Moreira Cabral e, pouco depois, em 1722, com Miguel Sutil. O arraial do Bom Jesus do Cuiabá já em 1726 receberia a enorme comitiva do capitão-general Dom Rodrigo César de Menezes, que erigiria a vila, e Mato Grosso estaria convertida em capitania independente em 1748, por obra de Dom Antonio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, o primeiro governador. Lá estaria, nos anos pioneiros, a mesma fome pelos caminhos, que se verificara em Minas Gerais. Estariam lá as mortes, as doenças malignas, as maleitas, as pragas no milharal, as multidões de ratos, a carestia de gêneros, o abuso de se cobrar meia libra de ouro por um frasco mínimo de sal, os gafanhotos e toda sorte de mazelas derivadas da febre do ouro. Presente também o braço da Coroa, o Fisco Real, os bandos governamentais, a tudo pretendendo dispor, tão em contrário ao sentimento autônomo próprio dos paulistas. Porém, diferenças sensíveis se impuseram, também para os paulistas, entre o ouro das Minas Gerais e o de Cuiabá. A província mineral do Mato Grosso, por força da própria geografia, esteve na condição de prolongamento da de São Paulo, apêndice quase do Tietê, ou visto esse Tietê, com suas vilas e freguesias ribeirinhas, como ante-sala forçosa para as minas, ele que era justamente chamado, à época, de “rio de povoado”. Vale que era passagem

⁸ Vide, a esse respeito, a obra de John Manuel Monteiro, *Negros da Terra*, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

inevitável e empório de homens e provisões, assentados a meio caminho entre o ouro e o litoral.

Essa realidade geográfica, política, econômica, é que fará do Ararituaba – porto modestíssimo, povoado incipiente – um peculiar trampolim, uma porta em meio às vastidões da colônia.

Monção é palavra de origem árabe (*mauasin*, estação do ano em que se dá determinado fato)⁹. Essa designação foi aplicada aos ventos característicos do sudeste asiático, onde os portugueses, à custa de seu império marítimo, devem tê-la tomado. De vento apropriado a uma navegação, figurativamente acabou por designar a oportunidade da empreitada em si e, no caso brasileiro, a própria empreitada. A conveniência da palavra provavelmente se ajustava à convicção de que determinado período do ano, entre o final de março e o início de junho, com pequenas discrepâncias de um para outro viajante, era o mais adequado à partida de uma expedição de Ararituaba, valendo-se do nível das águas ao longo dos rios, que facilitaria a jornada.

Com a abertura das minas em Cuiabá firmou-se a navegação fluvial a partir de Ararituaba e abriu-se o período das grandes monções propriamente dito. Por cerca de um século, ou seja, da década de 1720 à de 1820, zarparam do toco atracadouro expedições que, entre si, podiam se diferenciar quanto ao porte: de meia dúzia de embarcações temerariamente agrupadas até as 100 canoas da comitiva do ouvidor-geral Dr. José Gonçalves Pereira, em 1735. Ou mais ainda, como as 308 canoas que conduziram o capitão-general de São Paulo, Rodrigo César de Menezes e mais 3.000 acompanhantes, em 1726. Expedições que também se diferenciavam quanto ao objetivo principal que as movia. Algumas eram oficiais, chamadas *reiúnas*, e se destinavam à condução de autoridades designadas pela Coroa ou ao transporte de tropas de linha e apetrechos de guerra para a nova província mineral, além do escoamento dos impostos reais. Outras, a maioria delas, estabelecia simplesmente a ligação vital entre dois pontos distintos da colônia e se destinavam ao inevitável trânsito de pessoas – mineradores, artesãos, comerciantes, clérigos, mulheres -, de gêneros que as minas não produziam e manufaturados. E outras, ainda, a partir da década de 1760, destinavam-se a suprir de homens e armas a colônia militar do Iguatemi, a malsucedida fortaleza de Nossa Senhora dos

⁹ Cf. o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

Prazeres, estabelecida pelo governador da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, no sul do Mato Grosso.

Qualquer que fosse a natureza de cada expedição ou o seu tamanho, todas elas se igualavam num ponto: a rota penosa a ser cumprida, que obedecia à seqüência dos rios Tietê, Paraná, Pardo, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Porrudos e Cuiabá. Um total de 531 léguas, ou 3.504 quilômetros, de Porto Feliz a Cuiabá.¹⁰ Listam-se aí rios de duas bacias hidrográficas, a do Paraná e a do Paraguai e a ligação entre estas era feita no único trecho percorrido em terra: os 14 quilômetros do varadouro de Camapuã, onde se fazia necessário arrastar as embarcações e sua carga, por força de juntas de bois ou de braço humano, até o retorno às novas águas, já rumando para os domínios pantaneiros.

O número de saltos, cachoeiras e corredeiras que se interpunham aos viajantes ultrapassava a centena, mais de 50 deles apenas no Tietê. Essa ocorrência fazia com que se somassem à distância percorrida, por si só impressionante, os esforços das inúmeras varações, o lento contornar dos trechos por demais arriscados para serem navegados, arriando a carga nas margens, abrindo picadas e conduzindo nos ombros as canoas, até novo embarque rio abaixo. E somadas as demais mazelas, repetidamente descritas nas crônicas dos viajantes: o risco das febres, a insalubridade das águas de certos trechos, a escassez de víveres, o despedaçar constante das canoas lançadas contra as pedras, os naufrágios, a ameaça permanente de insetos, feras e índios. Além disso, a necessidade de organizar os pousos, ao final de cada dia de jornada, limpando áreas próprias junto às barrancas dos rios, entendendo-se redes, acendendo fogueiras, preparando a comida, estabelecendo vigílias contra os perigos. Um rosário de martírios, enfim, que revestiram aquelas viagens de uma justificada fama, cedo obtida e perpetuada depois de sua extinção. Para o cumprimento desse roteiro o tempo demandado podia também variar, ficando à mercê do nível das águas e dos sucessos de cada expedição. Mas o trajeto de ida nunca ficava por menos de quatro meses, podendo chegar a seis meses ou mais ainda.¹¹

¹⁰ Conforme os cálculos do Doutor Francisco José de Lacerda e Almeida, em diário de viagem anotado no ano de 1788.

¹¹ A fonte básica para conhecimento do tema são os *Relatos Monçoeiros*, de Affonso de Taunay, que abordou o papel do Tietê na conquista territorial luso-brasileira em *Na Era das Bandeiras*. Depois, tratou as monções como prolongamento do bandeirismo, dedicando aos tempos pioneiros de Mato Grosso o tomo décimo da sua *História Geral das Bandeiras Paulistas*, concluído em 1948. Já na

As monções, em sua peculiaridade, geraram toda uma liturgia da navegação fluvial nos sertões que percorreram e uma mística própria. Esses elementos, por seu rico colorido, merecem exame atento, a par dos significados políticos e econômicos das monções, porque dão a dimensão épica e o contorno especial que reveste aquele fenômeno. Em meio a esse pequeno mundo encontrava-se o uso de benzer com solenidade as embarcações no momento da partida, repetindo-se a fórmula latina que suplicava, de Deus, as mesmas benesses concedidas à arca de Noé durante o dilúvio. Ali estava o curioso procedimento dos proeiros, de ordenar o compasso das remadas com as pancadas de seus calcanhares no piso das embarcações, hábito que remete aos tambores das galés da Antigüidade. E um cortejo de fantasmagorias, as soturnas embarcações envoltas na bruma a singrar o rio, saindo do nada e para o nada seguindo, uma repetição, naqueles confins, das lendas da nau catarineta ou do judeu errante. E a pirataraca, serpente monstruosa a se esconder numa cova abissal em dado ponto do Tietê, fazendo o pavor das mentes crédulas que por aquelas curvas arriscavam as vidas. Como toda epopéia, como qualquer humano esforço que ultrapasse as raias do habitual, restaram as monções impregnadas do sentido da fé, do miraculoso, da piedade divina como recurso último. Integra o caudal daquela mítica a figura do beato Frei Antonio de Sant'Ana Galvão, que teria prodigiosamente se transportado de São Paulo até uma barranca do Tietê, nas proximidades da atual Jaú, para dar os óleos da extrema unção a um tal Manoel Portes, caboclo que ali agonizava, vítima de uma punhalada. Faz-lhe companhia o padre Belchior de Pontes, protagonista de outro caso de bilocação, pois teria igualmente se transportado a uma ilhota do rio Paraná, para dar a assistência final a outro sacerdote, José Pompeu de Almeida, este último ali abandonado por seus próprios criados para morrer à míngua. E acompanhando tais narrativas, a da milagrosa imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens, da Igreja Matriz de Ararituaba, que, consoante a lenda, estaria destinada a seguir para Cuiabá, mas naquele porto ganhou peso inacreditável, como que negando-se a ser transportada, até que se houve por bem ali deixá-la como orago da paróquia. Poder-se-ia ir muito adiante, neste lembrete, invocando mães-d'água, mães-do-ouro, e mais Anchieta a ler sossegadamente no fundo das águas, no passo que por sua causa se nomeou Avaremanduava, e ainda o tesouro oculto na pedra do Curuçá,

segunda parte do tomo XI, Taunay aborda as monções cuiabanas do XVIII. Depois de condensados os onze volumes em três, em 1951, foi dado ao terceiro volume o nome de *Relatos Monçoeiros*.

atual cidade de Tietê. E mesmo crescer a Festa do Divino, também em Tietê, cujos rituais com tiros, estandartes e bênçãos junto ao rio assomam como resquício daquela era. Isto, sem falar na própria celebração das monções em Porto Feliz, fenômeno do século XX, releitura sujeita a diversas apropriações, mas motivada por aquela atividade já longínqua no tempo.

A decadência profunda das monções ocorre ainda no século XVIII. O sargento-mor Teotônio José Juzarte, em 1769, anota no seu *Diário da Navegação do Rio Tietê, Rio Grande Paraná e Rio Gatemi*, que a navegação a partir de Porto Feliz “está hoje extinta por seguirem estes comerciantes por terra pela Capitania de Guaiazes, sendo que de antes por estes rios é que seguiam os comerciantes para o Cuiabá, e Mato Grosso em cuja viagem gastavam seis e mais meses.”¹² É realmente certo que, àquela altura, já se verificava o declínio das expedições, seja em função da decadência da produção das minas, seja pela abertura e uso da via terrestre, o caminho de Goiás. E também pela vantagem de, levando-se os produtos por terra, ao se chegar ao destino poder-se ainda vender a tropa de mulas utilizada, obtendo ganho dobrado. Deve, contudo, ficar ressalvada a continuidade da navegação, a comercial e a de caráter oficial, até a segunda década do século XIX, em intensidade suficiente para garantir, até então, a sobrevivência dos ofícios a ela pertinentes, incluídas as técnicas de construção das embarcações.

Os tempos do açúcar

O açúcar transformou a freguesia de Araritaguaba. Alterou-lhe alguns dos hábitos e criou outros. Enriqueceu-a ou, ao menos, enriqueceu a alguns dos seus. Arrancou-a de sua antiga contemplação do mato, seu fitar do sertão, e forçou-a a voltar-se para o Atlântico, acenar aos portos que reclamavam o açúcar. Substituiu o ouro de Cuiabá pelo ouro chamado branco.

O último quartel do século XVIII e os primeiros anos do XIX constituíram o período áureo da cultura canavieira em Porto Feliz, assim como também se deu em Itu e ainda na Vila de São Carlos (Campinas). Deve-se, porém, destacar a relativa fugacidade desse *boom* canavieiro para aquelas duas primeiras localidades e,

¹² JUZARTE, Theotônio José. *In* Relatos Monçoeiros, com introdução., coletânea e notas de Affonso de Taunay. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. – p. 218.

sobretudo, para Porto Feliz. O acompanhamento da lavoura da cana, das transformações e benefícios que ela trouxe para a região, permite ver que, superado o período de progresso das primeiras décadas, notadamente Porto Feliz entra em lenta decadência por todo o século XIX.¹³

A despeito da lavoura canavieira e do seu impacto econômico, foram mantidas as feições acanhadas que acompanhavam a freguesia desde a primeira metade do século XVIII. É sintomático que todos os viajantes que por ela passaram a ela se refiram sempre como porto, e não mais. Atente-se, por exemplo, para o modo como Lacerda e Almeida se refere a Porto Feliz, em suas anotações, no ano de 1789, quando o cultivo da cana já ia adiantado: “...escala de todas as canoas que vão e vêm do Cuiabá”.¹⁴ Não se repete, em Porto Feliz, o que se dava em Itu, onde o progresso material trazido, inicialmente pelo ouro e a seguir pela cana, evidenciava-se no perfil urbano.

Porto Feliz, apesar de também enriquecer e se beneficiar com a cana, prosseguia sendo a bem mais modesta povoação sobre o rio, praticamente uma única rua que apontava, de um lado para a estrada que levava a Itu, e do outro, quase em ângulo reto com aquele primeiro, para o caminho de Sorocaba. O templo dedicado a Nossa Senhora Mãe dos Homens, grande e, em certos períodos, bem arrumado para tão modesta localidade, emergia por sobre as casas, as quais Saint – Hilaire notou serem “baixas, pequenas, afastadas umas das outras, só têm, em geral, o rés-do-chão; ao passo que as de Itu são, em sua maioria, construídas de taipa, em Porto Feliz são todas construídas com ripas cruzadas (pau a pique).”¹⁵ O naturalista salienta que, quanto à localização, Porto Feliz era “infinitamente mais aprazível que Itu”. As ruas, porém, não eram calçadas, nem sequer niveladas.¹⁶ Ou seja, acompanha a visão de Aires de Casal, de que se tratava de “vila mediana com casas de madeira”.¹⁷ Ou a de Spix e Martius, que a avistaram em 1818 e a descreveram como “lugarejo que consta de poucos casebres, numa eminência.”¹⁸

¹³ Essa evolução vem analisada com profundidade e farto material estatístico na tese de doutoramento de Luis Lisanti Filho, *Comércio e Capitalismo: o Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798 – 1828/9)*. Apresentada à Universidade de São Paulo, em 1962.

¹⁴ Citado por Lisanti Filho, op. cit., p. 26.

¹⁵ Op. cit. p. 240.

¹⁶ Idem, p. 240.

¹⁷ Op. cit., I, p. 245.

¹⁸ SPIX, J.B. e MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem Pelo Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. P. 144.

A decadência da navegação fluvial transparece claramente no tom decepcionado com que a ela se referem os viajantes do início do XIX. Mais de um deles confessa ter chegado no embalo das narrativas ousadas e grandiosas acerca das monções, mas a visão do porto acanhado e da modorra da vila se traduz sempre em palavras desalentadas. É o caso de Spix e Martius, em 1818:

*“Muito perto do porto, que nada mais é senão uma baía livre de bosques e pedras e agora mesmo nada mostra – a não ser algumas canoas varadas em seco – em matéria de comércio e atividade ...”*¹⁹

O mesmo tom está presente no registro de Saint-Hilaire, um ano depois, em 1819:

*“Antes de chegar a Porto Feliz não sabia eu da pequena importância que desde então tinha a navegação pelo Tietê; esperava encontrar ali pouco mais ou menos o mesmo movimento que há em nossas pequenas cidades situadas à margem dos rios, por menos consideráveis que sejam; mas, minha imaginação ficou infinitamente aquém da verdade. Só encontrei em Porto Feliz três ou quatro pirogas empregadas pelos cultivadores da vizinhança para a travessia do rio; nada indicava o porto, a não ser um grande rancho, onde se podia pôr as pirogas ao abrigo do sol e depositar as mercadorias antes do embarque.”*²⁰

Quanto à cana-de-açúcar, não restava dúvida sobre a fertilidade da terra, e os viajantes registravam a pujança da lavoura e o orgulho dos locais. Pizarro afirma que a antiga Ararituaba tinha terras *“assaz aptas e as melhores para a produção da cana doce, produzem grande quantidade de açúcar e aguardente”*.²¹ A predominância dos homens dedicados à agricultura é confirmada por Saint-Hilaire,

¹⁹ Op. cit., 144.

²⁰ Op. cit., 244.

²¹ PIZARRO E ARAUJO, *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, citado por Suely Robles Reis de Queiroz, no artigo *O Açúcar em Porto Feliz no Período Colonial*, in *Ararituaba, o Porto Feliz*, como indicado.

que esclarece que a *“maior parte das casas de porto Feliz pertencem a agricultores, e nessa localidade só vi um pequeno número de lojas e vendas. Constitui a riqueza da região a cultura da cana de açúcar. Os habitantes de Porto Feliz afirmam ser suas terras, que têm cor vermelha, muito mais adequadas a essa cultura do que as terras de Itu ...”*²²

Essas terras eram de ocupação mais recente que as de Itu. Eram terras tidas como virgens, recentemente desbastadas de florestas, o que lhes garantia produtividade excepcional. As terras vizinhas, de Itu, estavam entre as ocupadas mais cedo pelo homem branco, no planalto. Eram, portanto, local de menores possibilidades para aventureiros e pequenos lavradores, além de constituírem solo já mais cansado, cuja recuperação exigia períodos mais prolongados de descanso. Ao lado dessas duas localidades, deve ser citada Campinas, vila de menor significância durante o século XVIII e início do XIX, mas que se beneficiava de sua localização, à margem do rumo terrestre para Goiás, e começava a ganhar projeção. Assim, ao tempo da virada dos séculos mencionados, a produção de Campinas era a menor das três e a de Itu, a maior. Já no ano da independência, 1822, a produção de Porto Feliz emparelhava com a Itu, mas ambas já eram superadas por Campinas, que tomava a dianteira. A evolução da produção de Porto Feliz pode ser percebida no quadro seguinte:

<u>PORTO FELIZ</u> ²³		
ANO	NÚMERO DE ENGENHOS	PRODUÇÃO DE AÇÚCAR (arrobas)
1797	51	26.740
1805	62	32.144
1815	66	32.424
1822	86	98.253

²² Op. cit., p. 144.

²³ Dados estatísticos recolhidos ao Arquivo do Estado de São Paulo, apresentados por Sueli Robles de Queiroz, na obra citada. Deve ser observado que o número de engenhos atribuídos a Porto Feliz não inclui aqueles situados em Piracicaba ou na freguesia da Santíssima Trindade de Pirapora, atual cidade de Tietê, ambas constituindo termos da vila de Porto Feliz, ao início do século XIX. Cabe ainda observar que parte minoritária da produção indicada vinha do sistema de partidistas, lavradores de menor poder, que produziam quantidades de cana e as repassavam anualmente a um engenho.

A população crescia no compasso dos canaviais. Um acompanhamento dos números disponíveis permite precisar, por esse critério, o auge da cultura canvieira na virada de século e nos primeiros tempos do XIX:

PORTO FELIZ ²⁴

ANO	NÚMERO DE FOGOS	POPULAÇÃO LIVRE	ESCRAVOS
1776	266	2788	807
1798	515	3337	1241
1805	-	5205	1985
1818	744	6617	3510
1822	-	7575	3227

No campo das ocupações, nota-se nesse período que a velha expressão *“andar nas canoas do rio de Cuiabá”* cede espaço para *“andar com tropa no caminho de Santos”*. A força da economia açucareira deixava claros sinais nos caminhos que demandavam o mar. O cônsul Langsdorff notou o fenômeno, quando vinha de São Paulo para Jundiá:

“Diariamente chegam tropas trazendo açúcar e mercadorias; às vezes, num dia, chegam 1.000 mulas (...) Como o tempo hoje estava bom, vimos várias tropas acampadas a céu aberto, na grande estrada. Passamos por bem umas mil mulas, todas levando açúcar para Santos.” ²⁵

Habitualmente, na historiografia monçoeira, o germe da decadência daquela navegação é localizado logo que se abriram os caminhos terrestres para Goiás, de onde se poderiam atingir as minas de Cuiabá. Mais correto é afirmar que isso se deu logo que tais caminhos ficaram melhores, mais suportáveis.

À decadência e morte da navegação vem se juntar um outro quadro recessivo, mais amplo, configurando aquele declínio crônico de Porto Feliz, que se arrasta pelo século XIX. Um declínio que o viajante Zaluar, que lá esteve em 1860, atribuiu à

²⁴ Quadro composto com dados dos maços de população do Arquivo do Estado de São Paulo, apresentados por Sueli Robles de Queiroz e Luis Lisanti Filho, nas obras referidas.

²⁵ Op. cit., p. 22.

mudança de rumos do comércio para Mato Grosso, com a preferência pelas vias terrestres:

“Em primeiro lugar diremos que este nome está em diametral oposição com o estado de lastimável decadência a que tem chegado esta povoação. (...) Acreditamos, por conseqüência, que, entre as causas do seu atraso, além da primeira, que é a falta de braços, se deve assinalar, como uma das mais dignas de atenção, a nova direção que tomaram as monções para Cuiabá, e Mato Grosso, que dantes se faziam por este porto e seguiam pelo rio Tietê. (...) A colocação pitoresca da cidade, o ameno e sadio clima do lugar, o caráter bondoso e hospitaleiro de seus habitantes, a fertilidade dos terrenos, que produzem café, cana, aguardente, algum chá e fumo, parece um conjunto de circunstâncias favoráveis para o estabelecimento e progresso de um núcleo de população interior. Não tem, todavia, acontecido assim.”²⁶

Mas, não se consegue vislumbrar em que o fim da navegação fluvial poderia ter afetado a produção canavieira, por serem atividades independentes entre si. E, contudo, a estagnação e o retrocesso desta produção são facilmente verificáveis. Nos anos 1830 a produção açucareira já despencava sensivelmente, e na década de 1850 caía para menos de metade do que fora três décadas antes:

ANO	NÚMERO DE ENGENHOS	PRODUÇÃO EM ARROBAS
1835	76	73.113 ²⁷
1855	38	46.310 ²⁸

O açúcar de Porto Feliz, assim como o das outras localidades brasileiras, a partir de 1830 passou a enfrentar a concorrência do produto de outras origens, nos

²⁶ ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação Pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953. Pp 176-180

²⁷ Conforme o “Ensaio Estatístico da Província de São Paulo”, do Marechal Daniel Pedro Muller, citado por Nardy Filho in “Porto Feliz em 1835”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, ed. De 15.09.1945, p. 7.

²⁸ Conforme Suely Robles Reis de Queiroz, citando o “Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de São Paulo”, de 1855. .

mercados internacionais. Essa lavoura, em Porto Feliz, somente conheceria uma retomada de seu vigor a partir de 1876, quando ali se inaugurou o primeiro dos chamados engenhos centrais, fábricas de açúcar modernas, da Província de São Paulo, e terceiro do Brasil. Com maquinário francês, um grupo de fazendeiros se organizou sob a razão de Companhia Açucareira de Porto Feliz, assinando contrato com o governo imperial para garantia de juros privilegiados ao empreendimento. O mesmo contrato, porém, proibia a utilização do braço escravo, aspecto que aponta para a grande dificuldade que o Engenho Central de Porto Feliz logo viria a enfrentar, ou seja, a limitação de sua modernidade ao terreno dos equipamentos e do processo produtivo *intra muros*. O arcaísmo de métodos persistia nos demais aspectos, carecendo de novas técnicas na lavoura. A empresa padecia ainda de problemas no transporte da cana, uma vez que Porto Feliz não era servida por ferrovia, o que agravava a deficiência no fornecimento da matéria-prima. Desafio dos maiores era substituir o trabalho servil nas plantações, o que se tentou recorrendo ao braço imigrante. O governo imperial, em fins de 1887, estabeleceu em Porto Feliz o Núcleo Colonial Rodrigo Silva, que receberia os primeiros imigrantes belgas no ano seguinte. As vinte e cinco famílias iniciais foram arrebanhadas em sua pátria pelo padre Jean Baptiste VanEsse, que obtivera um contrato para tanto, com o Ministério da Agricultura do Império. A esse sacerdote passaram a ser dirigidas, desde muito cedo, diversas críticas, dando-se-lhe a maior parcela de culpa pelo fracasso da colônia. A ele se atribuía um espírito autoritário, despótico, além de ser muito dado à bebida.²⁹ O fato é que a maioria dos colonos provinha de serviços urbanos em sua terra natal, no comércio ou na indústria, e não tinha intimidade com a lida rural. Estranharam o clima, a mata nativa que ainda rodeava a colônia, a dureza do trato com a cana. A maioria retornou para a Bélgica. Algumas poucas famílias ficaram na região, dedicando-se à policultura, à criação de gado, ao fabrico de aguardente. Com essa e outras dificuldades, a história do Engenho Central de Porto Feliz avança pelo final do século XIX e pelo século XX, com arrendamentos, liquidação judicial e transferência para acionistas franceses e,

²⁹ O historiador Jonas Soares de Souza, organizador de obra já citada nas notas anteriores, é estudioso do Engenho Central de Porto Feliz e da colônia de imigrantes belgas. Em seu artigo *Belgas em Porto Feliz: O depoimento de Um Colono*, publicado no jornal sorocabano *Cruzeiro do Sul*, a 17.09.1978, reproduz entrevista com Pedro José Moreau, descendente dos colonos, dando detalhes acerca do padre VanEsse e da trajetória dos imigrantes. A edição de 03.09.1978 do mesmo jornal traz o artigo *Colonos Belgas em Porto Feliz*, do mesmo autor e sobre o mesmo tema.

bem mais tarde, novamente brasileiros, tornando-se a Usina Porto Feliz, até seu fechamento definitivo, na década de 1980.

Assim, a segunda metade do século XIX foi, para Porto Feliz, tempo de venda de escravos, de queda de produtividade agrícola, de amortecimento do comércio, de baixa populacional. Quanto a este último aspecto, o quadro se mostra eloqüente:

ANO	NÚMERO DE FOGOS	POPULAÇÃO (LIVRES E ESCRAVOS)
1835	1.436	11.293 ³⁰
1860	-	7.000 ³¹
1876	714	7.669 ³²
1886	-	5.781 ³³

A segunda metade do século XIX, portanto, com o panorama econômico da província de São Paulo e com o desenho das vias de transporte que se ofereciam, apresenta a chave para a compreensão do declínio da vila de Porto Feliz. Ironicamente, sua localização geográfica, que no passado lhe fora benéfica, agora contribuía decisivamente para seu ocaso. Por um lado achava-se há muito consolidado o caminho terrestre para Goiás e Mato Grosso, declinando no rumo noroeste, a partir de Campinas. Por ali também avançava, no mesmo rumo, a mancha civilizadora do café, afastando-se do Tietê à medida em que seguia por terras paulistas. Para lá seguiu a ferrovia, na esteira das novas e opulentas fazendas cafeeiras. A linha da Companhia Ituana procurou também conectar-se àquele rumo, via Indaiatuba e Capivari, ignorando Porto Feliz. Mesmo Piracicaba, que fora termo da vila de Porto Feliz, agora se ligava mais facilmente a Campinas. Por outro lado, na vertente ao sul de Porto Feliz, também os trilhos da ferrovia – desta vez a Sorocabana – desviavam-se para Boituva. Vale dizer, Porto Feliz jazeu ilhada, no meio. Dela se desviou o caminho das tropas, dela se afastou a mancha principal do café, dela se eximiram os trilhos do trem. E muito longe, às suas costas,

³⁰ *Ensaio Estatístico da Província de São Paulo*, do Marechal Daniel Pedro Muller.

³¹ MARQUES, Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo*. Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.

³² Números arredondados e referidos por Augusto Emílio Zaluar, em seu *Peregrinação pela Província de São Paulo*, onde refere-se à queda de 11.000 para 7.000 almas, “sendo 5.000 livres e 2.000 escravos”.

³³ Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística.

estava a navegação pela via platina. Restava-lhe o rio apenas, o Tietê, num tempo em que ele, de prático, já pouco ou nada significava.

Notas sobre o desenvolvimento industrial de Porto Feliz

Se comparado às ocorrências em algumas outras localidades de sua região, o desenvolvimento das atividades industriais em Porto Feliz pode ser considerado tardio e sem um ritmo de continuidade.

A cultura canavieira estendeu sua influência também à indústria, de forma que o primeiro estabelecimento fabril de porte significativo foi a Usina Porto Feliz, de propriedade da empresa *Société de Sucreries Brésiliennes*, em 1907. A *Société* tinha sede social em Paris e foi organizada para reunir sob seu mando diversos engenhos brasileiros, que vinham do período imperial e passavam por dificuldades financeiras. Dentre eles, o antigo Engenho Central de Porto Feliz, inaugurado em 1878.

Muito mais tarde, em 1970, a usina Porto Feliz – antigo Engenho Central – transferiu-se ao grupo denominado Silva Gordo. E, pouco depois, em 1973, à União São Paulo S.A. Em fins da década de 1970 tratava-se já de empresa com cerca de 1.000 empregados assalariados permanentes e 250 temporários. Voltada à produção de açúcar e álcool, era senhora de vastas áreas cultivadas no município (12.048 há em maio de 1978), valendo-se também da produção de cana-de-açúcar de 150 outros fornecedores da região.

Àquela altura, a produção da Usina Porto Feliz já espelhava a inclusão da empresa nos objetivos do Programa Nacional do Álcool, em detrimento de uma menor produção açúcar:

SAFRA	AÇÚCAR (sacos de 60 k)	ÁLCOOL (litros)
73/74	876.060	5.316.383
74/75	808.186	6.805.640
75/76	598.560	5.637.150
76/77	774.895	6.871.050
77/78	863.850	7.261.010
78/79	579.000	18.000.000 ³⁴

³⁴ Dados oferecidos pela União São Paulo S.A. Os números referentes aos anos 78/79 constituíam previsão do plano de safra.

Além dessa unidade, ligada intimamente à vida econômica e social do município em dois séculos, registra-se o surgimento da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens, em 1924. Instalada na região central da cidade, voltava-se à fiação e tecelagem, chegando ao ano de 1977 com um total de 520 empregados, número significativo para a localidade.

Importa dizer que por mais de trinta anos a atividade industrial significativa, em Porto Feliz, esteve representada praticamente apenas pela usina de açúcar e pela citada empresa têxtil.

Somente em 1957 entrou em funcionamento uma nova indústria, a Confecções Brand S.A., que representou a abertura de uma centena de empregos, na confecção de calças. E, ainda, em 1963, uma modesta contribuição trazida pela Fábrica de Papel Nossa Senhora de Porto Feliz, que, uma década depois, oferecia meia centena de postos de trabalho, na produção de papel para embalagens.

Esse quadro se manteria até a chegada da década de 1970, pois foi somente nesta que tomou corpo o êxodo rural, alterando-se significativamente o quadro de distribuição populacional no município:

ANO	POPULAÇÃO		
	RURAL	URBANA	TOTAL
1960	10.017	11.786	21.803
1970	8.254	13.898	22.152
1975	7.000	18.066	25.066 ³⁵

Apesar dessa progressiva debandada do meio rural para o urbano, é de se observar que, ainda ao início da década de 1970, as atividades do campo suplantavam aquelas próprias do meio urbano, no que se refere à oferta de trabalho, à ocupação do homem. A esse respeito, veja-se o quadro abaixo:

ATIVIDADE	POPULAÇÃO ATIVA ECONOMICAMENTE
Agricultura, pecuária, extração vegetal	4037
Atividades industriais	1530
Comércio de mercadorias	550

³⁵ Dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Anuário Estatístico do Brasil, anos de 1960, 1970 e 1976.

Prestação de serviços	714
Transporte e armazenagem	312
Atividades sociais	266
Administração pública	129
Outras atividades	266
TOTAL	7804 ³⁶

A cultura canavieira continuava a predominar no município, ocupando àquela altura uma área fértil de 17.000 há., com uma produção anual média de 850.000 toneladas, respondendo por 79% do total da produção agrícola.³⁷

Já no que se refere à indústria, o censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística de 1970 registrou um total de 65 estabelecimentos no município. Destes, 13 eram da área de minerais não metálicos. Porém, o ramo têxtil, com 7 estabelecimentos, ainda era o que mais empregava (457 pessoas).

Foi a partir de 1970 que passou a se diversificar o quadro industrial do município, com a instalação de outras empresas, localizadas especialmente às margens da Rodovia Marechal Rondon. O fenômeno foi favorecido, em parte, pelos incentivos que o município passou a dar às empresas, através da Lei 2.183, de 30 de abril de 1975, que estabelecia isenção de todos os tributos municipais, para um período que variava de 5 até 25 anos. Era contemplada a possibilidade de desapropriação de imóvel para receber novas indústrias e também a doação de terrenos. Além disso, a política municipal previa ainda a possibilidade de beneficiar os estabelecimentos com canalização de água, esgoto e energia elétrica levada até o local, e mesmo auxílio especial para desembaraçar pendências burocráticas junto a órgãos públicos.

A vinda de novas indústrias, a partir daquela década, propiciou um retorno a Porto Feliz de trabalhadores que haviam se deslocado para outras cidades em busca de emprego.³⁸

³⁶ Dados SEADE-COAD/UNICAMP, ano de 1970.

³⁷ Conforme Antônio Carlos Ribeiro Abibe, no estudo *Porto Feliz – Aspectos do desenvolvimento econômico*, publicado em *Ararituaba: o Porto Feliz*, ed. Semana das Monções, Porto Feliz, 1979, p.164.

³⁸ Idem supra, p. 167.

3.2 - Cartografia histórica

Autoria: Maria Cristina Wolff de Carvalho

Fábio de Almeida

A pesquisa desenvolvida sobre a cartografia histórica foi baseada, em um primeiro momento, na análise das referências bibliográficas encontradas. Posteriormente, nos acervos públicos e por fim em trabalhos acadêmicos.

Dentre os desenhos arrolados, destacam-se os de caráter hidrográfico, referentes aos primeiros séculos da colonização portuguesa, são principalmente, de caráter exploratório e ilustram os caminhos e rotas para as minas de ouro de Cuiabá.

O mapa apresentado a seguir [Fig.1] foi elaborado em 1628 a mando do capitão geral do Paraguai, D. Luis de Céspedes Xeria, após realizar uma expedição que, saindo de Ararituaba, foi até a Ciudad Real do Gayrá. O mapa apresenta comentários do autor relatando a abundância de pescado nos rios e os animais de caça avistados pelo caminho.

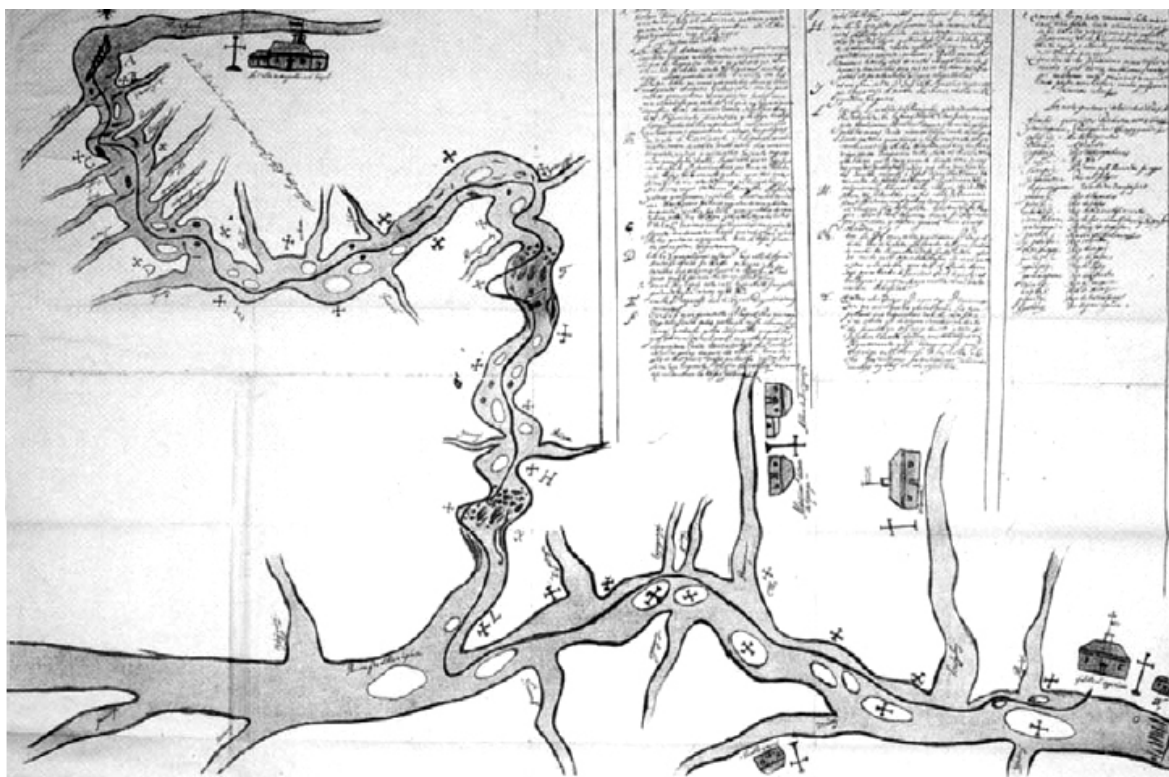


Fig. 1- O mais antigo mapa conhecido do rio Tietê. “Mapa presentado a S.M. por D. Luis de Céspedes Xeria para la mejor inteligênciã Del viaje que histo desde Vila San Pablo del Brasil a la Ciudad Real de Guayrá”. 1628. Acervo: Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Uma série de significativos documentos cartográficos do rio Tietê também arrolados a seguir, é proveniente da expedição de Teotônio José Juzarte, organizada sob ordens do Marquês de Pombal, com o objetivo de deter o avanço espanhol em terras portuguesas próximas ao Paraguai. Foram produzidas 58 folhas de mapas, hoje pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. As imagens cartográficas são precedidas pela planta da Freguesia de Ararituaba [Fig.2], que representa demarcações de áreas geométricas da ainda incipiente cidade de Porto Feliz. Nota-se a representação de “guaritas” provavelmente de proteção das cargas, animais e embarcações, que ali esperavam o momento da navegação pelo rio Tietê³⁹.

Nesta planta observa-se também um trecho do rio Tietê com o porto, um caminho para a vila vizinha de Itu que cruza um riacho grafado como “córrego”, além de um esboço de um casario grafado como “sítio de André (?) Diaz”⁴⁰.

Na imagem seguinte [Fig.3] é apresentada uma vista geral do rio com registros iconográficos do Tietê habitado. Ali as margens do rio são ilustradas com construções, prédios públicos e sesmarias. As representações dos edifícios são de caráter referencial, não apresentando escala, alterando-se entre vista frontal e superior, para melhor identificar as pequenas edificações⁴¹.

O conjunto de 58 folhas de mapas do acervo da Biblioteca Nacional apresenta, também imagens, como a da construção de grandes canoas, o Grande salto de Avandava, Salto de Itupanema, o deságüe do Tietê no Grande Rio Paraná, dentre outras.

³⁹ DANIELI, Maria Isabel Basilisco Célia. Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Área de concentração História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [sn], 2006. Pág. 45.

⁴⁰ PARDIN, Sonia Leni Chamon. Imagens de um rio: um olhar sobre a iconografia do rio Tietê. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP: [sn], 2005. pág.58.

⁴¹ Id. lbed.

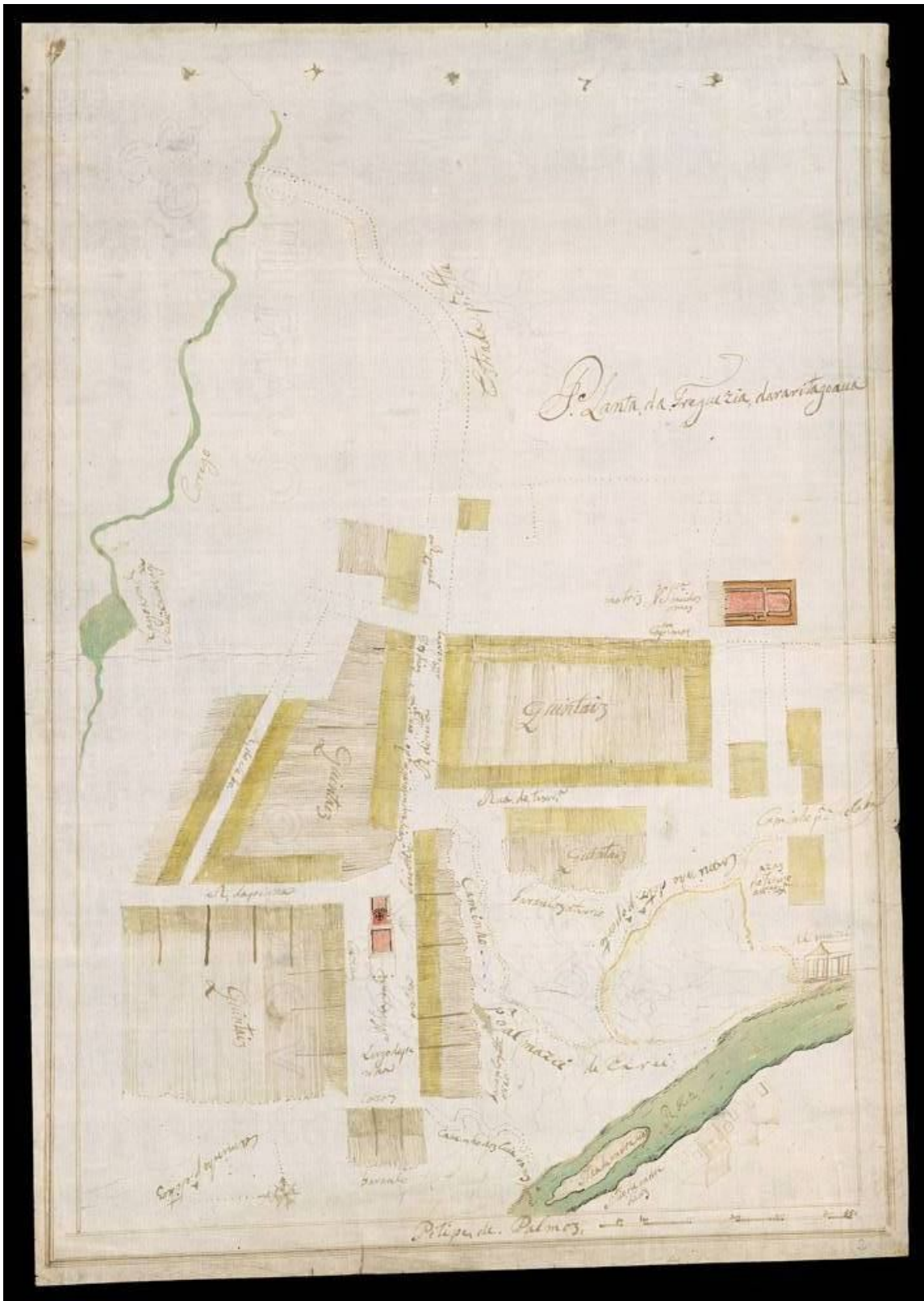


Fig. 2- Planta da Freguesia de Ararituaba, 1769. Mapas de navegação dos Rios (Juzarte). Localização do porto às margens do Tietê. Petipé de Palmos (anotações inferior). Acervo da Biblioteca Nacional.



Fig.3 - Mapas de Navegação dos Rios (Juzarte). Estampa 1ª. Tem de curso este rio Pelas suas voltas desde o porto de Araraguaba até esta paragem chamada de Irmandade (...). [dia 13 de abril] 176?.

Acervo: Biblioteca Nacional.

Outra importante imagem cartográfica é a planta da Freguesia de Ararituaba realizada por José Custódio de Sá e Faria em 1774, cinco anos depois dos levantamentos de Zuzarte, quando este engenheiro militar realizou uma viagem de São Paulo à Praça de Iguatemy, partindo da Freguesia de Ararituaba⁴².

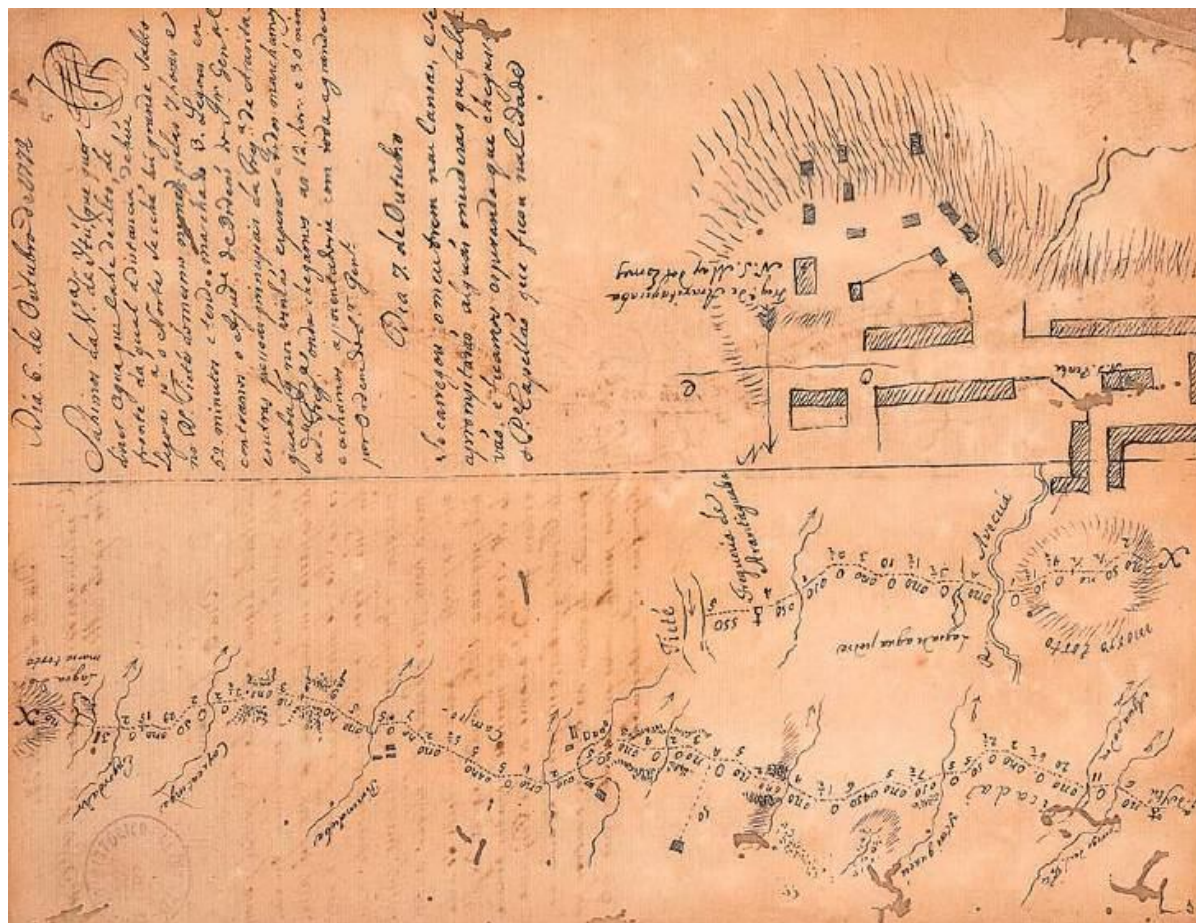


Fig. 4 - Porto Feliz (Ararituaba) – 1774. “Frega. de Ararituaba”. Autor: José Custódio de Sá e Faria. Fonte: Desenhos de José Custódio de Sá e Faria, parte de seu diário de viagem (trecho de São Paulo a Iguatemy) existente no Arquivo Histórico de Itamarati (Ministérios das Relações Exteriores), no Rio de Janeiro.

Ainda sobre o rio Tietê, segundo Pardim⁴³, Humberto de Mello Nóbrega em Histórias do Rio Tietê⁴⁴ traça uma cronologia apontando outras referências cartográficas que se encontram em acervos ou catálogos assim descritos:

⁴² REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial (curadoria e pesquisa); colaboradores, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo : EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

⁴³ PARDIM, op. cit., p. 67.

⁴⁴ NÓBREGA, Humberto de Mello. História do Rio Tietê. Coleção Paulista vol. III. São Paulo: Governo do Estado, 1978. pág. 48 a 52.

Ano	Mapa
1732	Mapas jesuíticos.
17...	Mapa anônimo da região parano-paraguaia (pertecente à Biblioteca Nacional, cópia existente no Museu Paulista)
1734	Mapa de D´Aville.
1748	O mesmo, em nova edição. (é onde aparece, pela primeira vez, a denominação Tietê para o trecho entre a nascente e o salto de Itu.)
1749	Mapa das Cortes.
1764	“Mapa do continente das Capitanias Mato-Grosso e de São Paulo com a configuração mais exata, até agora, de todas as terras, rios e serras, principalmente dos dois caminhos; um pelos rios, outro por terra, de S. Paulo para Cuiabá” – autor desconhecido (pertencente à mapotécnica do Itamarati).
1768	Mapa de Silveira Peixoto.
1774	“Mapa da viagem do Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria da Cidade de São Paulo à Praça de nossa senhora dos Prazeres do Rio Iguatemi” reprodução reduzida publicada na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - original perdido. ⁴⁵
1775	Mapa de Olmedilha.
1780	<i>“Mapa do leito dos rios taquari, coxim, Camapuan, Varador do Camapuan, pardo, Paraná, Tietê e caminho de terra desde a Freguesia de Nossa Senhora May dos Homens da Ararituaba até a cidade de S. Paulo que por ordem do Ilmo. Exmo. Sr. Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres levantou nos anos de 1788 e 1789 Francisco José Lacerda e Almeida, Dr. E Astrônomo”</i> – autor Dr. Francisco José Lacerda e Almeida [pertencente aos arquivos do Ministério da Guerra (sic)].
1792	Mapa corográfico da Capitania de São Paulo, de Antônio Roiz Montesinho (pertencente provavelmente à mapoteca do Ministério do Exterior).
1792	<i>“Roteiro da navegação do Tietê, desde a barra do Rio Grande de Santo amaro até o Salto de Itu-guaçu, começado em 27 de agosto de 1792 e terminado em 19 de setembro”</i> – atribuído por Taunay ao Tenente-geral Cândido Xavier de Almeida e Souza.

⁴⁵ Existente no Arquivo Histórico de Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) no Rio de Janeiro.

1793	<i>“Carta corográfica da Capitania de São Paulo”</i> – atribuída a João da Costa Ferreira [original pertencente ao ministério da Guerra (sic), reprodução na mapoteca do Museu Paulista].
1837	<i>“Mapa corográfico da província de São Paulo desenhado por Daniel Pedro Muller, marechal reformado do corpo de engenheiros, segundo suas observações e esclarecimentos que lhe têm sido transmitidos”</i> – primeira carta paulista impressa (museu Paulista possui um exemplar).
1859	<i>“Mapa da Navegação do rio Tietê (província de São Paulo)”</i> – de Augusto Glimm.
1860	<i>“Carta topográfica do Rio Tietê construída e oferecida a S.M. o Imperador pelo engenheiro geógrafo bacharel Carlos Vitor Boisson, sendo dados que lhe foram fornecidos, atualmente os mais exatos que existem”</i> .
1905	<i>“Planta do Rio Tietê, da barra do Jacaré-guaçu ao Paraná”</i> – levantada pela comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.
	Mapas do rio Tietê sem data e autor, que constam no “Catálogo” da exposição cartográfica de 1889: <ul style="list-style-type: none"> - <i>“Informações sobre os rios navegáveis da Província de São Paulo, sua profundidade, correnteza, largura e mais circunstâncias feitas às expensas dos cofres provinciais e exigidos pela presidência da mesma Província em ofício de 8 de outubro”</i> - <i>“Demonstração geográfica do curso do rio Tietê desde a cidade de São Paulo, até a confluência que forma com o rio Paraná, e desta até a barra do rio Iguatemi, e a direção deste até às suas origens”</i>. - <i>“Planta do Rio Tietê ou Anhembi, na capitania de São Paulo, desde a cidade do mesmo nome, até sua confluência com o rio Paraná, ou rio Grande”</i>.
	- Mapa atribuído a José Colombina, dos caminhos fluviais e terrestres que levavam à Minas, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Paraná.

Estes mapas levantados por Mello Nóbrega, ainda que necessitem atualizações, apontam um grande acervo de antiguidades cartográficas de notável riqueza iconológica, paralela aos estudos de códigos corográficos realizados.

A maior parte desta documentação cartográfica aliada aos relatos de diários e outras descrições, configura a formação do imaginário do rio Tietê. Esse imaginário foi consolidado no século XX, quando Taunay, com a finalidade de publicação e enriquecimento do Museu Paulista, resgatou grande parte da documentação que se encontrava dispersa, muitas vezes em instituições de difícil acesso.

Vale ainda, destacar duas grandes obras que reúnem várias das imagens já citadas no presente trabalho. Uma delas é a “Colletânia de Mappas da Cartographia Paulista Antiga (1612 a 1837) com breves commentários por Affonso D’Escragnolle Taunay”, editada pela Companhia Melhoramentos de S. Paulo, em 1922. Outra é o trabalho “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial, com a coordenação de Nestor Goulart Reis, editada pela EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, em 2001.

3.3- Iconografia histórica

Autoria: Maria Cristina Wolff de Carvalho

Fábio de Almeida

A pesquisa iconográfica histórica resultou no arrolamento de imagens de representações de Araraguaba e do rio Tietê. A maior parte dessas imagens foi produzida no século XIX e aponta para uma nova visualidade das representações de caráter mais pitoresco, num período de declínio das monções e início das expedições científicas⁴⁶.

São imagens de artistas viajantes que se dedicaram a representar São Paulo. Dentre elas, há que destacar os desenhos e aquarelas dos notáveis artistas Adrien Aimé Taunay [Fig. 18] e Hercules Florence [Fig. 5, 9, 11, 12, 15], os quais serviram de referência, no século XX, para pinturas de temas monçoeiros, realizadas por encomenda de Affonso D'Escragnolle Taunay (1876 - 1958), quando diretor do Museu Paulista, com a finalidade de contribuir para o momento de valorização do rio Tietê nas artes plásticas, poesia e história.

As encomendas de Taunay, que serviram para ocupar os espaços do recém-criado Museu Paulista, retratando determinadas paisagens e momentos históricos, fazem parte da estratégia de construção e elaboração da identidade e memória nacionais.

Os desenhos de Florence foram publicados na obra "Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas", editado pela Companhia Melhoramentos em 1941. Esses desenhos são resgatados por artistas como Oscar Pereira da Silva (1867 - 1939), Sylvio Alves (São Paulo SP 1926), Aurélio Zimmermann e Zilda Pereira.

⁴⁶ PARDIM, op. cit., p. 69

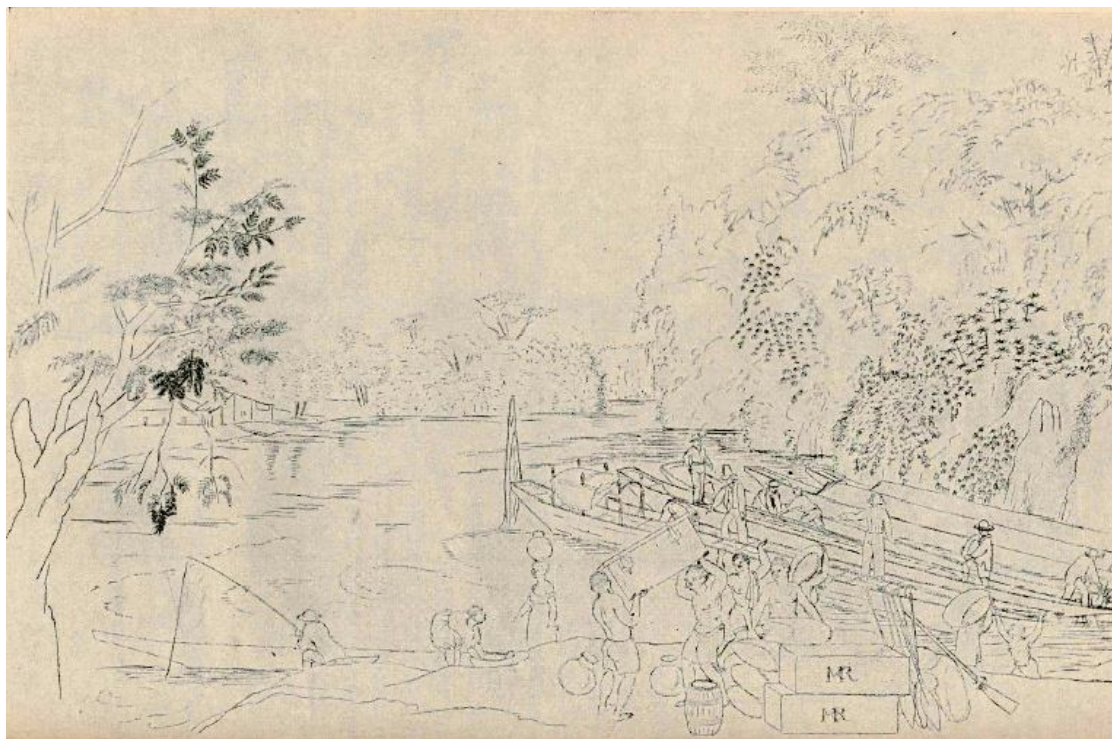


Fig. 5 - *Expedição mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*. Hercules Florence (1804-1879). Extraído de “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, ed. 1941, p.56.



Fig. 6 - *Carga de canoas*. Oscar Pereira da Silva, 1921. Óleo sobre tela, 140 x 110 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

O pintor Oscar Pereira da Silva (1867 - 1939) tem papel destacado na arte brasileira, como o autor de obras de pintura histórica, retratos, temas religiosos, cenas de gênero, naturezas-mortas e paisagens. É considerado, também, como um grande copista.

Pereira da Silva estudou na Academia Imperial de Belas Artes entre 1882 e 1887, ano em que se tornou ajudante de Zeferino da Costa, na decoração da Igreja da Candelária, no Rio de Janeiro. Em 1889 foi para Paris, onde estudou com os pintores Léon Bonnat (1833 - 1922) e Jean-Léon Gérôme (1824 - 1904).

Ao voltar ao Brasil em 1896, fixou residência em São Paulo, onde lecionou no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Fundou, no ano seguinte, o Núcleo Artístico, que mais tarde se transformaria na Escola de Belas Artes. Entre 1903 e 1911, Oscar Pereira da Silva trabalhou na decoração do Teatro Municipal de São Paulo, elaborando três murais: *O Teatro na Grécia Antiga*, *A Dança* e *A Música*. Entre 1907 e 1917, realizou pinturas para Igreja de Santa Cecília.

Além de retratar algumas paisagens, ele recriou episódios da história nacional e paulista em grandes composições, como, por exemplo, *Fundação da Cidade de São Paulo* [Fig. 7], *Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*⁴⁷ [Fig 8] e *Sessão das Cortes de Lisboa em 9 de maio de 1822*. Essas duas últimas obras também foram encomendadas por Afonso d'Escragnolle Taunay para o Museu Paulista⁴⁸.



Fig 7 - *Fundação da Cidade de São Paulo*, 1909. Óleo sobre tela, 185 x 340 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo/Brasil. Reprodução fotográfica Romulo Fialdini.



Fig 8 – *Descoberta do Brasil [Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*, 1922. Óleo sobre tela, 190 x 333 cm. Museu Museu Paulista (São Paulo, SP). Reprodução fotográfica de autoria desconhecida.

⁴⁷ A obra “*Desembarque de Pedro Álvares Cabral em Porto Seguro em 1500*”, tela de grande notoriedade, é uma das mais populares representações da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, sendo adotada como iconografia para inúmeros livros escolares e outras publicações.

⁴⁸ Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural.



Fig. 9- *Partida de uma expedição Mercantil de Porto Feliz para Cuiabá*. Hercules Florence, 1830.
Nanquim a pena, 29 x 43 cm. Coleção Cyrillo Hercules Florence.



Fig. 10 - *Benção das Canoas (Porto Feliz)*. Aureliano Zimmermann - Óleo sobre tela, 135 x 100 cm.
Acervo Museu Paulista da USP, primeira metade do século XX.

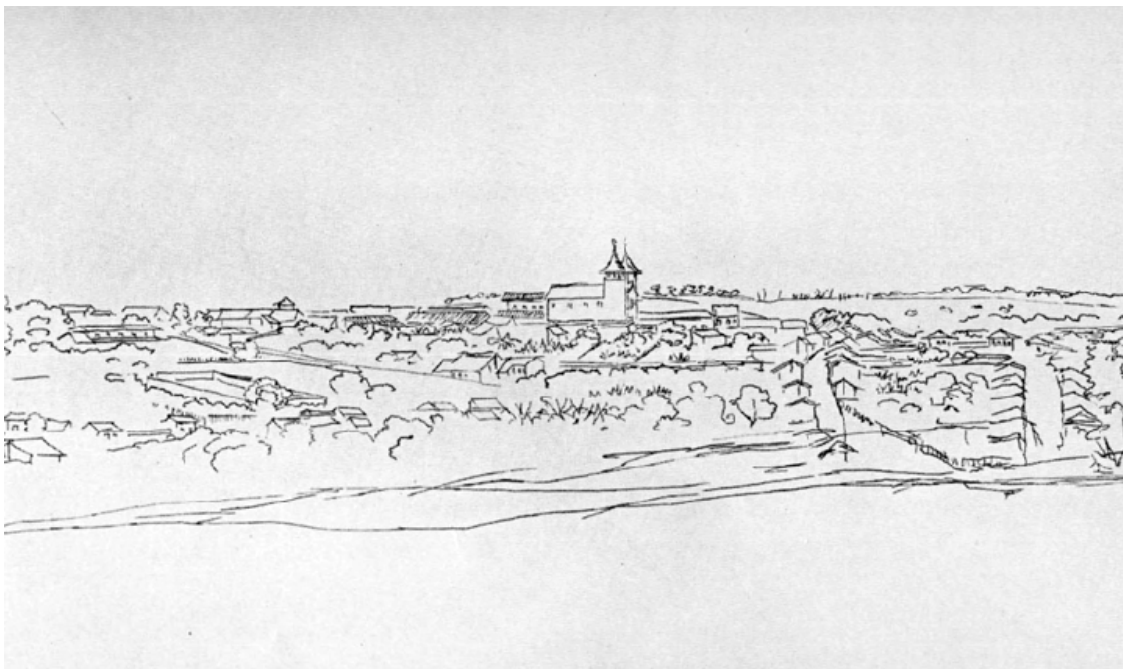


Fig. 11 - *Porto Feliz*. Hercules Florence (1804-1879). Extraído de “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, ed. 1941.



Fig. 12 - *Porto Feliz - vista do Rio*. Hercules Florence (1804-1879). Extraído de “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, ed. 1941.



Fig. 13 - *Porto Feliz*, 1826. Sylvio Alves, s.d.. Óleo Sobre Tela, 90 x 50 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.



Fig. 14 - *Porto Feliz*, 1826. Sylvio Alves, s.d.. Óleo Sobre Tela, 100 x 60 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

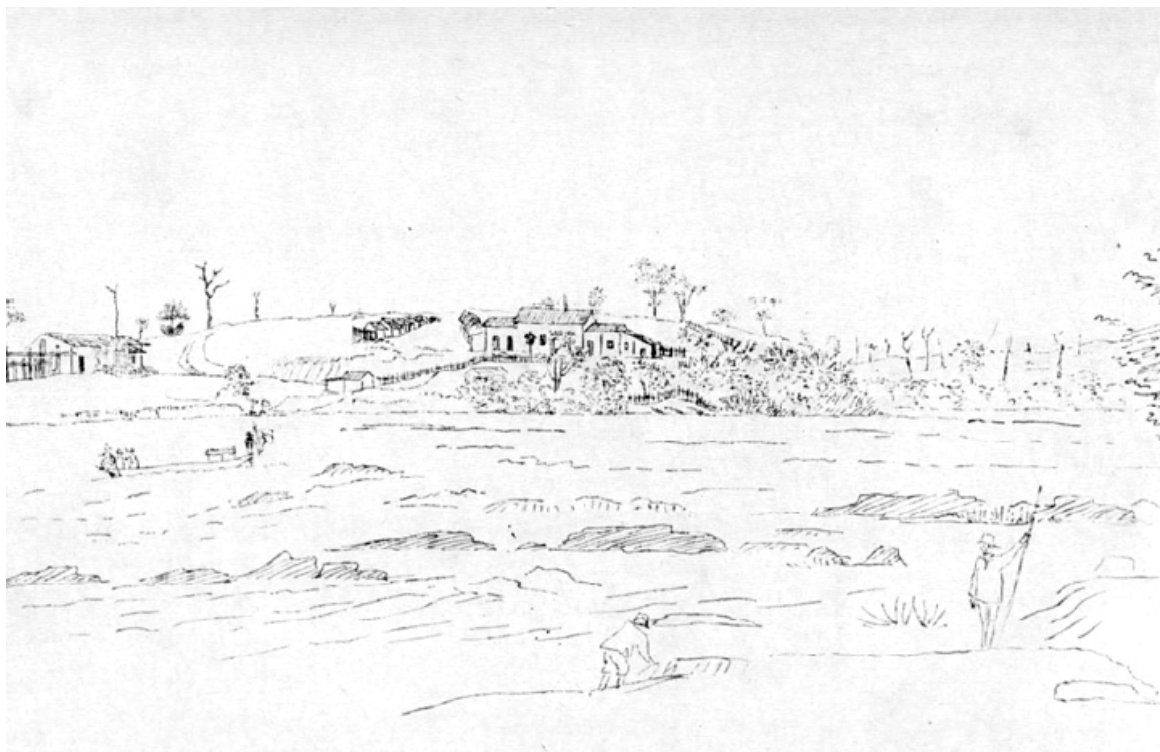


Fig. 15 – *Pirapora*. Hercules Florence. Extraído de “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, ed. 1941.



Fig. 16 – *Pirapora de Curaçá (Hoje Porto Feliz)*. Zilda Pereira, s.d.. Óleo sobre tela, 80 x 56 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

Pirapora também é representada por Sylvio Alves (São Paulo SP 1926). Apesar de não se encontrar referência de desenho anterior, a tela se assemelha às representações das cenas antigas de paisagem de Porto Feliz. A imagem retrata a vista superior da cidade e arredores com o rio Tietê à direita, coberturas de sapê e tendas ao centro, além de casas alinhadas à margem do rio.

Sylvio Alves teve sua formação artística no Liceu de Artes de São Paulo entre 1945 e 1949. Na década de 50 estudou na Itália, cursando afresco na *Scuola Delle Arti Ornamentali*, e, sob a orientação do Prof. Cesare Brandi, História da Arte e Restauro no *Instituto Nacional D'Archeologia e Storia dell'Arte*. Na França estudou na *Ecole D'Art Italien*, aperfeiçoando-se na Escola Superior de Belas Artes. De volta ao Brasil, em 1957, assumiu as cadeiras de desenho, pintura e técnica de pintura no Museu de Arte da Fundação Armando Alvares Penteado, FAAP.

Alves realizou uma série de retratos de personalidades, dentre eles, do General Eurico Gaspar Dutra, Jânio Quadros, Barão e Baronesa Mazzei, Paulo Abreu e de Oswaldo Gomes Cardim.



Fig. 17 – *Pirapora*. Sylvio Alves, s.d..Óleo sobre tela. Acervo do Museu Paulista da USP.

As aquarelas de Adrien Aimé Taunay servem de referência para Oscar Pereira da Silva.

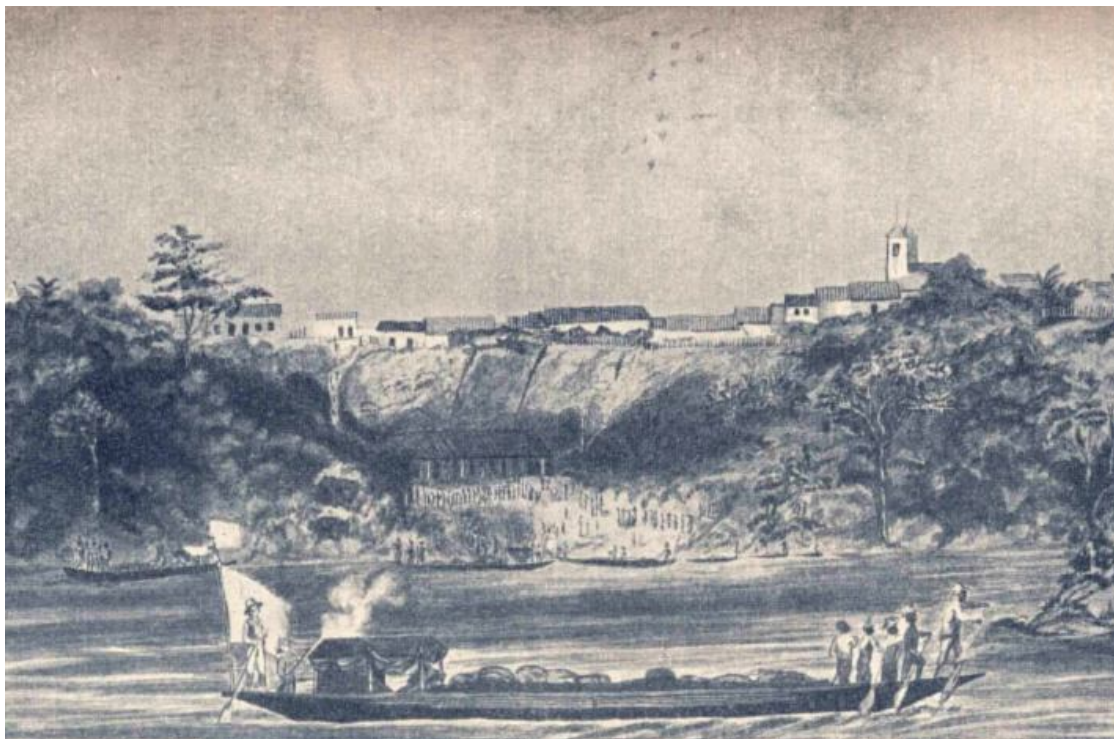


Fig. 18 – *Partida de Porto Feliz para Cuiabá*. Adrien Taunay. Extraído de “Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas”, ed. 1941. p.59.

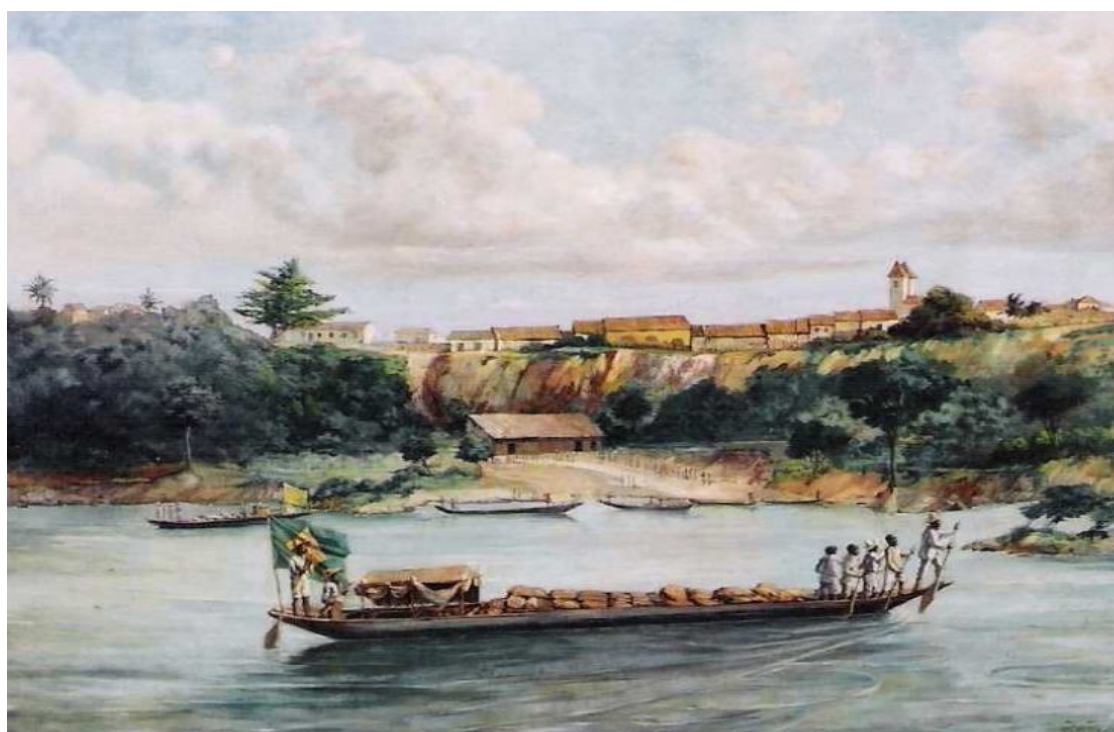


Fig. 19 – *Partida de Porto Feliz*. Oscar Pereira da Silva, 1920. Óleo Sobre Tela, 130 x 86 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

Dois outros artistas também retrataram a paisagem local. São eles José Ferraz de Almeida Júnior e Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra (1812 - 1875), conhecido como Miguelzinho Dutra.



Fig. 20- *A partida das Monções* (1897). José Ferraz de Almeida Júnior. Óleo sobre tela, 390 x 640 cm. Acervo Museu Paulista da USP.



Fig. 21- *A partida das Monções* (*Estudos*). José Ferraz de Almeida Júnior, 1897. Óleo sobre tela. Acervo artístico-cultural os Palácios do Governador do Estado de São Paulo. Palácio dos Bandeirantes e Acervo do Museu Paulista da USP.

José Ferraz de Almeida Júnior (1850 - 1899), nascido em Itu, concluiu seus estudos na Academia Imperial de Belas Artes em 1874. No ano seguinte retornou para Itu e trabalhou como retratista e professor de desenho. O imperador dom Pedro II (1825 – 1891) em visita ao interior de São Paulo, impressionou-se com seu trabalho e lhe concedeu uma bolsa de estudos na Europa.

Almeida Júnior viveu em Paris entre 1876 e 1882, estudou na *École National Supérieure des Beaux-Arts* [Escola Nacional Superior de Belas Artes], participando de quatro edições do *Salon Officiel des Artistes Français*. Em 1882 retornou ao Brasil, realizou exposições de suas obras produzidas em Paris, e instalou seu atelier em São Paulo.

Conhecido pela crítica de arte brasileira como o “pintor do nacional”, Almeida Júnior retratou em muitas de suas telas os costumes, as cores e a luminosidade regional, contrariando a tradição temática eurocêntrica, da pintura acadêmica de sua época. Na última década de sua vida pintou um conjunto de telas com temas regionalistas, que o credenciaria a conquistar lugar de destaque na história da arte brasileira. Nestas obras ele retrata o caipira em seu ambiente pobre e simples, no seu cotidiano calmo e triste, sem menosprezá-lo ou caracterizá-lo como personagem pitoresco⁴⁹. Destacam-se, do conjunto de sua obra, as seguintes pinturas: *Caipiras Negaceando* (1888), *Caipira Picando Fumo* (1893), *Amolação Interrompida* (1894), *Apertando o Lombilho* (1895), *O Violeiro* (1899).



Fig. 22 – A direita, *Caipira Picando Fumo*, 1893. Óleo sobre tela, 202 x 141 cm. No centro, *Amolação interrompida*, 1894. Óleos sobre tela, 200 x 140 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Reproduções fotográficas de Isabella Matheus. À esquerda, *Salto de Itu*, 1886. Óleo sobre tela 199 x 135 cm. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Reprodução fotográfica de Romulo Fialdini

⁴⁹ Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural, op. Cit..

Miguel Arcanjo Benício de Assumpção Dutra (Itu SP 1812 - Piracicaba SP 1875) foi pintor, escultor, ourives, arquiteto, poeta, entalhador, decorador de igrejas e musicista. Autodidata, pertence a uma família que deu origem a várias gerações de artistas⁵⁰.

No ano de 1841 seus desenhos decoram o primeiro mapa da cidade de São Paulo, de autoria de Rufino José Felizardo da Costa. Em 1844, morando em Piracicaba, ele realiza as obras de entalhe da Igreja Matriz. Em 1847, por ocasião da visita do imperador dom Pedro II, pinta a aquarela *Pavilhão do Ipiranga*, que é o mais antigo documento iconográfico daquele local.

Miguelzinho Dutra realiza e executa o projeto da Igreja da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte em Piracicaba em 1853, trabalhando, também, como entalhador e marceneiro. É seu o projeto da Igreja Matriz de Rio Claro, de 1854. Posteriormente, em Piracicaba, projetou e trabalhou como entalhador das portas e imagens da Capela do Paço do Senhor do Horto, inaugurada em 1873.

Durante sua carreira, retratou em suas aquarelas tipos humanos, aspectos da cidade de Itu e vistas das cidades de Piracicaba e São Paulo. Atualmente estas aquarelas, reunidas em álbum pelo artista, pertencem ao acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

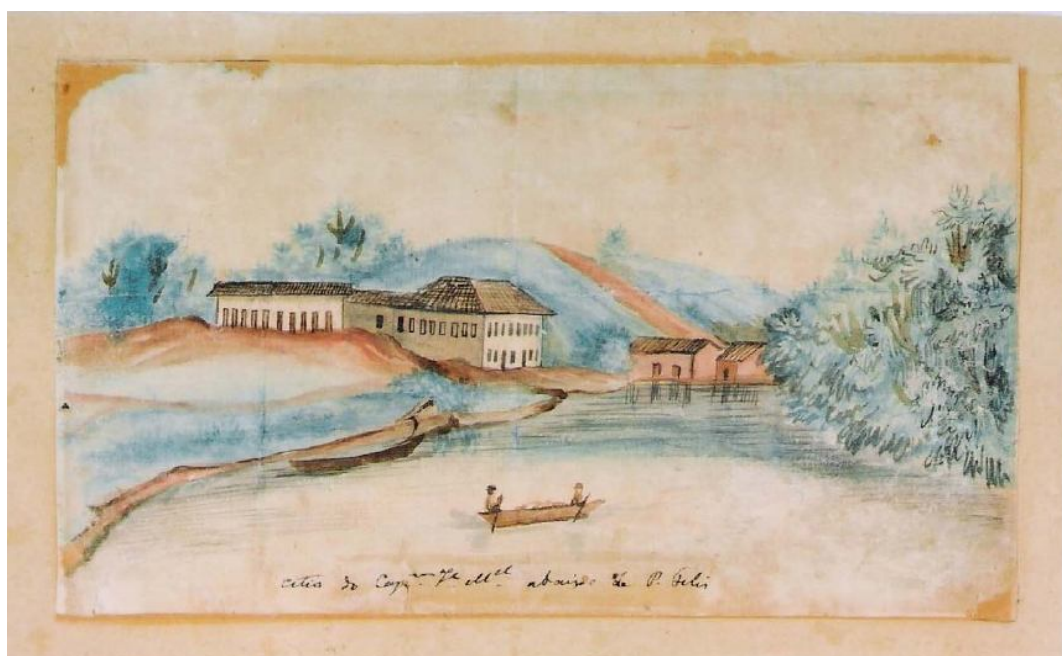


Fig. 23 – Sítio do Capitão José Manuel, abaixo de Porto Feliz (às Margens do Tietê). Miguelzinho Dutra, s.d.. Aquarela sobre papel, 11 x 19 cm. Acervo do Museu Republicano Convenção de Itu.

⁵⁰ Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural, op.cit..

A aquarela *Sítio do Capitão José Manuel* [Fig.23], de autoria de Miguelzinho Dutra, é reproduzida, em óleo sobre tela, por Sylvio Alves em 1943 [Fig. 24].



Fig. 24 - *Sítio do Capitão José Manuel*. Sylvio Alves, 1943. Óleo sobre tela, 59,5 x 49 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

Outras duas obras importantes, *A Canoa Fantasma* [Fig. 25] e *Monstro Fluvial – Pirataraca* [Fig. 26], ambas de autoria de Nair Opromolla de Araújo, também foram realizadas a pedido de Affonso Taunay para o acervo do Museu Paulista.

Estas obras fazem referência aos relatos lendários de Zuzarte sobre o rio Tietê.



Fig. 25 – *A canoa Fantasma*. Nair Opromolla de Araújo, s.d.. Óleo sobre tela, 43 x 29,2 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

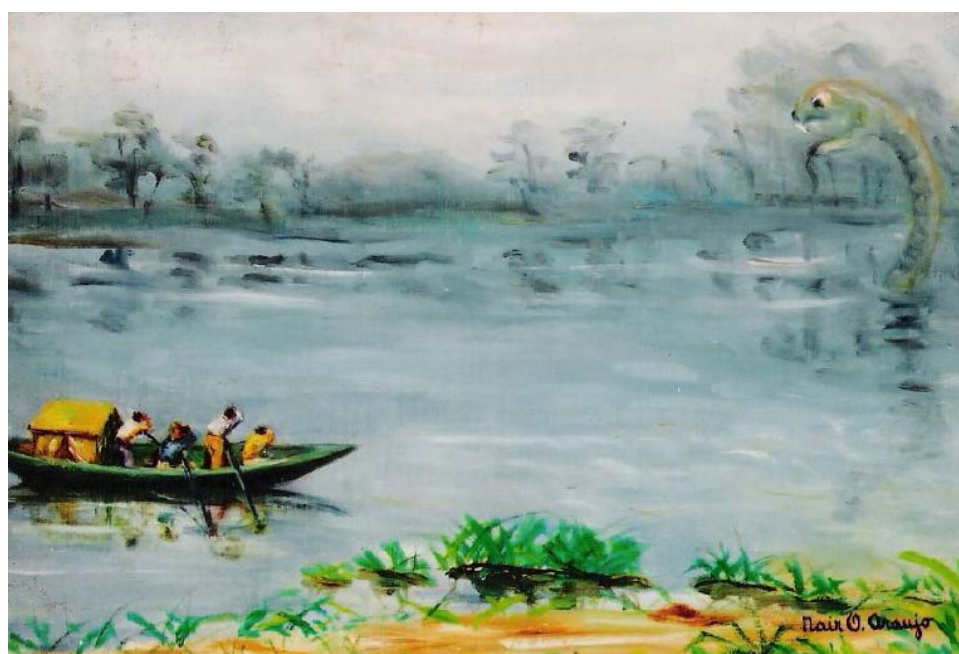


Fig. 26 – *Monstro fluvial – Pirataraca*. Nair Opromolla de Araújo, s.d.. Óleo sobre tela, 43 x 29,2 cm. Acervo do Museu Paulista da USP.

Outra obra que retrata Porto Feliz é de autoria de Toledo Piza (1887 - 1945) [Fig. 27]. A pintura mostra, em primeiro plano, uma ponte, as ruas e o casario que ascendem em direção da Matriz. No fundo, correspondendo ao espigão, estão a Igreja Matriz com suas torres primitivas - sem os atuais cruzeiros de coroamento - e o renque de palmeiras imperiais à frente.



Fig. 27 - *Porto Feliz*. Domingos Viegas Toledo Piza, s.d.. Óleo sobre tela, 60 x 70 cm.
Reprodução fotográfica autoria desconhecida. Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural.

Domingos Viegas Toledo Piza estudou na Sorbonne, formando-se em direito em 1909. Ainda na França, em 1913, estudou na *Academie de La Grande Chaumière* sob a orientação de Lucien Simon e René Ménard.

Suas obras têm grande destaque na história da pintura brasileira, retratando principalmente paisagens, cenas urbanas e naturezas-mortas, várias delas do interior paulista. Apesar de ter produzido relativamente pouco, é notável o elevado

nível de qualidade de suas pinturas, influenciadas por pintores impressionistas (principalmente Cézanne)⁵¹.

A seguir reproduzimos algumas das pinturas de Toledo Piza, pelo que elas captam da atmosfera regional:



Fig. 28 - *Amparo II*, 1925. Óleo sobre tela, 44,5 x 54 cm. Reprodução fotográfica Romulo Fialdini. Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural.



Fig. 29 - *Salto de Piracicaba*, 1934. Óleo sobre tela, 80 x 100 cm. Reprodução fotográfica Raul Lima. Enciclopédia Artes Visuais Itaú Cultural.

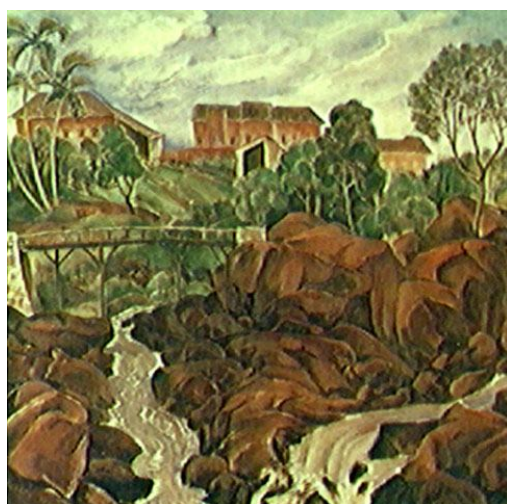


Fig. 30 - *Paisagem com Cascata*, 1930. Óleo sobre tela, 54 x 59 cm. Pinacoteca do Estado (São Paulo, SP). Reprodução fotográfica Romulo Fialdini



Fig. 31 - *Paisagem*, s.d.. Óleo sobre tela, 55 x 60 cm. Reprodução fotográfica de autoria desconhecida.

⁵¹ LEITE, José Roberto Teixeira. Dicionário crítico da pintura no Brasil. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

3.4 - Patrimônio cultural.

Autoria: Fábio de Almeida

3.4.1 - Identificação e arrolamento de estudos e levantamentos do patrimônio arquitetônico.

Nesta etapa foram pesquisados os levantamentos do patrimônio arquitetônico existentes em órgãos responsáveis pela sua preservação.

Em nível municipal, na Prefeitura Municipal de Porto Feliz, foram encontrados apenas desenhos e documentos referentes aos edifícios administrados ou de propriedade do poder público. Não foram encontrados projetos relevantes, tendo em vista que só recentemente a Prefeitura Municipal começou a exigir a apresentação de projetos para aprovação das construções no município. Anteriormente eram solicitados apenas documentos de registro de propriedade.

Fato importante a relatar é a recente aprovação pela Câmara Municipal de legislação específica para constituição do Conselho Municipal de Preservação.

No Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT, foram encontrados significativos registros do patrimônio arquitetônico existente em Porto Feliz. O primeiro deles é um levantamento sistemático destinado a inventariar bens culturais; o segundo, três cadernos de inventário da arquitetura do açúcar na região de Porto Feliz; o registro fotográfico de edificações e áreas de interesse cultural em diferentes épocas e, finalmente, uma pequena hemeroteca.

O levantamento sistemático de bens culturais foi elaborado em 1981. Coordenado pelo arquiteto Gustavo Neves da Rocha Filho, apresenta 63 fichas de levantamento de diferentes edificações da área urbana, preenchidas por Valmir Rossignoli.

As fichas [Fig. 32] apresentam descrições das características exteriores do edifício, apontando a localização, tipologia, descrição das envazadura, descrição das esquadrias, descrição da cobertura, o uso da edificação à época do levantamento, data de construção e uma avaliação do mérito para a preservação. A ficha ainda apresenta uma classificação do estado de conservação, grau de proteção existente e classificação, além de fotografia.

Este levantamento é bastante relevante por apresentar os edifícios da área urbana e sugerir uma classificação do seu interesse para a preservação. Nesta

classificação são diferenciados aqueles edifícios com valor principalmente ambiental, edifícios prejudicados pela inserção de elementos construtivos não condizentes à sua arquitetura e edifícios de notável valor arquitetônico.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
CONDEPHAAT

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DESTINADO A INVENTARIAR BENS CULTURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO
 Iniciado em Jan. 1981

C I D A D E Porto Feliz

Nº da foto de referência	CARACTERÍSTICAS DO EDIFÍCIO (só exteriores)	Estado de conservação	Gráu-de proteção	Classificação
69-08 1920	Local Pça Duque de Caxias nº 24 Tipologia casa térrea de morada inteira Enxarcaduras vergas retas Esquadrias porta de duas folhas calhadas c/ bandeira janelas de vidraça de abrir c/ bandeira e escuro Cobertura duas águas, telha capa-e-canal, oimalha de massa Outras Mérito arquitetura de valor principalmente ambiental Uso atual residência Data de construção século XIX	S		3




Foto: Gustavo Neves do Recife Filho - 1981

Outros dados

Ficha preenchida por VALMIR ROSSIGNOLI Data _____

Fig. 32 - Ficha de levantamento sistemático para inventariar bens culturais do município de Porto Feliz. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

As edificações registradas no levantamento estão localizadas na região central, local do início do povoamento de Araritaguaba. Compreendem a área próxima ao antigo porto do Rio Tietê, o Largo da Penha, avançam para o Largo da Matriz, algumas ruas transversais e segue o eixo do antigo caminho para Sorocaba [Fig. 33].

As fichas apresentam uma seleção de edificações de diferentes usos, destacando-se o casario, alguns edifícios públicos, edifícios religiosos, edifícios da estação ferroviária, e a Fábrica Nossa Senhora Mãe dos Homens.

Este levantamento realizado há quase trinta anos, propiciou constatar o grau de alteração de edifícios e até mesmo o desaparecimento de alguns deles. Também foi possível detectar a não inclusão de diversas obras de interesse arquitetônico, principalmente no estilo Art Déco.

Juntamente com as fichas do levantamento, as fotos do arquivo do CONDEPHAAT auxiliaram a identificação da transformação da paisagem de Porto Feliz e de alguns edifícios especificamente.

A hemeroteca do CONDEPHAAT trouxe uma série de notícias veiculadas nos jornais locais da cidade, da região e da capital, referentes aos acontecimentos ligados ao seu patrimônio cultural. A demolição e o abandono de alguns exemplares arquitetônicos, acontecimentos festivos tradicionais, questões relacionadas ao turismo, referência a acontecimentos históricos ligados às monções e às bandeiras são outros temas presentes nessas matérias jornalísticas.

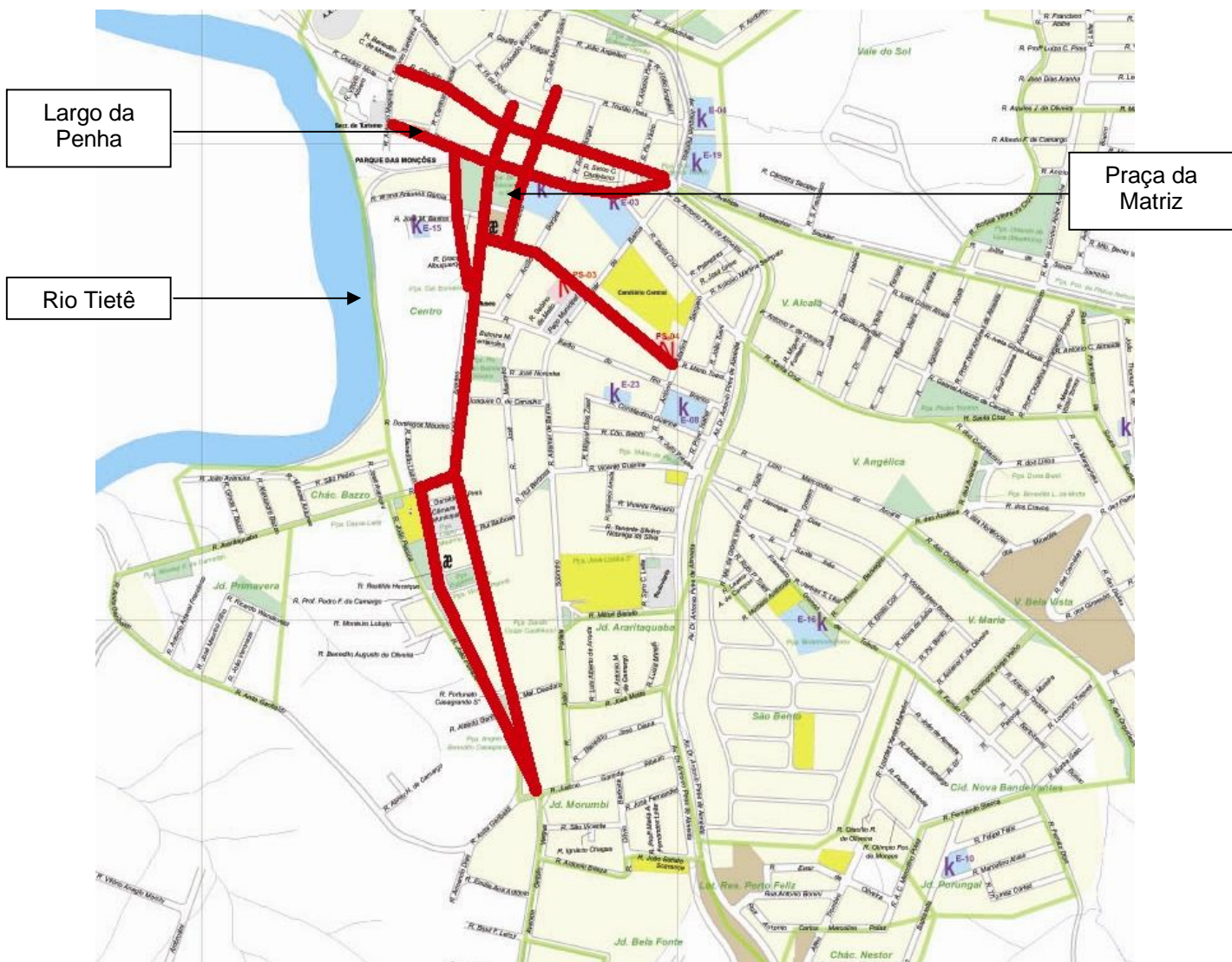


Fig. 33 – Mapa do centro de Porto Feliz e em vermelho as ruas que apresentam edificações arroladas no levantamento do CONDEPHAAT em 1981.



Fig. 34 – Notícia do Jornal O estado de São Paulo Data: 01/11/1987. Pág. 22. Hemeroteca do CONDEPHAAT.

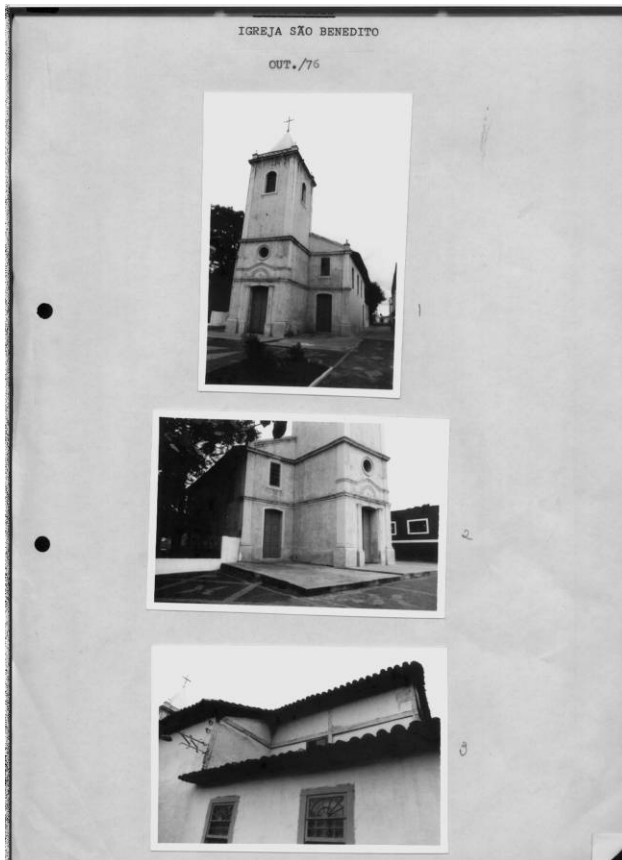


Fig. 35 – Fotografias de edifícios de Porto Feliz. Acervo do CONDEPHAAT.

Outro levantamento realizado pelo CONDEPHAAT constitui os cadernos “Arquiteturas do Açúcar”, realizado em 1977, com o objetivo de estudar as fazendas ao redor da cidade de Itu e de identificar os remanescentes de engenhos de açúcar da primeira fase de instalação dessa indústria no planalto paulista. Foram produzidos três cadernos contendo descrições sumárias, croquis e fotografias das fazendas visitadas distribuídas da seguinte maneira:

- Caderno 1 – Alambiques em torno de Cabreúva.
- Caderno 2 – Fazendas em torno de Itu e Porto Feliz: margem esquerda do Tietê.
- Caderno 3 – Fazendas em torno de Itu e Salto: margem direita do Tietê.

O caderno 2 apresenta material referente à quatro bens, que são:

- Chácara Dalsoglio (Dersole)
- Fazenda Abdala
- Fazenda Lima
- Engenho Central

Destes, apenas o Engenho Central continua existindo, ainda que desativado.

Do material elaborado nos levantamentos, merecem destaque os primorosos croquis de edificações e o levantamento fotográfico da arquitetura rural da região. Este levantamento foi coordenado pelo arquiteto Júlio R. Katinsky. A equipe de realização foi composta por: Arq. Antônio Luiz Dias de Andrade (levantamentos, execução de inventário e desenhos); Arq. Jorge Hirata (fotografia); Arq. Jorge Makhohl (levantamentos); José Paulo Ganzelli (desenhista estudante).



Fig. 36 – Fotografia da Fazenda Lima em Porto Feliz. Arquiteturas do Açúcar. Autor: Jorge Hirata. Acervo do CONDEPHAAT.

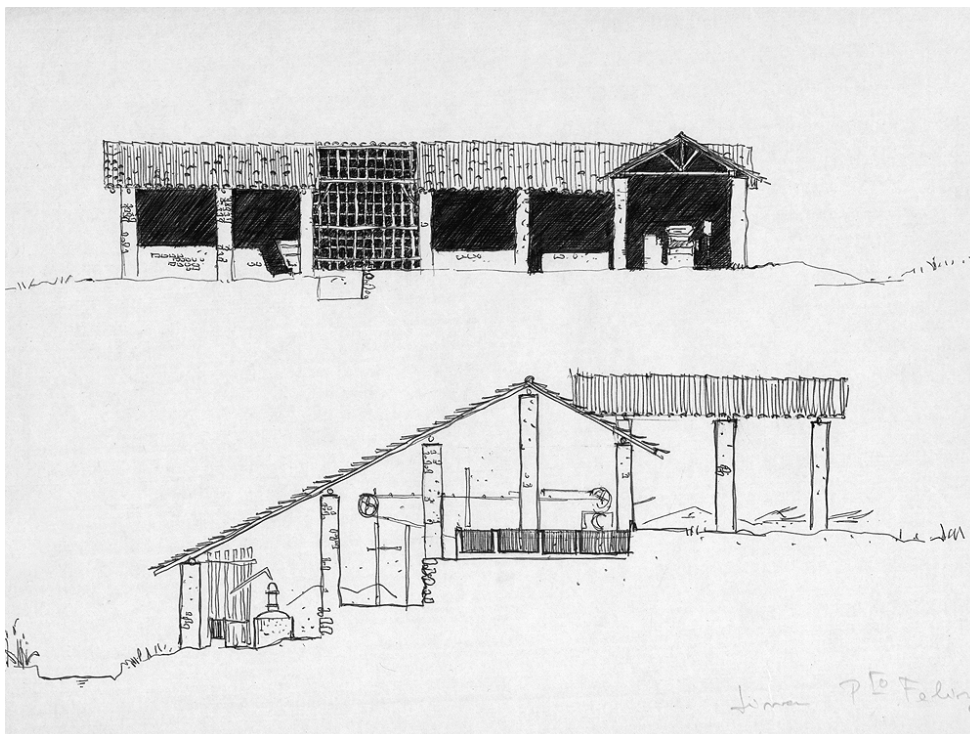


Fig. 37 – Croqui da Fazenda Lima em Porto Feliz. Autor: Antônio Luiz Dias de Andrade. Arquiteturas do Açúcar. Acervo do CONDEPHAAT.



Fig. 38 – Fotografia do Engenho Central. Arquiteturas do Açúcar. Autor: Jorge Hirata. Acervo do CONDEPHAAT.

Outra importante obra bibliográfica sobre a arquitetura rural da região é o livro “O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo”, de autoria de Neide Marcondes Martins, editado em 1978. Este apresenta estudos de sete exemplares rurais de Porto Feliz, que são:

- Fazenda Lucrian - antiga Santa Rosa.
- Chácara Olga Bykadoroff-antiga família Bernadelli.
- Fazenda Wandavelde.
- Fazenda São Pedro-Prop Guilherme Campos Sales.
- Fazenda Areia Vermelha-Prop João Teixeira Assunção.
- Fazenda Engenho D’água.
- Fazenda Moinho.



Fig. 39 - Fazenda Wandavelde. Fonte: MARTINS, Neide Marcondes. O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

3.4.2 - Listagem de bens tombados móveis e imóveis

Bens tombados pelo CONDEPHAAT:

Parque das Monções: Processo n.º 15.559/69.

Sobrado – Museu das Monções: Processo 07859/6.

Casa da Alfândega: Processo: 07860/69.

**Levantamento relativo a Porto Feliz na 9ª Diretoria Regional do IPHAN -
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**

Autoria: Maria Cristina Wolff de Carvalho

Foram encontrados no IPHAN dois processos arquivados. São eles: Processo n. 848-T-71, relativo ao Conjunto Arquitetônico de Porto Feliz, São Paulo, e Processo n. 482-T, referente à Igreja Matriz de N. Sra. Mãe dos Homens, em Porto Feliz, São Paulo.

Processo n. 848-T-71, relativo ao Conjunto Arquitetônico de Porto Feliz, São Paulo:

1- 17 de setembro de 1945: É encaminhado o ofício de n.427, do então Prefeito Municipal de Porto Feliz, Sr. Lauro Maurino, ao Diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Estado.

Nele o Prefeito manifesta o esquecimento da cidade pelos poderes públicos, incluindo-se um próprio do Estado, o Parque das Monções. Parece faltar uma folha no processo mas, deduz-se que o Prefeito solicita uma dotação para “reparações e melhoramentos do parque” e remuneração de um zelador, “ para que se torne mais aprazível aos seus visitantes e condigno com a finalidade histórica que simboliza”.

2- São Paulo, 20 de novembro de 1945: carta do Prof. Tito Livio Ferreira, 1o Secretário do IHGE, ao Diretor da então 6ª Região do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encaminhando o ofício n. 427, acima mencionado do Prefeito de Porto Feliz, Sr. Lauro Maurino.

3- Depois de uma lacuna de 26 anos no processo, o documento que segue é uma carta do Sr. Vicente Palma, Diretor do Museu Histórico e Pedagógico das Monções (fundado em 13 de outubro de 1963), datada de 30 de julho de 1971, endereçada ao Presidente da República.

Nela o Sr. Palma faz o elogio e a história de Porto Feliz. Em longas passagens épicas, aponta fatos e personagens de seu passado heróico. Porém, o

importante a ressaltar é o objetivo de Palma, já motivo de decreto de Candido Mota Filho, ex-Ministro do Governo da República: o reconhecimento de Porto Feliz como “cidade-monumento”. Palma apela para um estranho argumento: diz que para Prefeito Municipal da cidade deveria ser nomeado – “um interventor ou Governador [sic] – que, por certo, mais garantiria o seu passado, cuidaria das suas tradições e melhor saberia guardar as suas glórias e as suas relíquias históricas.” Enfim, a solicitação ao Presidente é que Porto Feliz, a “Terra das Monções” seja amparada, “pelo seu passado de glórias, que deve ser guardado para dignidade do Brasil!”.

4- O ofício do Gabinete do Presidente, SECOR 45 706, 04-2-3, datado de Brasília, aos 12 de agosto de 1971, assinado por Sérgio N. Medici, Secretário Particular do Presidente da República, encaminha ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico da União, para exame e providências, o expediente do Sr. Vicente Palma, Diretor do Museu Histórico e Pedagógico das Monções.

5- O ofício n. 1874, datado do Rio de Janeiro, a 30 de agosto de 1971, assinado por Renato Soeiro, Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encaminha ao Chefe do 4o distrito, arquiteto Luís Saia, a cópia do expediente de Palma ao Presidente da República e solicita parecer de Saia sobre “a proposta, ali contida, para o tombamento, em Porto Feliz, dos ‘seus edifícios principais, ou pontos pitorescos e de história’, ...como o Parque das Monções incluindo o paredão Ararituaguama [sic] e a gruta de Nossa Senhora de Lourdes”. Esclarece que o arquivo do IPHAN não possui nenhuma documentação fotográfica de Porto Feliz, exceção feita à Igreja Matriz.

6- Outro ofício, de n. 1875, do Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Renato Soeiro, também de 30 de agosto de 1971, ao Diretor do Museu Histórico e Pedagógico das Monções, dá conta ao sr. Palma das providências tomadas, ou seja, da solicitação a Luís Saia, de emitir parecer sobre sua proposta de tombamento, “a fim de habilitar este órgão a deliberar sobre o assunto.”

E assim termina o processo.

Processo n. 482-T, da Igreja Matriz de N. Sra. Mãe dos Homens em Porto Feliz, São Paulo:

1- Ofício n.194, Rio de Janeiro, 3 de março de 1953, do Diretor da DCR da DPHAN, Renato Soeiro, ao Chefe do 4º Distrito, Dr. Luís Saia. Solicita esclarecimentos sobre se há recomendação para tombamento da Igreja Matriz de Porto Feliz, afim de que seja possível atender à solicitação de interessados na obtenção de auxílio para as obras de restauração. Pede brevidade na resposta.

2- Segue uma informação ao diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, datada de 9 de outubro de 1962, assinada por Judith Martins, Chefe da S.H. [Seção de História]. Ali Judith explica que o processo n. 482-T deixou de ter andamento porque ficou sem resposta o ofício n. 194 de 5 [sic] de março de 1953.

3- O despacho de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor, na mesma data de 9 de outubro de 1962, é que se reitere ao Chefe do 4º Distrito a solicitação.

4- Na mesma data de 9 de outubro de 1962, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Diretor do PHAN, por intermédio do ofício n. 1257, endereçado ao Dr. Luís Saia, reitera a solicitação “no sentido dessa chefia prestar esclarecimentos a respeito do monumento e, bem assim, informar se haverá interesse especial em inscrevê-lo nos Livros do Tombo”.

E assim termina o processo.

3.4.3 - Identificação e arrolamento de bens culturais imateriais

Autoria: Juliana Moura Gutierrez

Lugares de memória

As lembranças só podem ser verdadeiramente reconstituídas quando a reconstrução se estabelece partido de fatos ou de noções comuns a um grupo de pessoas, pois assim, ocorre uma relação de trocas entre uma mesma sociedade; *“... só temos a capacidade nos lembrar, quando nos colocamos no ponto de vista de um ou mais grupos e de nos situar novamente em uma ou mais correntes do pensamento coletivo.”*⁵²

A memória de um indivíduo não é isolada e fechada, pois ele encontra pontos de referência para a sua memória individual na sociedade ou seja fora dele, ela se limita no tempo e no espaço. A memória coletiva também é limitada por um tempo e por um espaço, mas não são os mesmos limites, os limites da memória coletiva são mais restritos e mais remotos.

Assim, segundo Maurice Halbwachs, em um indivíduo há duas memórias, e podemos classificá-las em memórias exteriores – memória social e em memórias internas – memória pessoal; a memória pessoal se constituiria em uma memória autobiográfica e a social em memória histórica. Como a segunda é mais ampla, a memória pessoal, se apóia na histórica; porém para o indivíduo a memória autobiográfica se apresenta de forma bem mais clara e contínua, enquanto que a memória histórica se apresenta de forma fixa e reduzida.

Os indivíduos são capazes de lembrar dos fatos históricos através de palavras ouvidas ou lidas, são através destes sinais que podemos lembrar de todos os acontecimentos do passado. Assim o meio social passado e a sua memória coletiva, são interiorizados em cada indivíduo através dos sinais históricos, que contém datas, conceitos definidos, entre outras coisas, de cada acontecimento passado; *“... se a memória coletiva não tivesse outra matéria senão séries de datas, ou listas de fatos históricos, ele não desempenharia senão um papel bem secundário na fixação de nossas lembranças.”*⁵³ Mas não podemos resumir os

⁵² HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990. Pág. 36.

⁵³ Idem 04. Pág. 57.

quadros de memória coletiva em cada fato escrito e fixado em datas históricas, porque o passado foi formado por diferentes correntes de pensamentos, uma história que com o tempo se perpetua e se renova.

O passado histórico da cidade de Porto Feliz, está fixado em um determinado período de tempo e a memória coletiva das Monções está baseada em datas e fatos determinados historicamente; estes fatos históricos pertencem à memória coletiva da cidade e são interiorizados coletivamente através destes sinais históricos, mas com a criação da "Semana das Monções" no ano de 1952, estas datas e fatos históricos são novamente marcados contemporaneamente para um grupo de indivíduos que fazem parte da sociedade portofelicense, e através dela aquele meio social distante da sociedade contemporânea é lembrado, revivido e "transmitido" para os grupos seguintes e para as gerações futuras. Para cada indivíduo daquela geração que participou da criação da "Semana das Monções" ela pode ser lembrada de um ponto de vista particular, mas todos eles fazem parte da memória coletiva da cidade, pois cada um é capaz de lembrar de um detalhe, de uma característica particular, entre outras coisas, formando uma memória social que é coletiva à cidade de Porto Feliz.

Ainda segundo Maurice Halbwachs, *"não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial"*⁵⁴; num espaço material de uma cidade, existem diversos lugares que permitem aos moradores lembrar algo do seu passado e do passado da cidade. O espaço é uma realidade material que cerca os indivíduos, possibilitando a esses indivíduos compreenderem o passado que se conserva nesse meio material.

Todo grupo de indivíduos, ou uma atividade coletiva, estabelecem uma relação com um lugar, com uma parte do espaço; *"Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem."*⁵⁵ O indivíduo, como membro de um grupo, faz parte do equilíbrio e é influenciado pela natureza material de um lugar.

No município de Porto Feliz existem vários espaços materiais públicos, que revelam a história do município e a memória social dos grupos que foram

⁵⁴ Idem 04. Pág. 143.

⁵⁵ Idem 04. Pág. 133.

agentes históricos de sua época. São patrimônios históricos que permitem que a memória coletiva desses grupos seja revisitada, pelos novos agentes / moradores.

Estas imagens espaciais desempenham fundamental papel para a memória coletiva de uma cidade, pois nos vários lugares “históricos” encontramos a marca dos agentes históricos e estes indivíduos também de certa forma foram marcados pela localidade.

Os diversos lugares que reportam os moradores da cidade de Porto Feliz a época das monções e ao seu passado, permitem que eles mantenham a lembrança de época passadas e dos fatos históricos vividos pelas gerações passadas. A memória social e coletiva das Monções e do povo portofelicense se mantém através destes lugares que são marcos da história da cidade; a tradição da "Semana das Monções", concretizada anualmente há quase quatro décadas contribui de forma indelével para a constituição e formação desta memória coletiva entre os moradores de Porto Feliz pois é neste momento que os moradores mais recentes, as crianças, os jovens, moradores mais antigos, visitantes, enfim uma grande parte da população entra em contato com a história monçoeira e pode observar os marcos históricos cristalizados em monumentos, lugares tombados, casarões antigos, entre outros, e a história da formação da cidade, que se inicia com as grandes expedições monçoeiras. Portanto, esta tradição, em se reviver a história local, é fortalecida pelos espaços materiais públicos, existentes na cidade de Porto Feliz.

Esta memória social recentemente construída em 1952 com a criação da "Semana das Monções", se apóia na história e encontra nos marcos do passado e nos vários “lugares históricos” a base para se fortalecer e ser transmitida para as segundas gerações que estão participando, pesquisando e estudando a própria história.

Sem a imagem espacial é difícil voltar-se para o passado, o espaço material, marcado por lugares “especiais” permite que a história possa ser revisitada; diante do Parque das Monções é impossível não observar o marco vivo da história, o rio, a natureza viva, são lugares importantíssimos para que a memória social coletiva, mantenha-se, e possa se transformar a cada nova geração, pois *“Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.”*⁵⁶ Os

⁵⁶ Idem 04. Pág. 86.

grupos que guardavam a lembrança do período monçoeiro, já não estão mais presentes na sociedade portofelicense atual, a memória coletiva que agora se formou esta estabelecida a partir do esquema cronológico e do espaço material que foi transmitido por aqueles grupos, e também pela "Semana das Monções", pois se trata de uma memória que se transforma a cada nova geração ou grupo de indivíduos que se formam.

Cada grupo de indivíduos que viveu em um período distinto da história, estabelece uma memória coletiva diferente, pois cada grupo tem a sua própria história, a história de um povo, de uma cidade, é formada por uma sucessão de grupos e de períodos. A história da cidade de Porto Feliz foi formada por muitas memórias coletivas que deixaram de existir, e muitas que se transformaram, mas a lembrança desses grupos podem ser encontradas nos diversos espaços materiais que foram preservados e hoje se constituem como marcos da formação da cidade de Porto Feliz.

Os marcos da formação da cidade de Porto Feliz, permitem que as gerações mais recentes entrem em contato, conheçam o seu próprio passado e o passado da sua cidade, pois *“O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.”*⁵⁷ A importância em conhecer o passado esta em contribuir para a formação de gerações conscientes de seu papel como cidadão e indivíduos melhores.

Estes vários “lugares de memória” do povo de Porto Feliz que estão localizados em vários pontos da cidade, demonstram para os atuais moradores, como era a vida das gerações passadas, as suas relações sociais, as correntes de pensamento, entre outras coisas; e para os antigos moradores, representam as lembranças vivas de avós, pais, amigos, entre outros.

Abaixo estão relacionados alguns “lugares de memória” da cidade de Porto Feliz; existem alguns bens culturais tombados pelo Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, mas todos são considerados bens de interesse público pela prefeitura de Porto Feliz.

⁵⁷ Idem 04. Pág. 87.

Bens tombados pelo CONDEPHAAT:

▪ **Parque das Monções:** Parque das Monções está tombado pelo Condephaat, através do processo n.º 15.559/69. Está situado à margem esquerda do rio Tietê, no local de onde partiam no século XVII e XVIII, as expedições monçojeiras para as regiões auríferas recém descobertas em Mato Grosso e Goiás. É um espaço construído para a celebração da memória de um glorioso capítulo do bandeirismo paulista; foi inaugurado em 26 de abril de 1920 pelo então governador de São Paulo Altino Arantes. Localização: Rua dos Bandeirantes, s/n centro.

O Parque é composto por uma grande área verde, formada ao redor do antigo Porto de Ararituaba, pelo Monumento às Monções, por um Paredão Salitroso, pela Gruta de Nossa Senhora de Lourdes, por uma réplica de um Batelão e por um grande escadaria, que dá acesso ao Parque e que ligava a rua do Porto, atualmente rua Bandeirante, às barrancas do rio Tietê.

O **Monumento às Monções**, foi idealizado pelo historiador Afonso de Escragnoille Taunay, então diretor do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. Construído em granito, na sua parte inferior, é formado por um painel de alvenaria no formato de um semicírculo, que contém a reprodução em bronze de três famosos documentos iconográficos, o célebre quadro de Almeida Júnior “A Partida das Monções”, o quadro “Benção das Canoas” de Hércules Florence, e “Largada de Porto Feliz” de Adrien Taunay; e na sua parte superior é formado por uma coluna rostral em mármore rosa, que contém uma esfera armilar, que é símbolo das Grandes Navegações portuguesas.

O **Paredão Salitroso** é constituído por rocha salitrosa, calcário, e arenito; este importante documento natural é objeto de estudos, mas muito especialistas afirmam que este local esteve submerso há milhões de anos. O antigo nome da cidade, Porto de Ararituaba, provém deste paredão, porque Ararituaba significa em linguagem indígena, lugar onde as araras pousam para bicar.

A **Gruta de Nossa Senhora de Lourdes**, foi construída em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes por dois sacerdotes franceses, Pe. Alexandre Hourdeau, então pároco da Paróquia e seu sobrinho Pe. Vitor Maria Cavron. A Gruta foi escavada no grande paredão salitroso, pela utilização de cargas de dinamite, é formada pela imagem de Nossa Senhora de Lourdes e pela imagem da Santa Bernadette. Foi inaugurada com uma missa inaugural pelo Monsenhor Domingos Magaldi, em 15 de agosto de 1924 durante a tradicional festa da padroeira Nossa

Senhora Mãe dos Homens. A construção contou com o apoio da população portofelicense que contribuiu com donativos.

A réplica do **Batelão** é um exemplar das embarcações que eram utilizadas durante as expedições monçoeiras que partiam do Porto de Araritaguaba; estas embarcações tinham em média 16 metros de comprimento, escavada em um tronco único de madeira timbó, que hoje se encontra praticamente extinta.

Os terrenos situados às margens direita e esquerda do rio Tietê, o local do antigo Porto das Monções, onde está localizado o Parque das Monções, propriedade do Estado, e também a faixa de 600 metros de comprimento por 120 metros de largura ao longo da margem esquerda para quem sobe o rio, a área de fronteira ao Porto, foram também tombados como Monumento Histórico, Artístico e de interesse Turístico.

- **Sobrado – Museu das Monções:** O prédio foi construído por volta de 1850 em taipa de pilão, com a utilização de madeira e barro e em pau-a-pique, por mãos escravas, para servir de residência do capitão-mor, José Manoel de Arruda e Abreu, se constitui como um exemplo de construção das ricas famílias daquela época. Os cômodos do prédio são dispostos, obedecendo a certa hierarquia: as salas da frente da casa e a cozinha, que se localizava fora da casa, eram lugares restritos aos escravos, que não podiam circular pelo resto da casa; no piso superior se localizava os quartos e a salas onde as mulheres ficavam a maior parte do tempo; as salas do piso inferior eram utilizadas para depósito, loja ou alojamento de escravo, a parte da trás eram a área de serviço. Em 1908, o casarão é comprado pelo Governo do Estado e passa a ser utilizado como Grupo Escolar Coronel Esmédio até a década de 1960. No ano de 1965, passou a abrigar o Museu Histórico e Pedagógico das Monções. Recentemente, em 03 de julho de 1998 o Museu foi municipalizado, e recebeu a denominação de Museu das Monções. Localização: Praça Coronel Esmédio, s/n centro.

- **Casa da Alfândega:** Está localizado no Largo da Penha, marco do início do povoamento de Porto Feliz. É o prédio mais antigo do município, construído no começo do século XVIII em taipa de pilão, onde encontramos paredes de 96 cm de espessura. Neste prédio funcionou a Casa da Alfândega, que cobrava os tributos da Coroa Portuguesa de todo o ouro provenientes das minas, que chegavam a Porto Feliz através das expedições monçoeiras. Na atualidade, o histórico prédio abriga o

restaurante Belini, tradicional restaurante onde é servida a famosa Cearense, prato típico da cidade. Localização: Praça Duque de Caxias, centro.

Bens não tombados, mas que são de interesse Histórico, Artístico e Cultural:

▪ **Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens:** O início da construção do prédio remonta a 1747, construído em taipa de pilão, a Matriz foi inaugurada em 9 de outubro de 1750 sob a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens, durante o período áureo das Monções . Construído em estilo barroco, em agradecimento ao sucesso das monções, o prédio demonstra a riqueza das expedições monçoeiras. A matriz se constitui pela nave principal, um altar-mór e duas capelas laterais; as paredes das capelas laterais são recobertas por azulejos pintados por Bruno Di Giusti, artista italiano que produziu os azulejos em forno, retratando as mais importantes passagens históricas da cidade de Porto Feliz. Localização: praça Dr. José Sacramento e Silva, centro.

▪ **Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens:** A imagem da Santa é construída em madeira e foi o segundo oráculo de Porto Feliz. Segundo o livro de Tombo da Paróquia de Porto Feliz, a magnífica imagem foi encomendada em Portugal, para ser colocada da grandiosa Igreja que estava sendo construída para recebê-la. Mas segundo a lenda, a imagem veio da Europa, mas com destino ao povoado de Cuiabá – Mato Grosso, e passando pelo Porto de Ararituaba, ela desembarcou para esperar uma monção que a levaria ao seu destino, mas no dia de seu embarque, ele se tornou muito pesada e ninguém conseguia tirá-la do lugar – seria o desejo da Santa em ficar em Ararituaba. A festa da Padroeira de Porto Feliz é celebrada no dia 15 de agosto, festa litúrgica da Assunção de Nossa Senhora ao Céu. Localização: praça Dr. José Sacramento e Silva – Igreja Matriz.

▪ **Largo da Penha:** É o marco de início do povoamento de Porto Feliz; onde existia uma pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Penha, primeiro oráculo da cidade, e todo o povoado se formou ao redor da capela. Tem uma grande importância pois foi o palco do movimento monçoeiro, os monçoeiros se reuniam no Largo para organizar a Monção. O casarão que foi Casa da Alfândega se localiza no Largo, podemos verificar que era o centro de toda a movimentação do povoado de Ararituaba. Localização: Praça Duque de Caxias.

- **Esfera Armilar:** Monumento inaugurado na Semana do Descobrimento de 2000, está localizado ao centro do Largo da Penha. A esfera é uma cópia ampliada da esfera existe no topo da coluna rostral do Monumento às Monções. A Esfera Armilar é formada por um conjunto de círculos que eram utilizados pelos Astrônomos para localização do sistema planetário e entrecortada por uma Cruz de Malta, símbolo ligado à difusão do cristianismo; ela foi reutilizada, no século XV e XVII pelos portugueses como símbolo de seus descobrimentos. Este símbolo foi utilizado nas bandeiras que iam a frente das canoas nas expedições monçoeiras e mais tarde foi inserida na bandeira de Portugal. Localização: Praça Duque de Caxias s/n centro.

- **Primeiro Fórum e Cadeia Pública:** O prédio também está localizado no Largo da Penha, porém é uma construção mais recente, por volta de 1910, abrigou o primeiro Fórum no piso superior, onde eram realizadas as audiências, e no piso inferior, funcionava a Cadeia de Porto Feliz. As atividades judiciais do prédio foram encerradas em 1979, quando ele passou a abrigar a Biblioteca Municipal. No ano de 1989, o prédio se tornou sede da Guarda Civil Municipal, e da Junta Municipal. Entre 1998 e 2001, a Diretoria de Turismo, Esporte e Lazer passou a funcionar no prédio, possibilitando a criação de mais um espaço cultural – Espaço Cultural Cadeia Velha. Localização: Praça Duque de Caxias, 22 centro.

- **Antigo Posto Policial:** O prédio foi construído em 1919, para atender as ocorrências policiais que aconteciam durante a construção do Ramal Férreo da Sorocabana, este Ramal ligava o município de Porto Feliz ao município de Boituva. Posteriormente, o prédio funcionou como um órgão que controlava a harmonia e a ordem do município, realizando a fiscalização da chegada e saída de visitantes de Porto Feliz. Após este período, o prédio abrigou um Centro de Saúde, a Delegacia de Policia e o órgão fiscalizador do trânsito. Na atualidade, o prédio esta sendo ocupado pela Diretoria de Educação e Cultura do Município. Localização: Rua Othoni Joaquim de Souza, s/n centro.

- **Antigo Armazém da Estrada de Ferro Sorocabana:** Este prédio também foi construído em 1919 para funcionar como armazém da Estrada de Ferro, durante aproximadamente 40 anos abrigou as cargas que chegavam e saíam de Porto Feliz. Atualmente, após grande reforma, funciona como um espaço cultural – Estação das Artes, onde são apresentados peças de teatro, apresentações de

bandas de música, e audições musicais. Localização: Rua Othoni Joaquim de Souza, s/n centro.

- **Prédio da Antiga Estação da Estrada de Ferro Sorocabana:** O prédio foi construído em 1920, em estilo inglês, servia de embarque e desembarque das cargas dos trens. Em 26 de abril de 1920, chegava a Porto Feliz o primeiro trem e estava inaugurado o Ramal Férreo. Na atualidade abriga a Biblioteca Municipal e o Arquivo Público Municipal. Localização: Rua Coronel Eugênio Motta, n.º 86 centro.

Os prédios do Antigo Posto Policial, do Antigo Armazém de Cargas e da Antiga Estação de Ferro Sorocabana, estão localizados próximos um ao outro, formando um Complexo Cultural.

- **Casa da Cultura:** O prédio é um exemplar típico da arquitetura urbana do início do século XIX do município de Porto Feliz; construído em taipa de pilão e pau-a-pique. Chamado Casa da Cultura Dona Narcisa Stettner, em homenagem à doadora do prédio à prefeitura, abrigou por muitos anos a Biblioteca Municipal, e atualmente são realizadas atividades culturais. Localização: Rua Tristão Pires, n.º 123 centro.

- **Engenho Central:** Foi o primeiro Engenho Central da província de São Paulo e o terceiro do País, sua construção revolucionou a produção do açúcar em toda a região. Foi inaugurado em 28 de outubro de 1878. Funcionou durante mais de um século, sofrendo diversas transformações, e parou de funcionar em 1991, devido a concorrências das outras unidades de produção da Companhia União São Paulo, que ainda hoje é proprietária do prédio do Engenho Central. Localização: Rua Cesário Motta, 247 centro.

- **Fazenda Engenho D'água:** A sede da fazenda está localizada à margem direita do rio Tietê, a construção do Sobrado em estilo colonial, de acordo com o Livro de Notas do município, é datada em 1858. O seu primeiro proprietário foi Antônio Paulo Leite Barros, produtor de açúcar; a fazenda desde a sua fundação está voltada para a produção de açúcar. Hoje, ela pertence à Companhia União São Paulo, que iniciou sua demolição, mas a demolição foi embargada por uma ação judicial contra a demolição. Localização: bairro Engenho D'água.

- **Condomínio Residencial Portal dos Bandeirantes:** Este empreendimento imobiliário foi recentemente construído em Porto Feliz, em 1995. Está localizado na Rodovia Antônio Pires de Almeida, s/n Colônia Rodrigo Silva.

O local além de ter em seu nome referência à temática bandeirante, possui uma particularidade ainda mais característica: os nomes das praças e ruas internas foram escolhidos fazendo referência aos grandes nomes do passado histórico de Porto Feliz: Praças: Afonso de Taunay; Alcântara Machado; Belmonte; Cabral Camelo; Mello Nóbrega; Sérgio Buarque de Holanda; Teotônio José Juzarte; Washington Luís. Avenida: Hércules Florence. Ruas: Adrien Taunay; Almeida Júnior; Céspedes Xeria; Conde de Azambuja; Langsdorf; Luís Riedel; Rodrigo César de Menezes; Rustsov; Sá e Faria.

▪ **Bairro Cidade Nova Bandeirante:** É um loteamento de Casas Populares que iniciou sua construção em 1976, que possui no nome de suas ruas a temática bandeirante; porém esses nomes que não fazem parte da temática monçoeira, e portanto não fazem parte da história de Porto Feliz, são nomes relacionados à bandeirantes.

Nomes das Ruas: - Antônio Raposo Tavares; - Bartolomeu Bueno, Borba Gato, Domingos Jorge Velho, Fernão Dias, Lourenço Taques, Pascoal Moreira.

▪ **Distrito Industrial de Porto Feliz:** Esta localizado paralelamente à Rodovia Castelo Branco, no Bairro Itaqui. Os nomes de todas as avenidas internas são dedicados a Porto Feliz e a sua história:

- Avenida Bandeirantes, Avenida Monções, Avenida Ararituaba (primeiro nome de Porto Feliz), Avenida 13 de outubro (data de aniversário da cidade de Porto Feliz).

O município de Porto Feliz ainda possui alguns bairros que fazem referência a temática monçoeira e bandeirante, são eles: Jardim Ararituaba; Jardim Bandeirantes, foi construído em 1981; Jardim Borba Gato, foi construído em 1968.

Estes três bairros acima apontados estão localizados na área central do município. Já estes dois bairros abaixo, estão localizados em uma mais periférica, as residências em sua maioria são chácaras. São eles: Recanto das Monções, foi construído em 1992; Recreio dos Bandeirantes, foi construído também na década de 1990.

Bens culturais imateriais

[...] Entende-se por Patrimônio Cultural Imaterial as práticas, a forma de ver e pensar o mundo, as cerimônias (festejos e rituais religiosos), as danças, as músicas, as lendas e contos, a história, as brincadeiras e modos de fazer (comidas, artesanato, etc.) – junto com os instrumentos, objetos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e as pessoas reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural e que são transmitidos de geração em geração. O instrumento legal que assegura a preservação do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil é o registro. [...]

(Definição segundo o Iphan: www.iphan.gov.br)

Para além dos bens culturais materiais do Município de Porto Feliz, segue a seguir alguns exemplos do patrimônio imaterial que abrange as expressões culturais e as tradições de um grupo de indivíduos que devem ser preservadas para as gerações futuras. Estes dizem respeito aos saberes, aos modos de fazer, as formas de expressão, celebrações e os lugares, as festas e danças populares, lendas, músicas, costumes, entre as mais variadas tradições portofelicenses:

Artesanato

Existe em Porto Feliz um grupo de artesãos formado desde 1991 e há cinco anos realiza-se o “Encontro Estadual de Artes e Artesanato”. Reunindo artesãos e artistas de vários municípios do estado de São Paulo, é uma oportunidade única para os artistas e artesãos portofelicenses mostrarem e comercializarem suas produções.

Música

Porto Feliz tem o privilégio de ter sido o primeiro povoado da província de São Paulo a ter um piano, o que aconteceu em 1820, quando o Padre André Rocha conseguiu o instrumento para o local.

Atualmente, a Escola Municipal de Música “Romário Antônio Barbosa”, é a referência na área musical do município, contribuindo muito para o desenvolvimento cultural do município. Formando muitos alunos que hoje são integrantes das duas bandas ainda existentes no município: a Corporação Musical União e a Corporação Musical Bandeirantes; outros continuam seus estudos no Conservatório Dramático e Musical “Dr. Carlos de Campos” no município de Tatuí; outros ainda tornam-se professores ou instrutores de fanfarra no município e na região.

Contextualização:

Escola Municipal de Música “Romário Antônio Barbosa”

Fundada em 22 de agosto de 1989, a Escola Municipal de Música “Romário Antônio Barbosa” é mantida pela Prefeitura de Porto Feliz, por meio da Diretoria de Educação e Cultura e tem por finalidade promover o desenvolvimento músico-cultural e também a potencialidade artística dos portofelenses de forma gratuita.

Em 17 de março de 1999 passou a denominar-se Escola Municipal de Música “Romário Antônio Barbosa” em homenagem ao “maestro” (como era conhecido popularmente) o “Seo” Romário.

“Seo” Romário nasceu em Capivari em 29 de maio de 1913. Descendente de escravos africanos, ele foi operário da Fábrica de tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz, além de ser um amante de futebol e torcedor apaixonado do Esporte Clube Ararituaba.

Foi autor de várias marchas e dobrados, além de preparar mais de 1300 alunos da cidade de Porto Feliz. Falecido no dia 19 de fevereiro de 1999, nada mais justo, que emprestar o nome deste ilustre cidadão portofelicense a Escola Municipal de Música.

“Seo” Romário deixou como um de seus legados esta belíssima frase:

“A MÚSICA é tudo na vida da humanidade;

A MÚSICA faz sorrir;

A MÚSICA faz chorar;

A MÚSICA traz lembranças;

A MÚSICA faz tudo no coração da gente;
A MÚSICA é tudo para a gente;
A MÚSICA para mim é a vida inteira que Deus nos deu;
Alegria para mim é estar escrevendo música”

(Romário Antônio Barbosa)

Hoje a Escola oferece quatro modalidades: Musicalização, Iniciação Musical Infantil, Iniciação Musical Lúdica, Formação Musical; que abrangem todas as pessoas a partir dos seis anos de idade.

- **Corporação Musical União**

A corporação Musical União foi fundada em 13 de março de 1898, é a mais tradicional banda da cidade de Porto Feliz, ficando atrás somente da Banda Euterpe Portofelicense (a Banda Velha) desfeita na década de 50. Os seus fundadores são Evaristo Rodrigues de Arruda, Manoel José Calazans, Lourenço Rogado, Francisco Paes de Arruda, Adelino Gomes de Oliveira, Lourenço de Almeida Mello, Antonio Rogado Filho, Pedro Martins Arruda, Antonio de Toledo Pisa, Francisco Arruda Campos, Américo Antonio de Paula, Bernardino Gomide Machado, Francisco de Almeida e Augusto Cezar de Oliveira.

Contando com mais de cem anos de existência, a Banda tem se conservado sempre em atividade, tendo se exibido em várias cidades do interior e, no ano de 1978, representou o Estado de São Paulo no Rio de Janeiro, na FENASI, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia. A Banda possui sede própria, onde desde 1960 os músicos se reúnem, no número 90 da rua Dr. Alvin.

Reunindo várias gerações de músicos, atualmente, a Corporação Musical União está se renovando...Quase um terço dos seus membros são jovens, estudantes de música que iniciam sua história dentro da banda ou são herdeiros do gosto musical de seus pais ou avós. Começa com o próprio regente, Paulo Henrique Coelho de Oliveira, de 27 anos, no comando de uma corporação de 110 anos. É formada por cerca de 30 músicos.

- **Banda Euterpe Portofelicense**

A banda musical Euterpe Portofelicense teve seu início, em 1869, na Guarda Nacional do Município, sendo o seu corpo composto de oficiais desta milícia, durante muitos anos sob a direção do saudoso maestro Banedito Paes de Almeida. Porém na atualidade ela não existe mais.

- **Corporação Musical Bandeirantes**

Foi fundada em 12 de dezembro de 1932 e teve seu estatuto aprovado em 24 de maio de 1933.

Pintura

Também se constitui como área de destaque em Porto Feliz. A História aponta alguns nomes como o Pintor Almeida Júnior, que produziu algumas obras que retratam o tema monções e o caipira; o pintor italiano Bruno De Giusti, com seus painéis de azulejos que retratam a história de Porto Feliz; entre outros como a artista plástica Ana Maria Dias que retrata em suas obras as recordações da sua infância em Porto Feliz.

- **Almeida Jr.**

José Ferraz de Almeida Júnior provavelmente foi o primeiro artista plástico brasileiro a retratar nas telas o homem do povo em seu cotidiano, em contraste com a monumentalidade que até então predominava nas artes plásticas do Brasil. A forma inovadora como tratava a luz é ainda hoje comentada e apreciada. Em sua honra, o dia do Artista Plástico Brasileiro é comemorado a 8 de Maio, dia do nascimento do pintor.

Desde menino Almeida Júnior demonstrou inclinações artísticas e teve no padre Miguel Correa Pacheco seu primeiro incentivador, em sua cidade natal. Foi o padre quem obteve recursos para que o futuro artista, já então com cerca de 19 anos de idade, pudesse ir estudar no Rio de Janeiro. Em 1869 Almeida Júnior entrou na Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro, onde foi aluno de Jules Le Chevrel, Victor Meireles e possivelmente de Pedro Américo. Em 1876, o Imperador D. Pedro 2º concedeu-lhe uma bolsa de estudo que lhe permitiu matricular-se na École de Beaux Arts de Paris, onde foi aluno de Alexandre Cabanel. Participou do

Salão dos Artistas franceses nos anos de 1880, 1881 e 1882. Em 1882 o pintor voltou ao Brasil e fez sua primeira mostra individual, na Academia Imperial de Belas artes do Rio de Janeiro. Depois abriu seu ateliê em São Paulo. Apaixonado por sua antiga noiva (casada com outro) Maria Laura do Amaral Gurgel, teve seus sentimentos correspondidos e a retratou várias vezes, nos traços de seus personagens femininos.

Em 1891 e 1896 o pintor realizou novas viagens à Europa, a última em companhia de Pedro Alexandrino. No dia 13 de novembro de 1899 o artista caiu apunhalado diante do Hotel Central de Piracicaba, por José de Almeida Sampaio, seu primo e marido de Maria Laura, o qual acabara de descobrir a ligação amorosa que existia, há anos, entre a mulher e o pintor. Entre as obras de Almeida Jr. destacam-se: "As Lavadeiras" (1875), "Caipiras Negaceando" (1888), "Caipira Picando Fumo" (1893), "Amolação Interrompida (1894), "A Partida da Monção" (1898), e o "Violeiro" (1899).

- **Bruno De Giusti**

Autor de uma das mais importantes produções artísticas da Igreja Matriz Nossa Senhora Mães dos Homens, Bruno Di Giusti, entre idas e vindas, trabalhou por 12 anos em Porto Feliz.

Com 97 anos de idade Bruno reside em Sorocaba, mas trabalhou em quase todas as cidades do interior, como Pilar do Sul, São Manuel, Tietê, Campinas, Bragança Paulista, Rio Claro, Porto Feliz, entre outras.

Quem o descobriu foi o cônego Humberto Ghizzi que comandou a paróquia de 1954 a 1984. No ano de 1956, o artista italiano foi convidado para trabalhar na restauração, na pintura de quadros e de painéis, na Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Porto Feliz. Depois de concluído o trabalho de restauração e de pintura de quadros e de painéis, Bruno realizou o projeto dos Azulejos.

A belíssima obra que durou 12 anos, foi concluído em 1975. E até hoje esta "obra prima" atrai a atenção de muitos curiosos e pessoas interessadas em conhecer um pouco mais sobre a história das Monções e sobre a história religiosa da cidade.

Este trabalho é um dos mais importantes na sua rica e vasta produção artística. Um marco histórico, cultural e turístico de Porto Feliz.

- **Ana Maria Dias**

Nascida em São Paulo, em 1945, Ana Maria Dias passou a infância na cidade de Porto Feliz. Guardou dessa época numerosas cenas que retrata em seus quadros coloridos e repletos de vida com a predominância de colheitas e a presença intensa da cor amarela. A artista fez sua primeira exposição individual em 1980, no Museu da Casa Brasileira, em São Paulo. A partir de 1982, passou a mostrar sua arte com freqüência em galerias de arte dos EUA, principalmente Miami, Atlanta e Indiana, assim como na Fraca, Suíça e Holanda. A crítica recebe com grande admiração suas telas, que mostram fazendas repletas de pomares e trabalhadores rurais, além de retratarem a vida doméstica, as brincadeiras e os meios de transporte rurais.

Casa Da Cultura “Dona Narcisa Stettener”

A Casa da Cultura situada num casarão imponente e bem conservado (já citado acima), se destaca pelas suas oficinas culturais, atendendo mais de cem alunos com idade mínima de 10 anos e sem limite para a idade máxima. As oficinas são: pintura a óleo, pintura acrílica (madeira, cerâmica ou tela), macramé, biscuit, pintura em tecido, desenho artístico, fotografia e audiovisual.

O casarão pertenceu a Sra Vitalina Pires de Almeida até o ano de 1928 quando foi então adquirida pelo seu sobrinho o Sr. Antonio Pires, pela quantia de oito contos de reis. Antonio Pires era funcionário público que por mais de trinta anos trabalhou na escola Cel. Esmédio enquanto sua esposa D. Narcisa Stettener cuidava dos deveres domésticos e do pequeno sítio que ficava entorno do casarão, tendo como atividade a criação de gado leiteiro. D. Narcisa entre seus atributos foi considerada a melhor camiseira da cidade.

Cinco anos após a morte de D. Narcisa Stettener e dezessete da morte de Antonio Pires, o único filho do casal, o médico Dr. Célio Pires faz uma doação do casarão aos cidadãos portofeliscenses. Em 1992 foi oficializada a doação, porém ela só se efetivaria se a municipalidade se comprometesse em preservar e destinar o seu uso somente para fins culturais.

Culinária

- **Cearense**

A Lei Municipal n.4.566 de 05 de Março de 2008 instituiu a Cearense - o prato típico de Porto Feliz- como bem cultural gastronômico do município.

Aceita pela população local como o prato típico da cidade desde a década de 1930, sendo também servida em restaurantes, integrando a cultura culinária de Porto Feliz, a lei é o reconhecimento do Bem Cultural Gastronômico portofelicense, um patrimônio que já faz parte da história do município.

Pouquíssimas são as cidades que podem contar com um prato típico, pois os mais conhecidos geralmente representam um País, um Estado ou uma região. Sendo assim, a "cearense" destaca-se como um bem cultural imaterial de grande importância.

Contextualização:

A Cearense surgiu há aproximadamente 30 anos, quando quatro senhores de famílias conhecidas da cidade desceram o rio Tietê para sua tradicional pescaria.

Depois de algum tempo pescando, resolveram preparar algo para comer. Um deles foi as compras mas, depois de algumas paradas para “refrescar a garganta”, quase tudo estava fechado.

Ele só encontrou um armazém aberto, no qual comprou 2 quilos de carne de boi, 1 quilo de tomate e 1 quilo de cebola. Voltando à sede do Clube de Pesca, resolveu cozinhar tudo, misturando com o feijão que levara anteriormente. O resultado foi excelente, e o nome “Cearense” veio do comentário de um dos pescadores, o Sr. Emílio Coli, de que aquilo parecia uma comida de “cearense”.

Quando retornaram da pescaria, eles explicaram o prato às suas esposas. Estas acrescentaram à receita bacon, lingüiça calabresa, orégano, louro e cheiro verde, dando início à tradição. Elogiado por não ser tão forte como a feijoada, mas mesmo assim esquentar o frio, ela pode ser servida com arroz, algum tipo de verdura cozida, como couve e chicória, ou ainda com farinha de mandioca.

Ingredientes:

1kg de peito de boi

1kg de feijão carioquinha

1kg de tomates maduros

1kg de cebolas

200g de lingüiça calabresa

200g de bacon

Cheiro verde, louro, sal, pimenta vermelha ou do reino e orégano para temperar.

Modo de Fazer:

Para começar, cozinhe o feijão da forma tradicional, mas sem tempero. Reserve. Em outra panela, cozinhe a carne como se fosse carne de panela. Separadamente, refogue a cebola, o tomate e os temperos a gosto. Acrescente a lingüiça, que deve ser passada previamente em água fervente. Junte tudo em um caldeirão e cozinhe até tomar corpo, para engrossar o caldo e “pegar” o gosto.

Na hora de servir, acompanhe de arroz branco, verdura refogada e farinha, além de um reforço na pimenta e, uma saladinha de alface e tomate

Comentário:

Este prato é representativo da culinária portofelicense, tornando-se referencia para muitos moradores que estabelecem através dele o sentimento de ser portofelicense. Atualmente, para além de existir uma lei que o torna bem cultural gastronômico, a Cearense já

Teatro

- **Estação das Artes**

É o espaço cultural de maior destaque do município, onde são apresentadas peças de teatro, bandas de música, realizadas palestras e audições musicais. Diariamente são oferecidas oficinas de teatro para crianças do município. Também é palco para as apresentações do “Grupo Hotel 5 Estrelas”, o mais tradicional grupo teatral da cidade. Formado há mais de duas décadas, apresentam peças infantis e para o público adulto.

Literatura

A temática das monções já foi tratada por diversos poetas, entre eles o parnasiano Vicente de Carvalho, que, no século XIX, escreveu:

*Ei-las as toscas naus de borda rastejante
A flor das águas, naus de estreitos rios quietos;
Ei-las prestes a abrir para o sertão distante.
Para assombros de glória, o seu vôo de insetos.*

Um poeta que também enfocou o tema foi Francisco Roedas, que lecionou no Ginásio Estadual Monsenhor Seckler, de Porto Feliz:

*Pelo impulso gigante, que no peito havia
E que depois surgia para a mente ativa,
A são-paulina gente, em sublime oblação,
Se levantava, então, afoitamente ativa.*

*Nas entranhas da mata, de nascer sombrio,
Com feroz desafio, embrenharam-se os braços
Várias vezes viris e no solo prostavam
Os vegetais que davam aos cipós abraços.*

Outro ex-catedrático do Ginásio Estadual Monsenhor Seckler, só que da cadeira de Francês, Julio Soares Diehl, que deixou a instituição em 1955, também escreveu versos dedicados à temática das Monções:

*Iam eles daqui, os homens das Monções,
Rumo ao sertão brutal, num esforço inaudito.
Que valor e que fé! Em toscos batelões,
Arrojavam-se além, para as regiões do mito!*

*Quanto sonho e ilusão, rijos corações,
A impeli-los, assim, no roteiro bendito
Desse nosso Tietê, em busca de filões
De precioso metal, de um tesouro infinito!*

Emílio Fontana Filho, diretor e ator, também utilizou a temática das monções para escrever seu poema:

Coração Bandeirante

Pra onde me levas

Meu barco meu rio

Meu doce mistério

Sertão do Brasil

Pra quem fica adeus

Pra quem vai com Deus

Nas águas nos remos

Teus sonhos são meus

Coração bandeirante

Mal cabe dentro de mim

Amigos e amores no porto deixei

Monções por ti morrerei

Festas Populares

- **Carnaval**

O carnaval portofelicense tem uma tradição que ultrapassa os 50 anos de folia, o que faz do evento um dos melhores da região. O município de Porto Feliz destaca-se por apresentar um carnaval que ainda guarda o “clima” de cidade do interior. Com tradicionais escolas de samba, como o Grêmio Escola de Samba “Barra Funda”, a “Mocidade Independente”, e os Blocos “Monções”, “Banda do Mé”, “Nostravamus”, entre outros, Porto Feliz atrai público de diferentes cidades da região e da capital. Nos últimos anos o carnaval esta ocupando diferentes espaços: na praça principal, José Sacramento e Silva, e no Centro Municipal de Exposições – Cemex. Reunindo sempre grande número de pessoas, é a festa popular de maior destaque no calendário do município.

- **Fest Rock**

O Festival de bandas de rock é realizado nos dias 12 e 13 de julho – Dia do Rock. Destaca-se pelo caráter democrático de reunir bandas formadas no município de músicas de diferentes correntes do rock, é um espaço criado para as apresentações e troca de experiências.

Festas Religiosas

- **Festa de São Benedito**

Uma das mais tradicionais festas realizadas no município de Porto Feliz. Organizadas pelos festeiros em louvor a São Benedito, ela é realizada desde 1898 na Paróquia de Porto Feliz, a Festa de São Benedito, que já fez história no município, deriva-se de uma antiga lenda. O culto de São Benedito, um dos mais populares do País, é associado aos padecimentos do negro brasileiro na época da escravidão.

A Irmandade de São Benedito comemorou no dia 05 de agosto de 1998 oficialmente 100 anos de existência. É interessante notar que em registros nas atas da Irmandade, no início do século XX, por volta de 1902/1910, só encontramos nomes de cidadãos com títulos de figuras representativas do folclore, mais especificamente da Congada com rei, rainha, juiz e juíza. Atualmente a Irmandade tem sua igreja no centro da cidade e é conservada pelo trabalho dos irmãos.

A Festa de São Benedito, até o ano de 1942, era realizada com uma indumentária de rei e rainha usada pelos festeiros, com o objetivo de homenagear o Santo Negro. A festa com a indumentária era para lembrar aos governantes os países de onde os escravos eram originários.

Atualmente, no mês de Janeiro, quando são realizadas as festas, a Irmandade portofelicense recebe as conferências de cidades da região que vem participar da tradicional procissão e missa em louvor a São Benedito.

Curiosidade: Em janeiro de 1983 dá-se o retorno da imagem de São Benedito à sua igreja. Após vários anos de divergência entre o vigário da paróquia, cônego Humberto Ghizzi, e a Irmandade de São Benedito, pelo fato de o vigário se recusar a devolver a imagem do santo à igreja que sempre lhe foi dedicada. A comunidade de São Benedito, apoiada pelo povo de Porto Feliz, revoltou-se contra a

recusa do vigário e, após a procissão com mais de 56.000 pessoas, a multidão tomou a imagem do Santo das mãos do vigário e levou-a para o altar da Igreja de São Benedito, na Rua Altino Arantes, onde permanece até hoje.

- **Festa do Divino Espírito Santo**

A Festa do Divino Espírito Santo acontece 40 dias após a Páscoa. Geralmente entre os meses de maio a junho. Festa tradicional do município de Porto Feliz, é considerada centenária. Sua maior tradição está na doação de lenha feita pelos produtores rurais. Antigamente o material era transportado em carros de boi que desfilavam pelas ruas centrais. Hoje o desfile ocorre com caminhões. A festa é celebrada por meio do tríduo festivo, missa e procissão. Também é servido o “Almoço do Divino”. No período em que ocorre a festa, a bandeira do Divino percorre as casas do município. Seis casais de festeiros são escolhidos para organizar o evento e o grupo se renova a cada ano.

- **Festa da Padroeira Nossa Senhora Mãe dos Homens**

Realizada anualmente na semana do dia 15 de agosto, a tradicional “Festa de Agosto” reúne a parte religiosa, com a celebração do tríduo em louvor a Padroeira da cidade – Nossa Senhora Mãe dos Homens, e a parte profana, com as barraquinhas de comidas, brinquedos, entre outras. Nos últimos anos as conhecidas e aguardadas “barraquinhas” foram transferidas do centro da cidade (Praça José Sacramento e Silva) para o Centro Municipal de Exposições – Cemex.

- **Festa do Piquirá**

Dentre as festas realizadas nos bairros rurais do município, a “Festa do Piquirá” realizada no mês de julho é a que reúne maior público. Já é tradição ir almoçar e participar dos leilões realizados no barracão de São Roque ao lado da Capelinha no bairro Piquirá.

Segue abaixo um calendário, dividido por paróquias, com as Festas realizadas no município:

Calendário de Festas Religiosas

Paróquia Nossa Senhora Aparecida

Mês	Dia	Festa	Bairro
Abril	11,12,13	Festa em louvor São José e São Bento	
Abril	19 e 20	Festa em Louvor a Santo Expedito	
Maio	24 e 25	Festa em Louvor a Santa Cruz	Avecuia (rural)
Junho	14 e 15	Festa em Louvor a Santo Antonio	Colônia (rural)
Julho	05 e 06	Festa em Louvor a São João Batista	Faxinal (rural)
Julho	12 e 13	Festa em Louvor a São Roque	Piquirá (rural)
Setembro	12, 13 e 14	Festa em Louvor a Nossa Sra das Dores	Barreiro Rico (rural)
Outubro	Sem. dia 12	Festa em Louvor a Nossa Sra. Aparecida	Matriz – Bambú
Dezembro	06 e 07	Festa em Louvor a Nossa Sra Aparecida	Campo Largo (rural)

Paróquia São João Batista

Mês	Dia	Festa	Bairro
Maio	2º Domingo	Comunidade Nossa Sra Ponte	Ponte
Junho	24 natividade	Festa em Louvor a São João Batista	Jd. Santa Elisa

Junho	Sem. dia 29	Festa em Louvor a São Pedro	São Pedro
Julho	Sem. dia 25	Festa em Louvor a São Cristóvão	todos
Agosto	Sem. dia 20	Festa em Louvor a Nossa. Sra. Ap.	Tanquinho
Setembro	Sem. dia 14	Festa em Louvor a Santa Cruz	Santa Cruz
Setembro	Sem. dia 25	Festa em Louvor a São Domingos	Cidade dos Velhinhos
Outubro	Sem. dia 04	Festa em Louvor a São Francisco	Ponte
Novembro	Ultimo final de semana	Festa em Louvor a Nossa Sra. Das Graças	

Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens

Mês	Dia	Festa	Bairro
Janeiro	Sem. dia 25	Festa em Louvor a São Benedito	Centro
Maio	Pentecostes	Festa em Louvor ao Espírito Santo	Centro
Maio / Junho		Corpus Christi	Centro
Agosto	Sem. dia 15	Festa em Louvor a Padroeira	Centro
Outubro	Sem. dia 12	Festa em Louvor a Nossa. Sra. Ap	Centro

Além das Festas acima apresentadas acima, apontamos a Romaria a Pirapora do Bom Jesus, que acontece no mês de março, também é uma tradição da

cidade. Há mais de 50 anos cavaleiros e charreteiros organizam a romaria com destino ao santuário de Bom Jesus.

Destaca-se também a formação de grupos de música católica, entre eles o “Coral Viola Divina” existente há um ano no município e já com a gravação de cd. O grupo apresenta um repertório baseado em músicas conhecidas com composições sacras.

Hino a Porto Feliz

O hino a Porto Feliz foi elaborado especialmente em decorrência da comemoração da Primeira “Semana das monções”. No dia 05 de outubro de 1952, foi publicado no Jornal “Folha de Porto Feliz” a Letra elaborada em 23 de setembro do mesmo ano.

A letra é do professor Júlio Soares Diehl, e a música do maestro João Batista Julião.

Hino a Porto Feliz

*Nos anais refulgentes da História
Deste grande e amado país
Tu fulguras coberta de glória
Boa Terra de Porto Feliz*

Estribilho:

*Salve terra das Monções
Tua gente varonil
Honrará tuas tradições
E a grandeza do Brasil*

*Tens o nome ligado a conquista
Dos mais brutos e ínvios sertões
E teus filhos o sangue paulista*

Dos valentes heróis das monções.

És um elo que liga o presente

O passado e também o porvir

E por isso tu deves a frente

De Monções e civismo partir.

(Jornal “A Folha de Porto Feliz”, 05/10/1952).

Atualmente o Hino se constitui em um bem cultural imaterial com grande destaque no município. Executado em cerimônias oficiais do poder executivo e legislativo, bem como em eventos de caráter cultural e histórico da sociedade em geral. Um fator importante que devemos destacar é o ensino do hino nas escolas do município. É muito bom ver as crianças cantando, mas principalmente cantando com significado.

Miss Monções

A tradição de escolha de uma miss para representar o município foi iniciada na primeira edição da “Semana das Monções” em 1952, quando a Prefeitura Municipal de Porto Feliz ofereceu dois grandiosos bailes: o de gala, que se realizou nos salões do Clube Recreativo Familiar, com a Orquestra Venâncio Aires de Itapetininga; e o baile popular, que se realizou no Clube Recreativo Operário, com a presença do Jazz Bandeirantes.

Os Bailes tornaram-se tradicionais para a sociedade portofelicense. Os preparativos começavam meses antes, as costureiras da cidade eram disputadíssimas, uma grande orquestra era contratada, e muitos outros detalhes acertados, para dar aos eventos a grandiosidade que lhes cabem. Transcrevo abaixo, na íntegra, a notícia publicada no jornal do dia 19 de outubro de 1952, sobre os primeiros bailes:

“Na noite do dia 11, a Municipalidade ofereceu grandioso baile de gala à nossa sociedade e aos convidados especiais, nos salões, feericamente iluminados, do Clube Recreativo Familiar, que se regorgitaram de pares. Desfilaram por aqueles salões as mais elegantes siluetas e os mais lindos vestidos jamais exibidos em Porto Feliz. Ao som de excelente Jazz Venâncio Aires, conjunto harmonioso e

afinadíssimo, as danças prolongaram-se até madrugada, no meio da mais perfeita harmonia e cordialidade. No decorrer do baile foi eleita a Rainha das Monções, tendo a escolha recaído na graciosa senhorita Jacyra Bastos.

Um outro baile não menos animado e não menos brilhante, se realizára na mesma noite, no Clube Recreativo Operário, tendo danças decorrido no meio de grande entusiasmo e alegria.”

Observa-se que, nos eventos de 1952, existia uma clara divisão na sociedade portofelicense, onde apenas um grupo social podia participar do Baile de Gala; a divisão ocorria também na escolha das Misses, no baile de gala escolhia-se a Miss Monções, e no baile popular era escolhida a Miss Colored. Com a inserção do concurso de Miss Monções a partir da década de 1980 os eventos tornaram-se mais “democráticos”, onde todas as pessoas independentes de raça, credo, ou posição social podem deles participar.

Segue abaixo a lista da Misses Monções:

(1934 – Henriqueta Ferraz Oliveira Steiner, primeira Miss Porto Feliz)

1952 – Jacyra Bastos Lisbôa

1953 – Inês Gastardelli Procopiuk

1954 – Odete Mietto

1955 – Não se realizou o Baile de escolha e coroação da “Miss Monções”

1956 – Rosa Scarso

1957 – Não se realizou a “Semana das Monções” (Gripe Asiática)

1958 – Não se realizou a “Semana das Monções” (Eleições Presidente e Governador)

1959 – Não se realizou a “Semana das Monções” (Eleições Municipais)

1960 – Marina Mieto

1961 – Edna Clementina Angeli eri Rocha

1962 – Lúcia Maria Rogado Mietto

1963/64 – Maria Aparecida Silva Angelieri

1964 – Não se realizou a “Semana das Monções” (A cidade não recebeu verba)

1965 – Maria Angélica Boscolo Catharino

1966 – Neide Mancio de Camargo

1967 – Mila Bistafa

1968 – Cássia Rita de Castro Angelieri

1969 – Nídia Maria Motta Pompeu da Silva
1970 – Diná Pimenta Rinck
1971 – Josiani Angelieri Pasquoto
1972 – Sueli Degan
1973 – Miriam Rocha Carezia
1974 – Edna Simeira Fonseca
1975 – Ilda Mello
1976 – Gláucia Cristina Carvalho Wandeveld Bernardi
1977 – Eliane Defalco Moraes
1978 – Ivana Scarso
1979 – Sonia Regina Torres Patuci
1980 – Denise Pimenta Moraes
1980 - Cleide Maria Frizo – Miss Porto Feliz, que representou a cidade no Miss São Paulo
1981 – Não foi realizado o concurso
1982 – Não foi realizado o concurso
1983 – Ana Rosa Bastos Lisbôa Brocca
1984 – Valdira Wandeweld Diana
1985 – Cláudia Diniz
1986 – Luciana Cavalante Torres Leite
1987 – Keile Sofia Dumont
1988 – Renata Wilson Romero
1989 – Adriana Frizo Scarpari
1990 – Edilaine Xavier
1991 – Rosana de Moraes
1992 – Ana Paula Rubini Ambrósio
1993 – Michela Palma Lara
1994 – Vanessa Thomazetto
1995 – Cláudia Nascimento
1996 – Raquel Lavínas
1997 – Helen Cíntia Bellon Righetto
1998 – Gisele Angelieri Albiero
1999 – Renata de Camargo
2000 – Michele Borges de França

2001 – Vanessa Holtz de Camargo

2002 – Gabriela Cristina Vieira da Rocha

2003 – Ariane Checca

2004 – Não foi realizado o concurso de Miss Monções por falta de empenho da administração municipal.

2005 – Marília Giuli

2006 – Evelyn Fernandes

2007 – Natália Contreras

Nos últimos anos o Concurso de Miss Monções retomou o caráter cultural, visto que em suas rotinas de desfile e apresentações, o tema Monções e Porto Feliz ganham destaque. Entre as portofeliscenses acima de 18 anos existe uma significativa e crescente representatividade no imaginário feminino em desfilar e ser eleita Miss Monções.

Semanas Oficiais Comemorativas

A partir das datas de realização segue uma breve descrição:

- **Março**

- **Semana das Águas**

- A “Semana das Águas” foi instituída pela Lei Municipal n. 3.811 de 18 de Agosto de 2000 e é comemorada anualmente na semana que contiver o dia 22 de março, considerado o Dia Mundial das Águas. A mesma foi alterada pela Lei Municipal n. 4. 507 de 27 de agosto de 2007, que prevê a constituição de uma comissão composta por membros da Diretoria de Educação e Cultura, Esportes e Turismo, Defesa do Cidadão, entre outras, para elaboração da programação oficial.

- Nesta Semana são realizadas palestras de conscientização voltadas para as escolas do município e público em geral, debates públicos, plantios de mudas, missas, cultos e cerimônias solenes de entrega de prêmios, promovem também concursos de fotografia e pinturas e festivais de música.

- Destaco o caráter educativo desta semana, visto que os concursos promovidos ganham destaques entre os alunos das escolas do município que se

empenham para entender e produzir conhecimento a partir dos temas propostos. Temas estes que estão sempre ligados com a cultura e a história local.

- **Junho**

- **Semana do Meio Ambiente**

- A “Semana do Meio Ambiente” foi instituída pela Lei Municipal n. 3810 de 18 de agosto de 2000 e é comemorada anualmente durante a primeira semana do mês de junho.

- Durante a Semana são realizados alguns eventos educativos com a participação das escolas do município realizadas no Centro de Educação Ambiental, palestras sobre a temática ambiental, cultos, missas, sessão solene realizada na Câmara Municipal, além do já tradicional arrastão ecológico realizado no rio Tietê e da caminhada ecológica. Durante os últimos anos são entregues medalhas ecológicas para pessoas ou grupos que se destacam em ações sócio-ambientais.

- Dentre as semanas apresentadas esta se destaca como segundo lugar em importância para o município, só perdendo para a Semana das Monções. Também com forte caráter educativo e cultural, durante os eventos da semana são tratados de assuntos de interesse local, tais como o Ribeirão Avecuia – única fonte de abastecimento de água do município, o Rio Tietê – representativo para a história do Município, do Estado e do País.

- **Agosto**

- **Semana da Maçonaria**

- A “Semana da Maçonaria” foi instituída pela Lei Municipal n. 4. 501 de 27 de agosto de 2007 e é comemorada entre os dias 14 e 20 de agosto. No dia 20 de agosto comemora-se o dia do Maçom.

- Durante a Semana são realizadas reuniões internas, visitas entre os membros e uma sessão solene comemorativa na Câmara Municipal de Porto Feliz.

- A Loja Maçônica Inteligência n. 65 foi fundada em 19 de Agosto de 2008, e é considerada a primeira Loja Maçônica do Estado de São Paulo e neste ano de 2008 estarão comemorando 177 anos de existência.

- **Outubro**

- **Semana das Monções**

A "Semana das Monções" foi instituída em 1952, através da Lei Municipal n. 312, de 30 de junho, que instituiu a semana anual de 7 a 13 de outubro. O dia 13 de outubro, "Dia das Monções", é a data da comemoração da emancipação político administrativa de Porto Feliz, ocorrida a 13 de outubro de 1797, com a elevação da freguesia à condição de vila.

Durante a Semana são realizados eventos comemorativos como: exposições sobre o tema, apresentações de dança e música abertas ao público em geral, além da sessão solene de abertura da Semana sempre realizada no dia 07 de outubro, missa de comemoração da inauguração da matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, entre outras atividades.

Por ser a que mais se destaca dentre os patrimônios culturais imateriais do município esta será contextualizada abaixo.

- **Novembro**

- **Semana da Música**

A "Semana da Música" foi instituída através de uma Lei Municipal n. 4.565 de 05 de Março de 2008, e é comemorada anualmente na semana que contiver o dia 22 de novembro, considerado o Dia do Músico.

A Semana é organizada pela Escola Municipal de Música "Romário Antonio Barbosa" que realiza apresentações de seus professores, grupos e alunos, além de convidados dos Conservatórios da região como o "Conservatório Dramático e Musical Dr. Carlos de Campos" do Município de Tatuí, o "Conservatório Henrique Castelarri" do Município de Salto, entre outros.

- **Semana da Consciência Negra**

A "Semana da Consciência Negra" foi instituída através da Lei Municipal n. 4.589 de 15 de maio de 2008, e deverá ser comemorada durante a semana que anteceder o dia 20 de novembro.

Durante a Semana serão realizados debates e palestras de conscientização sobre a importância do Negro na história do Brasil e o seu papel social.

- **Dezembro**

Semana Jovem

A “Semana Jovem” foi instituída através da Lei Municipal n. 4. 451 de 15 de março de 2007 e é comemorada anualmente na primeira semana do mês de Dezembro. Durante esta semana são promovidas festas, apresentações de dança e música, debates, palestras, atividades esportivas e culturais que contemplam e valorizam a diversidade comportamental dos jovens.

Criação da “Semana das Monções”

O historiador Sérgio Buarque de Holanda esteve em Porto Feliz no segundo semestre de 1946 para lançamento o livro “Monções” em uma sessão do Rotary Club de Porto Feliz; e o então vereador, também rotariano, Sr. José Elias Habice, em conversa com o historiador, tiveram a idéia de uma comemoração que homenageasse às Monções. A partir de então, José Elias Habice, Sérgio Buarque de Holanda e o historiador ituano Francisco Nardy, começaram a elaborar a idéia que ganhava cada vez mais adeptos.

Esta idéia lançada em 1946, se concretiza em 30 de junho de 1952, com o projeto de lei (n 75) levado à câmara pelo vereador José Elias Habice e aprovado pela maioria, tornando-se lei que foi assinada pelo então prefeito Antônio Pires de Almeida – Lei n 312 de 30 de junho de 1952.

Lei de criação da "Semana das Monções":

"Lei nº 312, aprovada em 30 de junho de 1952.

Institui a “Semana das Monções” e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Porto Feliz decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Em homenagem às Monções que, no século dezessete, partindo desta cidade, demandavam terras de Mato Grosso e Goiás, tendo contribuído para o alargamento das fronteiras e para a grandeza da nossa Pátria, fica instituída a “Semana das Monções”, cuja comemoração se fará anualmente de sete a treze de outubro.

Artigo 2º O dia 13 de outubro, que relembra a elevação de Porto Feliz de povoado à vila, fica instituído como “Dia das Monções” e considerado feriado municipal, cessando, no seu decorrer todas as atividades comerciais, industriais, agrícolas e escolares.

Artigo 3º - Durante a “Semana das Monções”, a Prefeitura e a Câmara, em combinação com associações culturais, recreativas, esportivas ou outras entidades, promoverão comemorações relativas a história das Monções, designando-se comissões para tais fins.

Artigo 4º - Fica o Sr. Prefeito Municipal autorizado a dispende até a importância de CR\$ 10.000,00, para a primeira comemoração a ser feita no corrente ano.

Artigo 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Feliz, em 30 de junho de 1952.

Presidente.

Secretário.

Registrada na Secretaria da Câmara, em 30 de junho de 1952.

Francisco de Oliveira Lima, encarregado do expediente.

Promulgada pelo Prefeito em 30-06-1952. F. Lima

Com dispensa de pareceres, foi aprovado em 1º discussão, em sessão ordinária de 30/6/52. Francisco de Oliveira Lima, Presidente.

Aprovado em 2º discussão, em sessão extraordinária de 30/6/52.

Francisco de Oliveira Lima, Presidente.

Registrada na Secretaria da Câmara, sob nº 312, em 30/6/52.

Francisco de Oliveira Lima, encarregado do expediente.

Enviou-se cópia à Prefeitura, com o ofício nº 136, de 30/6/52.

Francisco de Oliveira Lima, encarregado do expediente.

Promulgada pelo Prefeito, em 30/6/52.

Francisco de Oliveira Lima, encarregado do expediente.”

Contextualização:

Para contextualizar a criação da Semana das Monções, temos que entender que ela faz parte do processo de construção de símbolos que valorizam os paulistas.

O passado monçoeiro aparece em diferentes períodos. Primeiro com a publicação dos relatos de viajantes, diários de navegação e outras obras que revelam um rico imaginário no século XVIII; depois de um período de decadência das Monções, surgem as célebres pinturas sobre os eventos solenes que envolviam a partida e a chegada de uma monção. E após um longo esquecimento da temática monçoeira, ela reaparece com a publicação de volumosas obras pela iniciativa de grandes historiadores, como é o caso de *História das Bandeiras Paulistas e de Relatos Monçoeiros* organizados por Afonso D'Escragnolle Taunay. A partir desta fase, outros historiadores começam a elaborar o tema de forma mais detalhada, e contribuem para vulgarizar e divulgar a rica temática monçoeira.

No Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga, tinha sido montada a sala em homenagem às Monções, onde está o célebre quadro “Partida de uma Monção” de Almeida Jr. O quadro foi apresentado ao público em 1898, com a seguinte nota explicativa: “*Os antigos paulistas assim denominavam as caravanas que partiam de Porto Feliz, descendo o Tietê para Cuiabá. As de que se trata eram organizadas simplesmente por destemidos e ousados sertanejos, que, inspirados pelo amor do desconhecido, descoberta das minas e civilização dos bugres, em toscos batelões cobertos de palhas e simples canoas, partiam conscientes de que iam arrostar com sacrifícios inauditos toda a sorte de aventuras, constituindo-se por isso uma tradição gloriosa para os paulistas. O quadro que ofereço à apreciação do público representa a partida desses heróis...*”. Com a criação da “Sala das Monções”, idealizada por Afonso D'Escragnolle Taunay, o Museu Paulista dava uma contribuição decisiva para a popularização desse capítulo épico da história de São Paulo.

O interesse de Taunay, antecessor de Sérgio Buarque de Holanda na direção do Museu Paulista, sobre o tema Monções é anterior à publicação de sua obra *História Geral das Bandeiras Paulistas*. Ele começa desde a década de 1920, quando em 26 de abril de 1920, o então governador de São Paulo, Altino Arantes, inaugura o monumento comemorativo às Monções, idealizado por Taunay e executado pelo escultor italiano Amedeo Zani. Às margens do Tietê, no antigo porto de Araritaguaba Taunay fez o discurso oficial da solenidade, intitulado “*A Glória das Monções*”.

Em 1946, um ano depois da publicação do livro *Monções*. Sérgio Buarque de Holanda vem a Porto Feliz para uma tarde de autógrafos no porto, local de sua

inspiração; e a atenção é direcionada novamente para a cidade de Porto Feliz. Neste mesmo evento, Sérgio Buarque de Holanda lança a idéia de uma “Semana” para celebrar o passado monçoeiro da cidade, sendo a iniciativa apoiado pelo historiador ituano Francisco Nardy Filho.

Entretanto, somente em 1952 é que a idéia ganhou corpo e, levada à câmara pelo vereador e seu grande defensor José Elias Habice, assinada pelo prefeito Antônio Pires de Almeida e vice-prefeito também grande defensor da idéia Dr. Walter Castelucci, outro grande defensor da iniciativa.

A novidade foi bem recebida pela população, que participou ativamente da preparação da programação da primeira Semana, elaborada com a proposta de estimular o estudo da história da Monções com muitas palestras de ilustres historiadores e além de outras atividades cívicas e culturais. Até mesmo o hino à Porto Feliz de autoria do Prof. Julio Soares Diehl, que fez a letra, e do maestro João Batista Julião, que fez a música, foi criado em decorrência da realização da Primeira Semana das Monções.

A Semana das Monções ganha impulso em 1954, com a comemoração do 4º centenário da fundação de São Paulo, quando a imagem do bandeirante é cristalizada com traços de nobreza, valor, coragem, superioridade racial e outros, e passa a simbolizar o paulista.

Cabe ressaltar também que a Semana das Monções não foi realizada em quatro anos. Na década de 50, o evento não ocorreu nos anos de 1957, devido a gripe asiática, de 1958 devido às eleições para presidente e governador; de 1959, devido às eleições municipais. E em 1964, devido à situação política do país.

Em 1961, na sua 7ª edição, a Semana ganha uma importante novidade: a encenação da volta de uma Monção. Foi a primeira vez que ocorreu uma encenação teatral. Hoje, o desfile e as representações teatrais se tornaram o ponto culminante da festa, ocasião na qual a cidade realiza um verdadeiro “retorno ao passado” e se reconstrói os trajes, os costumes e os meios de transportes da época.

A Semana das Monções é uma das maiores encenações históricas de que se tem notícia no país, pois, embora o mito bandeirante seja cultivado em outras localidades, isto não acontece com tanta intensidade e regularidade. Devido à sua rica temática ela é um patrimônio histórico imaterial de infinita importância.

Uma tradição inventada

Anualmente é realizada na cidade de Porto Feliz, no mês de outubro, a "Semana das Monções", um conjunto de cerimônias oficiais e não oficiais, atividades das mais diversas de esportes e lazer, culturais e pedagógicas, exposições e seminários, etc. que tem como ponto culminante os desfiles realizados pelas ruas centrais, e as representações teatrais encenadas as margens do rio Tietê, no Parque das Monções. É realizada por populares, das mais diversas áreas, diferentes profissões e idades, tudo é organizado e preparado para que se aproxime ao máximo da época dos grandes feitos monçoeiros.

A "Semana das Monções", firma-se como uma tradição e neste caso, uma "tradição inventada", desde 1952, ano que foi instituída pelo governo municipal; o termo "tradição inventada", é emprestado do historiador Eric Hobsbawm em seu livro *A Invenção das Tradições*.

Hobsbawm, entende por "tradição Inventada", "(...) *um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.*"⁵⁸

Uma característica marcante das "tradições inventadas" é estabelecer uma continuidade bastante artificial, quando faz referência à um passado histórico. A invenção de uma tradição se faz por um processo amplo de ritualização e formalização, referindo-se ao passado, mesmo que apenas o repetindo impostamente.

Hobsbawm, classifica-as em três categorias que são superpostas:

"a) *aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, status ou relações de autoridades, e c) aquelas cujos propósitos principal é a socialização, a inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento.*"⁵⁹

⁵⁸ HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. Pág. 09.

⁵⁹ Idem, 01. Pág.17.

A "Semana das Monções" caracteriza-se como do tipo a), pois é tomada no sentido de identificação com uma "cidade e seus moradores", ou as instituições que a representam.

A importância no estudo de "tradições inventadas", está no fato de esclarecer as relações humanas com o seu próprio passado, porque "(...) *toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora, das ações e como cimento da coesão grupal.*"⁶⁰ Este estudo deve ser feito dentro do contexto mais amplo da história da sociedade como um todo.

A cidade de Porto Feliz, ao longo dos anos passou a intitular-se "TERRA DAS MONÇÕES", na representação de seu passado histórico - monçoeiro - a figura mais ampla do bandeirante é reapropriada, e utilizada como símbolo de coragem e glória dos antigos paulistas.

Em sua tese de doutorado "*O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições (a construção de um símbolo paulista : o bandeirante).*" a autora Kátia Maria Abud, descreve o processo da formação da imagem do bandeirante como símbolo paulista.

Entre 1890 e 1940 o estado de São Paulo, se destacaria como maior produtor de riqueza do Brasil, graças ao café, o estado mais evoluído que tinha participado efetivamente no movimento republicano e na instauração da República. Por isso, os políticos paulistas julgavam que São Paulo deveria ser o centro do qual a nação deveria se organizar. É neste momento que a figura do bandeirante é resgatada como símbolo, porque por um lado, anunciava as qualidades de progresso, riqueza, ousadia que possuía São Paulo, e por outro, representava o processo de expansão e integração da nação brasileira.

O bandeirante simbolizava a lealdade ao estado de São Paulo e à nação, e como em uma de suas vertentes, o estudo sobre o bandeirismo, voltou-se à miscigenação, permitiu que uma parte da população de São Paulo - os imigrantes – se integrassem afetivamente e emocionalmente à São Paulo.

As primeiras obras sobre o tema "bandeirante" foram escritas por Frei Gaspar e Pedro Taques, no final do século XVIII, estas deixaram marcas nos historiadores do século XX. Pedro Taques e Frei Gaspar "desenharam" o bandeirante, com traços que voltaram nas primeiras décadas do século XX, uns com

⁶⁰ Idem, 01. Pág. 21.

mais força, outros com menos - “(...)nobreza, valor, coragem, superioridade racial, (...)”⁶¹

O bandeirante era utilizado, “(...) para simbolizar não só, uma elite política, mas também para justificar a predominância dessa elite, sobre todo o Brasil, identificando, o Estado à Nação.”⁶²

O estudo do Bandeirante e das Bandeiras, na primeira metade do século XX, baseou-se nos historiadores acima citados, e autores como Afonso de Taunay, Alfredo Ellis Jr., Alcântara Machado, contribuíram originalmente para a construção da história do bandeirismo; “Afonso de Taunay deu ênfase à conquista territorial, às descobertas; Alfredo Ellis Jr. à “raça paulista”; Alcântara Machado enveredou pelo estudo das condições econômicas e sociais do seiscentismo.”⁶³ Os três autores entendem o bandeirante como “o mameluco audaz, que expandiu as fronteiras do Brasil, descobriu o ouro, dono de uma cultura própria.”⁶⁴ Suas pesquisas contribuíram para a construção da figura do bandeirante “(...)como um mestiço de ‘sub-raça superior’, que havia aliado às qualidades do europeu, as virtudes do índio, e que com serenidade, bravura e austeridade conquistaram a maior parte do território que formava o Brasil.”⁶⁵

As obras desses autores fazem parte da produção genuinamente brasileira, que começara a existir concomitantemente ao processo de Independência do Brasil. Neste sentido a produção histórica dos Historiadores, permitiu a transposição da imagem do bandeirante, do século XVIII para a situação de São Paulo do século XX. O Estado de São Paulo herdara as virtudes bandeirantes, o espírito de iniciativa, o arrojo e a valentia e com essa “alma bandeirante” buscou o seu próprio progresso e o progresso do país, a sua imagem era associada a uma locomotiva que carregava os outros estados (vagões).

Tendo como símbolo, o bandeirante, São Paulo consolidava-se como uma unidade “(...) racial (no século XX com novos componentes - os imigrantes); territorial (ocupação de novos espaços, com o café, por exemplo); econômica (com o

⁶¹ ABUD, Kátia M. *O sangue Intimorato e as Nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. Tese Doutorado, USP/SP, 1985. Capítulo III. Pág. 132.

⁶² Idem 04. Capítulo III. Pág. 132/133.

⁶³ Idem 04. Capítulo III. Pág. 133.

⁶⁴ Idem 04. Capítulo III. Pág. 138.

⁶⁵ Idem 04. Conclusão. Pág. 207.

impulso que o crescimento de São Paulo dava ao Brasil), e finalmente, política (representada pela liderança que o estado pretendia exercer no plano nacional).” ⁶⁶

Formava-se assim um símbolo, quando era necessário manter a integração de São Paulo, ele era lembrado, foi assim na Revolução de 1932, e no Estado Novo.

Os festejos da "Semana das Monções", permitem uma reflexão sobre como se dá a utilização do mito bandeirante para consolidação de uma tradição; e de como o mito persiste e é transformado, através de sua repetição anual até os dias de hoje.

Os desfiles, a representação teatral, enfim, todo o cerimonial de repetição que foi inventado permitem uma visualização de como é a ligação da população de Porto Feliz com o seu passado histórico; demonstrando como a cidade se identifica e orgulha-se com o passado glorioso paulista simbolizado na figura do Bandeirante.

Baseado em seu passado histórico e no fenômeno monçoeiro, a cidade aposta no Turismo, como uma alternativa econômica para o município; destacando-se como local em que o mito bandeirante é apropriado de maneira intensa e regular, e é no mês de outubro, com a "Semana das Monções", que a cidade recebe maior número de visitantes, tornou-se o atrativo principal, do calendário de eventos de Porto Feliz.

Relação dos logradouros comerciais com o título “Monções” e/ou “Bandeirantes”:

- Banca de Jornais Monções.

End.: Rua: Bandeirantes, s/n – Centro.

- Hotel Bandeirantes.

End.: Rua: Altino Arantes, 209 – Centro.

- Hotel Monções.

End.: Praça Coronel Esméδιο, 27 – Centro.

- Empreendimentos Imobiliários S/C Ltda. Bandeirantes.

End.: Rua: José Bonifácio, 05 – Centro.

- Antiquário Monções.

⁶⁶ Idem 04. Conclusão. Pág. 208.

End.: Rua: Barão do Rio Branco, 145 – Centro.

- Escritório Contábil Bandeirantes Ltda.

End.: Rua: André Rocha, 91 – Centro.

- Escritório de Contabilidade Monções S/C Ltda.

End.: Rua Joaquim Olavo de Carvalho, 72 – Centro.

- Dedetizadora Bandeirantes.

End.: Avenida Lício Marcondes do Amaral, 209 – Vila Angélica.

- Comércio de Bebidas Monções Ltda - Me.

End.: Avenida Armando Sales de Oliveira, 253 – Vila Progresso.

- Auto Posto Monções Ltda.

End.: Rua Antônio Sardinha, 191 – Centro.

- Associação Portal dos Bandeirantes.

End.: Rodovia Antônio Pires de Almeida, s/n – Colônia Rodrigo Silva.

No município de Porto Feliz existem diferentes bens materiais e imateriais que são representativos da formação histórica do município e a preservação destes é de fundamental importância, pois através do contato com estes bens a população pode conhecer seu passado, criar laços de identificação, e se reconhecer como cidadão consciente do seu papel na contribuição da melhoria da sociedade atual.

Porém ainda se faz necessário um estudo mais aprofundado para identificação de outros elementos representativos da cultura portofelicense. E principalmente um “cuidado” maior dos administradores municipais em relação à área cultural, não só para sua preservação, mas sim para sua difusão, visto que, como aponto acima, é de extrema importância que se estabeleça uma relação mais íntima entre o morador e sua cidade para que ambos possam crescer e se desenvolver juntos.

4- DIAGNÓSTICO

Autoria: Maria Cristina Wolff de Carvalho

Fábio de Almeida

Valderez A. da Silva

O diagnóstico apresentado a seguir integra os resultados das análises dos levantamentos realizados no item 3 deste trabalho, estruturados em duas etapas: inicialmente uma pesquisa documental histórica e iconográfica, complementada pela pesquisa de campo, de modo a interpretar e compreender os principais aspectos da atual condição dos bens e conjuntos de valor cultural de Porto Feliz.

A primeira etapa da pesquisa investigou a bibliografia existente, os registros documentais primários, a cartografia e iconografia histórica e os acervos de órgãos públicos de preservação. O estudo destas fontes – a base de dados obtida - ajudou a entender a estruturação e evolução urbana de Porto Feliz e, conseqüentemente, o processo de apropriação do espaço que compreende a paisagem urbana atual.

Na segunda etapa, que compreende os estudos de campo, foi possível perceber a relação entre o agente transformador (sociedade) e o espaço, ou seja, os principais aspectos de padrões sócio-culturais presentes e seus reflexos físicos e paisagísticos.

A partir de métodos quantitativos e qualitativos os resultados das avaliações das pesquisas de campo e demais dados secundários foram divididos e organizados em dois grandes grupos temáticos. O primeiro, *A paisagem cultural urbana e suas características*, e o segundo, *A paisagem cultural rural*.

Esta divisão temática objetivou facilitar o entendimento e a comunicação do diagnóstico, para determinação de diretrizes e ações recomendadas aos administradores públicos e cidadãos do Município.

Este diagnóstico também permitiu a elaboração de um mapa síntese de representação gráfica das Paisagens Culturais de Porto Feliz.

4.1 - Paisagem cultural urbana e suas características

A caracterização do *lugar* e, conseqüentemente, a adoção de medidas preservacionistas com resultados eficientes, exigem considerar a qualidade de interação e apropriação entre as pessoas e o ambiente, considerando os aspectos físicos sem os privilegiar. As características físicas do ambiente são condicionantes para os assentamentos humanos, mas adquirem significados a partir do processo cultural, na medida em que este é decorrente dos valores e experiências humanas estabelecidas com o meio.

A representação social, fruto da relação do homem com o espaço, faz com que venhamos a atribuir ao ambiente a qualidade de “lugar único”, na qual a importância social do espaço constrói o “sentido de lugar”⁶⁷.

Para Kevin Lynch (1997), a imagem é constituída por um conjunto de sensações experimentadas ao se observar e viver em um determinado ambiente. Ela é resultado, portanto, do observador e das características do lugar. Assim sendo, o sentido que se confere à imagem decorre das características individuais do indivíduo, suas experiências, conhecimento e preferências, que são atributos decorrentes de seus padrões sociais e culturais.

Lynch considera, ainda, que as avaliações e preferências dos indivíduos em relação ao ambiente, têm caráter subjetivo, mas principalmente sociocultural. A percepção mental do ambiente construída pelo indivíduo é reflexo do compartilhamento com outras pessoas de situações semelhantes no espaço e no tempo, criando imagens mentais semelhantes advindas de mesmas experiências perceptivas. Para Lynch, as várias imagens individuais imbricadas é que determinam e consolidam a imagem pública coletiva de uma cidade⁶⁸.

Concordando com Lynch, entendemos que tanto as condições atuais dos bens e conjuntos edificados como a própria paisagem urbana de Porto Feliz como um todo são resultados desta construção da imagem da cidade, consubstanciados no processo sociocultural através do tempo. Sua revalorização depende, fundamentalmente, do conhecimento e percepção construída pelos usuários, ou seja, pela própria sociedade local.

⁶⁷ LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 51.

O assentamento urbano

É inegável a importância da hidrografia na formação de Porto Feliz. A presença do rio Tietê e do local onde foi instalado o porto de saída das Monções, constitui uma conjunção de fatores físicos favoráveis. A partir desta ocupação inicial do sítio, são estabelecidos os padrões de ocupação e desenvolvimento do assentamento urbano inicial.

O relevo e a própria natureza do solo exerceram influência significativa no traçado urbano, na aparência do conjunto e dos edifícios de Porto Feliz. A ocupação inicial, estabelecida em local elevado, próximo ao rio, evidencia um padrão de ocupação recorrente à época. Este padrão facilitava a aplicação de um esquema defensivo elementar, o controle eficiente das vias comunicação e acessos, no caso, os caminhos e a própria via fluvial, além de propiciar fácil acesso à fonte de água para o consumo.



Fig. 40- *Planta da Freguesia de Ararituaba, 1769. Mapas de navegação dos Rios (Juzarte).*
Identificação do padrão de ocupação. Acervo da Biblioteca Nacional.

Malha urbana

A estrutura urbana do núcleo inicial determinou a produção arquitetônica urbana com características bem definidas. As ruas são uniformes, as casas, térreas ou assobradadas, construídas sobre o alinhamento das vias e limites laterais dos terrenos. O nível tecnológico, a mão-de-obra disponível e as tradições urbanísticas portuguesas, contribuíram muito para esta configuração.

O arruamento inicial foi definido pelas edificações, que acabaram delimitando os locais de passagem e de ligação a outro elemento básico do urbanismo, a praça. Mais especificamente, o Largo da Penha.

Observa-se que este padrão seguiu-se após este primeiro momento, com a expansão do núcleo inicial, que avançou pelas proximidades do Largo. Sem uma geometrização, mas principalmente acompanhando o relevo e as condicionantes topográficas.

Nota-se a polarização urbanística em torno do Largo da Penha e, posteriormente, em torno da atual Praça da Matriz, concentrando ao longo dos tempos os principais edifícios públicos e religiosos, e conseqüentemente, a instalação de atividades de interesse comum.

Em Porto Feliz, a estrutura urbana inicial condicionou a produção arquitetônica pois, apesar de esta produção ser muito facilmente adaptável e transformada pelo desenvolvimento econômico-social, ali foi preservado um certo padrão de singeleza, seja estético, seja das relação de escala entre as edificações do núcleo urbano, seja ainda na relação entre a paisagem construída e o sítio original.

As modificações do lote urbano, decorrentes da evolução técnica e transformações econômico-sociais exigiriam uma alteração do traçado urbano inicial, algo mais difícil de programar. Esta alteração de padrão de ocupação, fruto de uma adaptação mais lenta, é percebida mais tarde, na expansão urbana mais distante do núcleo inicial, ocorrida já no século XX.

O arruamento ainda apresenta, em alguns trechos, o uso do paralelepípedo, principalmente na região central, conferindo certa identidade visual para o conjunto.



Fig. 41 – Malha urbana na região central de Porto Feliz. Imagens: Google Earth - © Europa Technologies Image © 2008 Digital Globe. Data: 2008

As Edificações

A região central de Porto Feliz ainda conserva remanescentes da arquitetura urbana do século XVIII. Exemplo é a antiga Casa da Alfândega, uma construção destinada às atividades do porto construída em taipa de pilão e coberta com telhado em duas águas. Implantada no alinhamento frontal do lote e geminada nas duas laterais (solução para melhoria da estabilidade das antigas construções de taipa), apresenta nessas suas características a feição comum da arquitetura paulista do período.

Destacam-se, também, outros edifícios consolidados como referência histórica e importância cultural. São edifícios religiosos ou de função civil pública. Dentre eles estão a Igreja Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, o sobrado que abriga o Museu das Monções, o edifício do Primeiro Fórum e Cadeia Pública, o antigo Posto Policial e a antiga residência portofelicense, hoje Casa da Cultura Dona Narcisa Stettner.



Fig. 42 – Igreja Matriz de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 43 – Igreja Matriz de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 44 – Primeiro Fórum e Cadeia Pública. Foto: Fábio de Almeida. 2008.



Fig. 45 – Sobrado que abriga o Museu das Monções. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

Porém, há de se relevar a existência de um conjunto arquitetônico, caracterizado por uma arquitetura dita menor⁶⁹ sem intenção de monumentalidade, mas significativa, que confere unidade e harmonia à região central da cidade. Percebe-se ainda que, alteradas e descaracterizadas em maior ou menor grau, há, em Porto Feliz, o predomínio de edificações remanescentes dos séculos XIX e XX, a maioria já arrolada no inventário realizado pelo CONDEPHAAT na década de 1980.

⁶⁹ Termo proveniente da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos; arquitetura *vernácula*, termo em inglês para distinguir os edifícios marcadamente locais; arquitetura industrial das usinas, das estações, dos altos-fornos, de início reconhecida pelos ingleses. (CHOAY, 2001, p. 212).

Para Carlos Lemos é fundamental a identificação e a proteção de exemplares importantes de nossa história, tanto aqueles de cunho erudito como aqueles populares, pois, “não podemos conceber um acervo patrimonial sem a presença de obras do povo ali presente, sobretudo daquelas advindas da classe média, que representam verdadeiramente o gosto mediano da população[...]”⁷⁰.

As imagens a seguir ilustram o padrão arquitetônico e urbanístico descrito, evidenciando a singeleza, a escala e a relação das edificações.



Fig. 46 – Edificações da região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho e Fábio de Almeida. 2008.

⁷⁰ LEMOS, Carlos A. C. *O patrimônio arquitetônico paulistano*. Folha de São Paulo. Opinião: tendências/debates. 16 mar. 2004.

Felizmente foi mantida, ao longo da história em Porto Feliz, a coerência e harmonia de gabaritos. São poucos os edifícios- todos eles construídos recentemente - que rompem com este padrão, o que não comprometeu, ainda, a unidade do conjunto central e o perfil bucólico e único da cidade.



Fig. 47 – Gabarito das edificações na região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

Também são encontradas na área central de Porto Feliz, em menor quantidade, edificações com ornamentação mais elaborada e variações de implantação, com o aparecimento de recuos e alpendre, conforme as imagens a seguir:



Fig. 48 – Edificações da região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

Chamam a atenção diversas edificações em estilo Art Déco, pontualmente inseridas em meio ao conjunto geral. Elas mantêm relação coerente de escala e implantação, promovendo uma diversificação e novidade bem vindas na plasticidade daquela paisagem urbana.



Fig. 49 – Edificações, em estilo Art Déco, na região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho e Fábio de Almeida. 2008.

Entretanto, existem problemas de descaracterização e interferência em muitas edificações, provenientes de diversos fatores como, por exemplo, a mudança do uso original. Este tipo de alteração de uso, principalmente para atividades comerciais, invariavelmente resulta em descaracterizações com a incorporação de elementos que prejudicam a integridade das formas e estilos arquitetônicos primitivos, no mais das vezes, mais relevantes.

As alterações mais freqüentes são: alteração das envazaduras e esquadrias; eliminação de modenatura e a introdução de hall de entrada em edificações sem recuo frontal; substituição de revestimentos em que sobressai o uso da pedra; uso de muitas cores, em geral berrantes. Verifica-se, ainda, a presença de muita poluição visual, com a introdução de placas, cartazes, letreiros e luminosos, entre outros exageros, resultando em fachadas totalmente escondidas pela publicidade.



Fig. 50 – Edificações descaracterizadas na região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

Outro problema de interferência visual constatado, é a inserção de elementos arquitetônicos sem maiores cuidados em relação à paisagem urbana, geralmente com resultados pouco harmoniosos, que destoam do conjunto ou prejudicam a percepção de edificações mais significativas, conforme as imagens a seguir:



Fig. 51 – Edificações na região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho e Fábio de Almeida. 2008.

Antigas Indústrias em área urbana

Uma edificação industrial localizada na região central, conforme relatado no capítulo deste relatório dedicado ao Levantamento Histórico de Porto Feliz, é a antiga Fábrica de Tecidos Nossa Senhora Mãe dos Homens. Atualmente, a maior parte do conjunto está desativada, observando-se problemas decorrentes da falta de manutenção em suas envazaduras e esquadrias. Uma parte do complexo sofreu intervenções e adaptações para abrigar a Prefeitura Municipal, lá instalada.

A antiga fábrica de tecidos é uma típica construção industrial do começo do século XX, com vários galpões alinhados, limítrofes com vias públicas, ocupando grande área da região central.

Suas fachadas de tijolos aparentes com as envazaduras em arco abatido têm aspecto bastante peculiar, conferindo ambiência e beleza àquela região da cidade e destacando-a do padrão arquitetônico da área central.



Fig. 52 – Localização da antiga Fábrica Nossa Senhora Mães dos Homens e do Engenho Central, dentro do núcleo urbano de Porto Feliz. Imagens: Google Earth - © Europa Technologies Image © 2008 Digital Globe. Data: 2008



Fig. 53 – Fábrica Nossa Senhora Mãe dos Homens, região central de Porto Feliz. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho e Fábio de Almeida. 2008.

Outra edificação de notável valor arquitetônico é o Engenho Central da Companhia Açucareira de Porto Feliz. Sua instalação foi responsável por uma transformação significativa na região, na vida e no desenvolvimento da cidade, pois impulsionou a produção açucareira e com isso, a economia local.

Inaugurada em 1878, funcionou com máquinas e aparelhos aperfeiçoados para a produção de açúcar. Nesta época a população do município era de aproximadamente cinco mil habitantes e a lavoura principal era a da cana.

O terreno escolhido para sua instalação, na margem esquerda do rio Tietê [Fig. 52], foi comprado em dezembro de 1876 e fazia parte da chácara de propriedade de Manoel Augusto das Chagas. Ele foi o primeiro Engenho Central da então Província de São Paulo.

O conjunto formado pelo edifício principal e dependências ocupava uma área de 1772 m², situada a 10 metros do nível do rio. O decreto de concessão estabelecia que o abastecimento de matéria-prima seria feito por vias férreas, que ligariam o engenho com a estação ferroviária da Estrada de Ferro Sorocabana. Porém, outro decreto de 1877 permitiu a utilização da navegação do rio Tietê,

fazendo a ligação das propriedades agrícolas, principalmente as ribeirinhas que representavam mais de 50% da produção do município, com o Engenho Central. Do Engenho a produção seria transportada para a estação mais próxima da Estrada de Ferro Ituana⁷¹.

A edificação passou por transformações durante sua existência e abrigou a produção por mais de um século. Em 1991, o Engenho, então pertencente à Companhia União São Paulo, encerrou as suas atividades.

Atualmente o complexo está desativado, mas conserva suas características integralmente. Extensão do centro urbano, chama a atenção seu perfil pitoresco à margem do rio Tietê, sua monumentalidade, marcada pelos volumes imponentes em alvenaria de tijolos aparentes e suas chaminés de 27 metros de altura. Espaço que demonstra, por vários motivos, uma grande potencialidade de uso e fruição, principalmente de atividades sociais e culturais.



Fig. 54 – Engenho Central de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

⁷¹ SOUZA, Jonas Soares de. O centenário do engenho central de Porto Feliz, 1878-1978. São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu Paulista, 1978.



Fig. 55 – Engenho Central de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 56 – Engenho Central de Porto Feliz, vista do rio Tietê. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

Arquitetura Ferroviária

Um pouco mais afastado do núcleo central de Porto Feliz encontram-se dois edifícios característicos da arquitetura ferroviária, construídos no início da década de 1920. A localização em relação ao centro e o próprio traçado da via férrea forma um eixo de ligação que remete aos antigos caminhos de ligação com as cidades vizinhas.

Um dos edifícios abrigava a estação da antiga Estrada de Ferro Sorocabana e o outro servia de armazém de cargas. Atualmente o armazém abriga a Estação das Artes e o prédio da estação, a Biblioteca Pública Municipal.

O prédio da estação, de notável valor arquitetônico, com dois pavimentos, é nitidamente influenciado pela arquitetura inglesa, em virtude da forte ligação daquele país com a instalação da ferrovia no Brasil.

Com planta retangular, e simétrica, a edificação é composta por três volumes, sendo um central, com maior altura, complementado por dois volumes laterais menores. As fachadas são de tijolos aparentes e apresentam envazaduras retas e em arco pleno.

A fachada principal apresenta duas colunas que destacam o eixo central e a entrada do edifício, configurando um frontão em arco que coroa a edificação. Destaca-se ainda a modenatura, principalmente nas envazaduras e colunas. Sua cobertura é de telhas cerâmicas. As formas e proporções encontradas nessa antiga estação, sugerem a influência do estilo Secessão.



Fig. 57 – Estação Ferroviária, atual Biblioteca Pública Municipal de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

O edifício do armazém, com pavimento único e destinada ao armazenamento de cargas, é mais simples e menos ornamentado, marcado pelos beirais, apoiados em mão-francesa, elemento característico das coberturas das áreas de plataformas deste tipo de edificação.

As fachadas são de tijolos aparentes, assim como o edifício da estação, apresentando envazadura reta. O telhado é em duas águas e de telha cerâmica.



Fig. 58 – Armazém, atual Estação das Artes de Porto Feliz. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 59 – Localização da Estação Ferroviária e Armazém em relação à região central de Porto Feliz. Imagens: Google Earth - © Europa Technologies Image © 2008 Digital Globe. Data: 2008

Praças

Duas praças de Porto Feliz são repletas de significados, principalmente de referências históricas. Elas acabaram adquirindo uma íntima relação de unidade e de identidade com os habitantes de Porto Feliz.

Uma delas é a Praça Duque de Caxias no Largo da Penha, marco da origem da cidade, local onde os Bandeirantes reuniam-se para organizar as monções. Ali foi construído o primeiro oratório da cidade em homenagem a Nossa Senhora da

Penha, sendo, por muito tempo, o espaço de convívio público mais importante do povoado.

O largo conserva, além de suas características morfológicas próximas ao do início do povoamento, principalmente o alinhamento das edificações, algumas construções remanescentes de diferentes épocas. O Largo da Penha é, portanto, testemunho da evolução e transformação de Porto Feliz.

A praça atualmente abriga um monumento em homenagem às monções, a Esfera Armilar. Também existem ali mastros para hastear bandeiras, fazendo do lugar um ponto de realizações de cultos cívicos.

Tanto o desenho da praça, o calçamento, o mobiliário urbano, como o tratamento paisagístico são singelos e despretensiosos.



Fig. 60 – Praça no Largo da Penha. Foto: Fábio de Almeida. 2008.



Fig. 61 – Banca de revistas na praça do Largo da Penha. Foto: Fábio de Almeida. 2008.



Fig. 62 – Largo da Penha. Fonte: Gessulli Agribusiness. Foto: Autor desconhecido, s.d.⁷²

A segunda praça de destaque de Porto Feliz é a Praça Dr. José Sacramento e Silva, a Praça da Matriz. Sem dúvida nenhuma, o ponto de referência central da cidade, de importância histórica e geográfica, mas também polarizador das atividades do dia - a - dia. Marcada primeiramente pela atividade religiosa, ela é complementada pelas comerciais e econômicas, de lazer e convívio.

No seu traçado sobressai o renque de palmeiras imperiais, que à distância, sinaliza o coração da cidade. Amplamente documentado, já está presente no início do século XX em pinturas [Fig. 27] e registros fotográficos.

A praça, de piso em mosaico português, conta com um coreto, uma fonte no piso, bancos, canteiros, telefones públicos, todos eles elementos que promovem seu uso para diversas atividades.



Fig. 63 – Renque de palmeiras e a Matriz ao fundo. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

⁷² Gessulli Agribusiness. *Porto Feliz.com.br*. 2008. Disponível em: < <http://www.portofeliz.com.br> > . Acesso em: 20 jun. 2008.



Fig. 64 – Renque de palmeiras. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 65 – Fonte no piso da praça. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 66 – Telefones públicos na praça. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

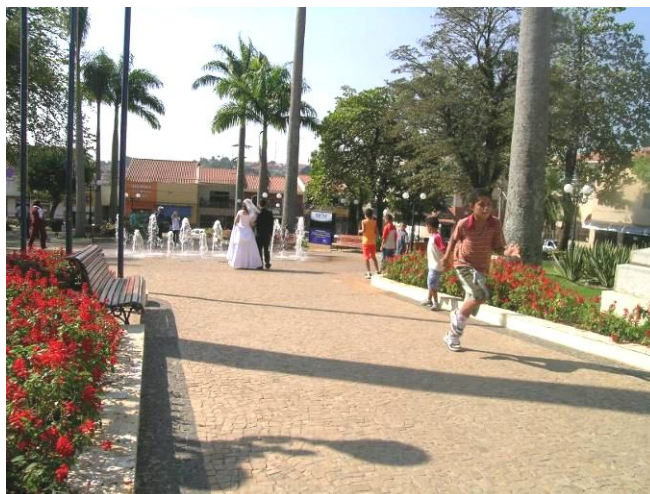


Fig. 67 – Em primeiro plano, canteiros, o piso de mosaico português e crianças brincando. Ao fundo, o casal de noivos posa para fotografias. Foto: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.

A maior parte das outras praças e canteiros distribuídos por Porto Feliz, caracterizam-se apenas como locais de passagem ou de contemplação. Normalmente são áreas resultantes dos loteamentos, invariavelmente subutilizadas [Fig. 68].



Fig. 68 – Praça Pedro Trentim e ao fundo o centro de Porto Feliz. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

O Parque das Monções

Implantado à margem do rio Tietê, junto ao porto de origem da cidade, o Parque das Monções, por inúmeras características, é potencialmente o principal atrativo cultural e turístico da Cidade.

Com vocação para ser um parque urbano, por sua localização próxima ao núcleo inicial da cidade, ele apresenta uma vegetação exuberante, permite o acesso ao Rio e é contemplado visualmente com a margem oposta do Tietê, ainda sem ocupação.

O Parque estabelece, atualmente, pouca integração com a cidade. O maltrato e abandono prejudicam enormemente a apropriação e valorização deste espaço por parte da comunidade local. Fazem parte do parque importantes elementos do contexto histórico cultural da localidade, como por exemplo, o Paredão Salitroso, onde supostamente as araras pousavam para bicar, sugerindo então a origem do antigo nome da cidade em linguagem indígena, Araritaguaba.

Outro exemplo é o Monumento às Monções e o conjunto de escadas de acesso a ele, inaugurados em 1920, pelo presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes. Decorridos 88 anos da inauguração do Monumento às Monções, tem-se, contudo, que não muita coisa foi acrescentada, no sentido de preservar a memória daquele fenômeno histórico e facilitar a sua compreensão pelos visitantes. Assim é que o conjunto de escadas também foi inaugurado à época. E o batelão ali colocado resultou de uma iniciativa do historiador Afonso de Taunay, que o encontrou em uma fazenda, tornado em cocho para alimentação de animais.

Constam ainda no parque, uma gruta em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, construída em 1924, um *deck* sobre o rio, e uma reprodução do primitivo oratório de Nossa Senhora da Penha, feito de pau-a-pique e coberto com sapê.

O que falta àquele parque, indispensável para a compreensão da própria Porto Feliz, é um tratamento didático, a convicta adoção de linguagens efetivamente capazes de nortear um visitante. Note-se a exigüidade de painéis explicativos no local, o que se percebe há anos. Sugere-se, forçosamente, que as poucas placas informativas sejam substituídas por material planejado e criado de modo profissional. Em outras palavras, o espaço todo carece de um tratamento museográfico profissional, que compreenda placas de direcionamento, espaço (galpão, sala ou anfiteatro) de acolhimento para classes de alunos e excursionistas em geral,

equipamento para exibição de áudio-visual sobre as monções, painéis com iconografia pertinente. E, inclusive, um discurso claro acerca das navegações, que dissipe dúvidas e equívocos constantemente cometidos. É necessário tornar o espaço capaz de falar por si próprio, independentemente dos níveis variáveis de conhecimento específico de guias e monitores que ali aportam.



Fig. 69 – Inauguração do monumento às monções em 26 de abril de 1920. Extraído do livro *Araritaguba o Porto Feliz* de autoria de Jonas Soares.



Fig. 70 – Parque das Monções, monumento e caminhos. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho. 2008.



Fig. 71 – Parque das Monções, Paredão Salitroso e margens do Tietê. Fotos: Fábio de Almeida. 2008.



Fig. 72 – Parque das Monções, *deck* e *batelão*. Fotos: Maria Cristina Wolff de Carvalho e Fábio de Almeida. 2008.

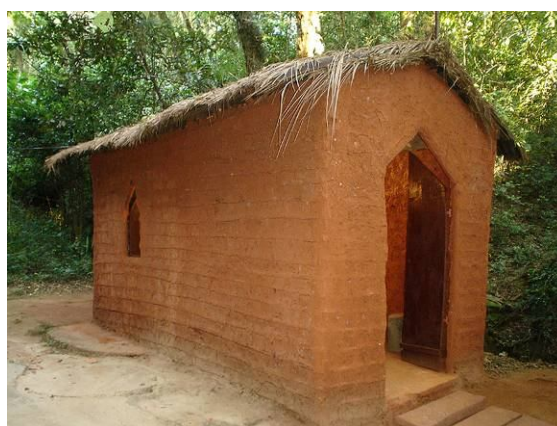


Fig. 73 – Parque das Monções, Réplica do Oratório à Nossa Senhora da Penha. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

Rios

O rio Tietê é um elemento da paisagem e da história que percorre muitas camadas do tempo e do espaço. Assim, ele é o elo de ligação com outros lugares, acima e abaixo de Porto Feliz, propiciando e justificando reverência e enormes cuidados. O rio Tietê é um bem patrimonial de valor inestimável.

Porto Feliz deve sua localização ao rio Tietê. A instalação de um porto e o consequente povoamento do local ocorrem por causa dele, que é parte do ambiente natural apropriado. Deste modo, o rio Tietê foi a referência básica para a demarcação do centro urbano inicial. Exercendo importância na evolução da cidade, o Tietê determinou a estrutura espacial e social daquela paisagem urbana.

O tecido inicial da cidade foi traçado paralelamente ao leito do rio Tietê, e, ao longo de seu desenvolvimento, o núcleo urbano avançou para a margem direita, ao norte da cidade, onde atualmente existem dois pontos de travessia.



Fig. 74 – O rio Tietê e o eixo de desenvolvimento urbano de Porto Feliz. Imagens: Google Earth - © Europa Technologies Image © 2008 Digital Globe. Data: 2008

Inseparável da História, coube ao rio Tietê papel fundamental na apropriação do território e na conquista da região oeste do país. Seu significado, hoje, parece estar aquém da sua real importância, não apenas como recurso natural, mas pela possibilidade de ser, junto à comunidade local, um agente promotor de identidade.

A poluição, o descuido e o desuso caracterizam a indiferença em relação ao outrora mais importante elemento da paisagem portofelicense. Atualmente, o rio Tietê é pouco ou nada valorizado como recurso natural que propicia suporte à vida urbana. São insignificantes, também, as iniciativas que tirem partido das possibilidades que oferece para os esportes aquáticos, passeios temáticos de barcos, competições e festas ligadas às águas. Os usos de suas margens como cenário panorâmico, contemplativo, recreativo, de lazer e preservação ecológica, também são inexpressivos.



Fig. 75 – O rio Tietê e suas margens. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

Outro rio que compõe a hidrografia de Porto Feliz é o Rio Sorocaba, elemento natural que serve de divisa, ao sul, com o município Iperó.

Também tem importância como recurso natural, o Ribeirão Avecuia, que percorre a área rural da região leste de Porto Feliz, sendo estratégico para as atividades locais, muito embora apresente as sequelas do desmatamento desenfreado.

Dentro do núcleo urbano, o Córrego Pinheirinho foi tratado com a solução clássica: canalização e vias de tráfego de veículos nas margens. A cultura de

canalização de córregos e criação de vias marginais, embora discutível, tornou-se um “lugar comum” na solução de problemas urbanísticos. A canalização é sempre utilizada como modo de controlar o curso do rio e as características inundáveis das margens. O rio passa a servir de meio coletor do esgoto e águas pluviais, escoando os dejetos para longe o mais rápido possível.



Fig. 76 – O Córrego Pinheirinho na área urbana de Porto Feliz. Foto: Fábio de Almeida. 2008.

4.2. A Paisagem cultural rural

A paisagem rural de Porto Feliz tem como característicos os terrenos suavemente ondulados, a terra vermelha, os campos de cultivos de amplas perspectivas e a presença marcante do rio Tietê. Ambiente em interação com o homem, assim como o núcleo urbano, ali são estabelecidas identidades e articuladas relações sociais de maneira peculiar, propiciando a construção de significados culturais únicos.

O Rio

Quando em terras portofelicenses, o rio Tietê, que dali tornava-se a via de penetração para a região central do país e, depois, o caminho para o transporte da cana dos produtores até o Engenho Central, perdeu, com a decadência e extinção deste, o papel histórico de hidrovía.

Hoje, ao atravessar o município de Porto Feliz, o rio Tietê traz consigo as águas poluídas de centenas de quilômetros, provando que ao lado das medidas de reabilitação e reintegração oriundas da iniciativa local, existe a necessidade de ações encadeadas e conjuntas, que contemplem sua recuperação. A degradação e indiferença às quais o rio Tietê tem sido submetido são alarmantes. É preciso uma mudança de postura do poder público e das comunidades locais, incluindo-se aí Porto Feliz, de modo a se estabelecerem políticas para sua recuperação e alternativas sustentáveis de seu uso e fruição.

As vias terrestres

Durante muito tempo os caminhos de tropas foram as mais importantes vias para o transporte e comércio do país. Eles passam a ser cruciais a partir do momento em que os bandeirantes, deixando a mobilidade da vida pelos sertões, fixam-se em vilas e propriedades rurais. Transportando bens, alimentos e riquezas em lombo de muares, os tropeiros são responsáveis pela integração da região de Porto Feliz a uma rede mais ampla de caminhos e povoações.

As marcas destes caminhos muitas vezes foram sobrepostas por novas vias. Permanecem, porém, os traçados e direções que, assim como antigamente,

continuam servindo para estabelecer a ligação e interação regional, elemento de coesão e de identidade entre seus habitantes.

Assim como o centro urbano, que demanda uma série de ações visando a valorização da memória cultural local, os caminhos, por explicarem por onde e como foi feita a apropriação do território, merecem ser recuperados, seja no seu significado seja na sua materialidade.

A Estrada de Ferro também é outra modalidade de via que, resultado da evolução do sistema de transporte terá igual função de antigos caminhos de tropas, estabelecendo, também, as condições de agente integrador e transformador sócio-cultural na virada do séc. XIX para o XX. Em Porto Feliz, o abandono deste meio resultou na desativação dos trilhos primitivos da Estrada de Ferro Sorocabana, restando apenas as emblemáticas edificações da Estação e do Armazém de Cargas. Apesar de perdido o traçado original da via, por força de sua representatividade, localização e uso atual, esses dois edifícios estabelecem um vetor de ligação com o núcleo urbano, com forte potencial de criação de um corredor cultural.

Na segunda metade do séc. XX, as estradas de rodagem se estabeleceram como principal modalidade de circulação, tendo seus reflexos significativos na transformação dos caminhos e ligações da área rural de Porto Feliz.

Fazendas e engenhos de açúcar

A instalação de fazendas e engenhos da região de Porto Feliz foi relativamente mais intensa nas proximidades do vale do Tietê, entre Cabreúva e Itu, e também nos arredores de Itu e Salto.

De tipologias variadas, algumas fazendas desta região se caracterizavam pelas tradições de construção bandeirista e da economia de açúcar. Provavelmente elas são as construções mais antigas dessa área.

Nota-se, entretanto, alteração no padrão arquitetônico em outras fazendas, supostamente motivada pela introdução da economia do café, de feições mais urbanas, com a introdução de detalhes decorativos de intenção neoclássica e transformação na disposição dos cômodos.

Também houve uma diferenciação nos equipamentos destas fazendas. A roda d'água, porém, é um recurso que as distingüe, mesmo se a fazenda foi construída para outras finalidades, que não de engenho de açúcar.

Em Porto Feliz, encontram-se dois remanescentes significativos destas construções, que são a Fazenda Moinho e a Fazenda Engenho D'água.

A fazenda Moinho, atual fazenda Rehder, possuía moinho movido por roda d'água, utilizado para processar a produção de milho, mas também açúcar e aguardente. Ainda em atividade, atualmente a produção é apenas dedicada à cultura da cana-de-açúcar.

Está localizada na Rodovia Vicente Palma, caminho para Boituva.



Fig. 77 – Fazenda Moinho. Extraído de “O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo”, de autoria de Neide Marcondes Martins. 1978.

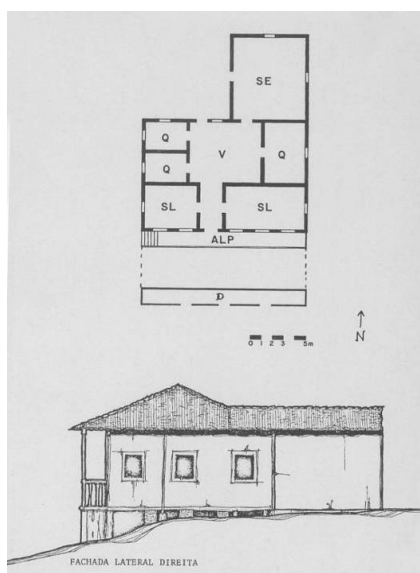


Fig. 78 – Desenhos da Fazenda Moinho. Extraído de “O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo”, de autoria de Neide Marcondes Martins. 1978.

A fazenda Engenho D'água, também de notável valor arquitetônico, localiza-se próximo ao núcleo urbano, mais especificamente no Bairro Engenho. Atualmente pertence à Usina União São Paulo e conserva suas características originais do período cafeeiro, embora tenha suas atividades voltadas para a produção da cana-de-açúcar.



Fig. 79 – Desenhos Fazenda Engenho D'água. Extraído de “O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo”, de autoria de Neide Marcondes Martins. 1978.

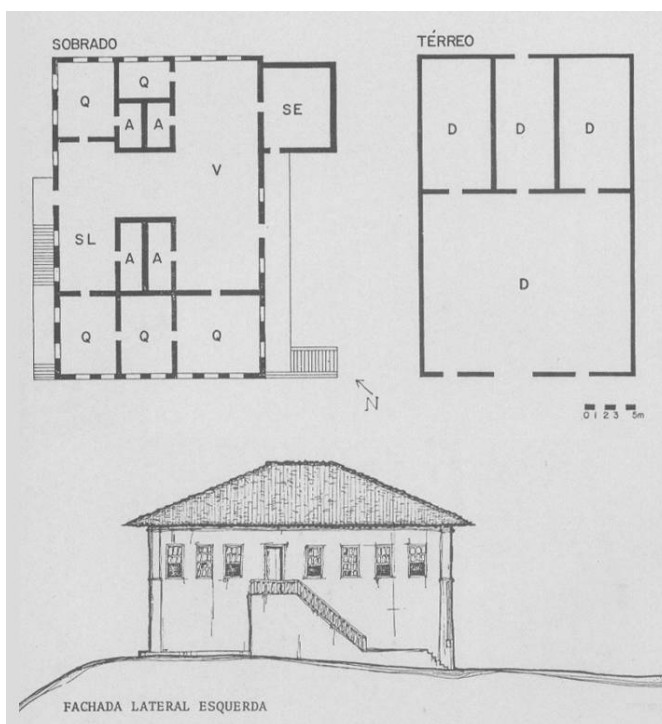


Fig. 80 – Desenhos Fazenda Engenho D'água. Extraído de “O Partido arquitetônico rural de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo”, de autoria de Neide Marcondes Martins. 1978.

5 - DIRETRIZES

Autoria: Maria Cristina Wolff de Carvalho

Fábio de Almeida

Valderez Antonio da Silva

5.1- Pressupostos

Política de Valorização do Patrimônio Cultural:

Educação

Tombamento

Paisagens Culturais

Ao lado de iniciativas já existentes em prol da preservação do patrimônio cultural de Porto Feliz, principalmente por intermédio do tombamento estadual de alguns monumentos pontuais, faz-se necessário e imperativo somar novas ações de caráter mais agressivo, contemporâneo e abrangente.

Educação:

Para tanto, é fundamental não somente a atualização de conceitos, como, principalmente, a reflexão e absorção por parte da administração municipal local, das novas possibilidades e mecanismos criados nas esferas públicas – notadamente federal e estadual - nos últimos anos, visando incentivar a preservação da memória e do patrimônio a ela vinculado – seja material ou imaterial, de âmbito regional, municipal e local, privilegiando manifestações da arte e da cultura antes tidas como menores ou de pouca relevância.

Um outro aspecto é a necessidade premente de inserção da memória e do patrimônio na vida do município e no cotidiano dos munícipes. Sua integração às atividades sócio – cultural - educativas e econômicas (sua exploração econômica, portanto), possibilitará e promoverá novas alternativas – seja de descoberta e redescoberta de saberes e fazeres - seja na ampliação de horizontes, no intercâmbio de conhecimentos, numa relação contínua e dinâmica, em processo de renovação, aperfeiçoamento e realimentação ininterruptos.

A integração sócio econômica propicia o sustento, faz a máquina funcionar. Esta “espiral” infinita é condição para surgimento do que se percebe faltar, hoje, em Porto Feliz: alta estima.

A integração e reintegração do patrimônio cultural portofelicense à vida social e econômica do município é algo que surge de dentro para fora, pois é somente o auto-conhecimento e o auto-reconhecimento que propiciam a auto-determinação de uma comunidade.

Tombamento:

O instituto do tombamento - seja em que âmbito for – abre a possibilidade de reconhecimento do valor de um dado bem seja qual for. Assim, inventariar é preciso, estudar aspectos da cultura de Porto Feliz – muitos deles apontados nesse relatório – é condição para a “descoberta” dos bens que “mereçam” ser preservados. Porém, diferentemente do senso comum, acreditamos que o valor não está no objeto estudado para tombamento – mas em como enxergamos este objeto. Portanto, voltamos ao problema do que venha a ser importante para o portofelicense, da questão da auto-estima do município e da educação: descoberta, redescoberta e invenção do patrimônio cultural de Porto Feliz.

Entendemos, ainda, que o instituto de tombamento deva ser empregado, a partir de uma perspectiva atualizada, àquelas manifestações culturais expressivas e representativas de Porto Feliz, e não somente aos bens culturais e artísticos excepcionais.

Paisagem Cultural:

Quais são as “paisagens culturais” de Porto Feliz? Identificamos, ao longo desse trabalho, algumas paisagens culturais características de Porto Feliz:

1- a iconografia apresentada – com obras de Florence, Taunay, Pereira da Silva, Miguelzinho Dutra, Toledo Piza, entre outros, é apenas uma amostra do que as artes plásticas oferecem em termos de excelentes obras que tiveram por tema aspectos de Porto Feliz.

2- O Parque das Monções – com o paisagismo romântico e sublime, equipamentos tais quais os belos e requintados postes de iluminação, a histórica praia, o paredão salitroso – Araritaguba - e o rio Tietê de tantas memórias.

3- O perfil inconfundível da cidade. Acomodada primitivamente em uma eminência, apesar do crescimento horizontal conservou a integridade de seu gabarito, e a relação entre as massas edificadas. É assim que, para quem se aproxima do núcleo histórico de Porto Feliz, a matriz e seu renque de palmeiras se destacam na paisagem, funcionando como um guia, e orientando a aproximação do viajante, como em idos tempos.

4- O núcleo central - com suas arquiteturas de diversas feições histórico – estilísticas, formando um todo uno e coeso, ainda que maltratado e muitas vezes descaracterizado (ainda que não irreversivelmente): colonial, historicista, art déco e moderno.

5.2 - Introdução

A contínua e incessante pesquisa acerca da história da formação das diversas paisagens culturais de Porto Feliz, forjadas nos seus usos e costumes, em manifestações artísticas – tais como a música, a literatura, a poesia; nas artes visuais e plásticas – com a fotografia, pintura, escultura e na arquitetura urbana e rural; no imaginário local com seus mitos, ritos e crendices e nas comemorações cívicas e religiosas; no centro histórico e na apropriação do rio Tietê, é fundamental para toda e qualquer ação no campo da preservação do patrimônio cultural ali constituído.

A valorização das manifestações culturais por meio de seu conhecimento abre a possibilidade de valorização dos próprios bens – materiais e imateriais - aos quais essas manifestações deram origem, possibilitando e condicionando sua preservação, numa contínua interação que permite estabelecer uma cadeia infinita de correlações.

Porém, o acervo cultural de Porto Feliz, nas suas múltiplas faces, é qualificado como pobre, precário ou quase insignificante. Acreditamos firmemente que isto ocorra porque ele jamais foi apreciado demorada e cuidadosamente.

As ações preservacionistas vêm, há muito, sendo a reafirmação monótona de um conhecimento estagnado e obscurecido, que, apoiado num saber erudito, não tratou de se renovar e diversificar. Outro porém é que, para apreciar é preciso – além de saber fazê-lo, conhecer o objeto em questão. E se este jamais foi objeto de estudo sistemático, contínuo, metucioso e cuidadoso, como saber o que e para que preservar e, ainda, como mensurar o seu valor?

Evidentemente que há uma quantidade significativa de estudiosos que se detiveram, pelas mais diversas razões e interesses, na história e nas manifestações culturais de Porto Feliz. Mas o conhecimento sobre a história e o patrimônio de Porto Feliz não pode ficar circunscrito aos estudiosos e eruditos, à academia, aos círculos fechados e elitizados. Tampouco pode ser movido apenas por interesses e vontades individuais, pois estes não têm o papel que cabe à sociedade.

Cabe lembrar que o segmento material da realidade, ou seja, em grande parte o patrimônio edificado, é que fica exposto e suscetível a maiores mudanças, as quais são condicionadas, principalmente, às forças que definem as leis de ordenamento urbano, ao mercado imobiliário e aos valores econômicos que, indiscutivelmente, são atrelados às estéticas arquitetônicas. Neste sentido é preciso ter consciência das implicações e responsabilidades das ações políticas, objetivando resultados mais expressivos em relação à preservação do Patrimônio Cultural.

5.3 – Ações

É preciso que sejam estabelecidas, pela Prefeitura Municipal, algumas metas e ações relativas ao Patrimônio Cultural, a curto, médio e longo prazo, visando sua preservação, valorização, divulgação e retorno. Nesse sentido, a partir do estabelecimento de uma comissão técnica de trabalho – pequena e coesa – que formule o texto de lei municipal de proteção, a primeira medida é a criação, por parte da Alta Administração Municipal, desta lei. Caberia à comissão, ainda, pautada no presente item do PDA – Plano Diretor Ambiental de Porto Feliz, produzir um relatório de avaliação da situação do município e um plano de ação coordenado.

Com isso passa-se à segunda etapa de trabalho, que deverá ser dedicada às ações **a curto prazo**. É necessário que o conhecimento sobre o patrimônio de Porto Feliz, no seu estágio atual seja:

- 1- Identificado.
- 2- Sistematizado.
- 3- Formatado para diferentes meios de difusão, como de ciclos de palestras, folders, livros, mídias eletrônicas (CDs, DVDs, etc), e pelo ciberespaço (Internet).
- 4- Difundido entre administradores e funcionários municipais, além dos setores da administração pública ligados ao planejamento e turismo respectivamente. Ambos, no seu papel normatizador, orientador de diretrizes de preservação e formador de opinião, tratarão de adequar suas respostas às múltiplas solicitações devidamente embasados.
- 5- Paralelamente, deve-se realizar o estudo de formas de beneficiamento pela municipalidade, do uso de leis de incentivo à cultura nos planos Federal, Estadual e Municipal, uma vez que projetos culturais, para serem desenvolvidos, carecem de recursos e fontes de financiamento.
- 6- Criação/ implementação de setor da administração municipal para gerenciamento dos projetos e contratação de empresas e serviços, para desenvolvimento dos projetos para aprovação via leis de incentivo à cultura.
- 7- Formatação de projetos – cobrindo todo o espectro acima arrolado de manifestações artístico-culturais (incluindo a rica produção existente, esquecida em órgãos públicos) - para submissão a aprovação dos órgãos responsáveis, possibilitando a captação de recursos para sua consecução.
- 8- Criação de um Escritório Municipal da Cultura, para atender às demandas relacionadas aos projetos, planos e propostas relativas à preservação do Patrimônio Cultural do Município de Porto Feliz. Ao escritório caberá:
 - a) a orientação aos munícipes relativas a obras em seus imóveis,
 - b) a fomentação e realização de cursos, seminários, palestras e outros, referentes à história e ao patrimônio cultural de Porto Feliz,
 - c) a criação de meios de interlocução e divulgação de programas, premiações, cursos e outros, nos níveis Federal, Estadual e Municipal, no âmbito da preservação e divulgação das artes e do patrimônio cultural. Ex.: site periodicamente atualizado.

Ações a médio prazo:

- 1- Segue a difusão entre os professores da rede escolar, os quais, deverão multiplicar esse conhecimento, alargando circuitos e possibilidades de ação.
- 2- Promoção de meios para a formação e qualificação profissional, visando a atender a demanda dos projetos de recuperação do patrimônio cultural em suas áreas específicas.
- 3- Criação de condições para estabelecer a Cultura como alternativa viável de atividade econômica.

Ações a longo prazo:

No que se refere à atratividade para turistas, consideradas as mais diversas fatias desse público (turismo educacional, da terceira idade, rural etc), Porto Feliz há de considerar uma circunstância que marca outros municípios da região. Fala-se da dificuldade de reter o visitante por um período que exija pernoites e, portanto, maiores gastos na localidade. Suas vizinhas Itu e Salto, por exemplo, recebem visitantes que transcorrem algumas horas apenas nas cidades. E ambas se envolvem agora num esforço para ampliar o cardápio de atrativos ou atuar de modo coordenado, justamente para garantir a maior permanência dos visitantes. Exemplo disso é o projeto, em andamento, de instalação da ferrovia turística (Trem Republicano), que ligará as duas cidades e conectará atrativos de ambas. Esse mesmo problema se faria sentir, com ainda maior intensidade, em Porto Feliz, agravado pela localização em relação à capital do Estado.

Com efeito, considerando-se as excursões pedagógicas e aquelas de grupos da terceira idade – muito numerosas, por sinal -, a cidade tende a ficar como ponto final de um roteiro, que acaba privilegiando as paradas anteriores, a saber, o casario histórico e as igrejas de Itu, suas fazendas, os parques de Salto, os museus das duas cidades.

Portanto, a par dos investimentos nas melhorias específicas em seu patrimônio turístico, Porto Feliz deve investir numa articulação mais afinada com os roteiros regionais. Deve tomar a iniciativa de conduzir entendimentos com as cidades mencionadas, sobretudo. Que são, como Porto Feliz, integrantes do Consórcio do Roteiro dos Bandeirantes (Santana de Parnaíba – Pirapora do Bom Jesus –

Araçariguama – Cabreúva – Itu – Salto – Porto Feliz – Tietê). Essa organização, a despeito de já existir há vários anos, não logrou até o momento resultados concretos na integração das cidades que a formam. E também a despeito de já ter sido claramente identificada a fragilidade do discurso regional, aos olhos do visitante. Representantes de Porto Feliz participaram do diagnóstico de que a comunicação falha, nas cidades do roteiro, ao não conseguir apontar os ganchos de ligação entre atrativos colocados ao longo do mesmo.

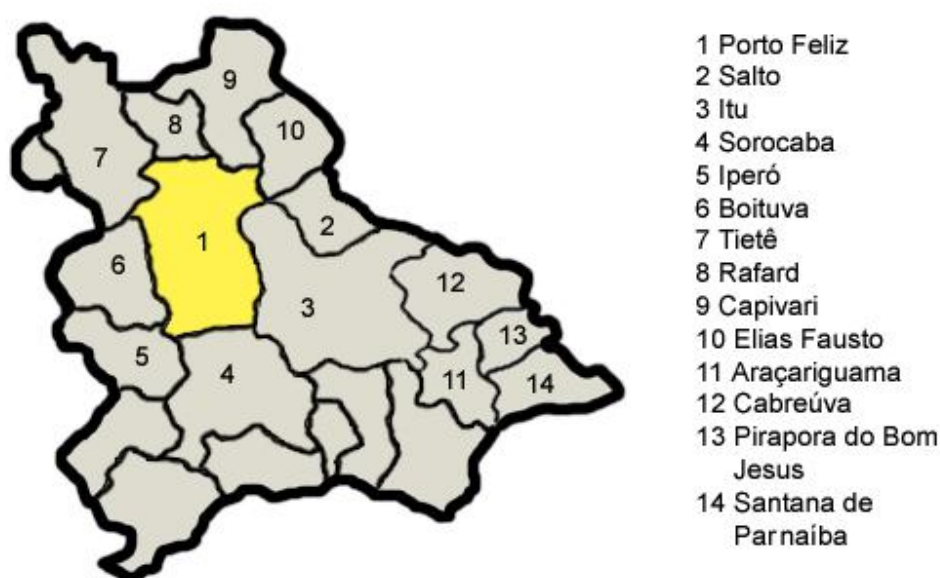


Fig. 81 – Municípios da região de Porto Feliz.

O nexos entre, a título de exemplo, o casario de Santana de Parnaíba e o de Itu, que remetem aos tempos coloniais, e o Porto do Aratiguaba, em Porto Feliz, precisa ser melhor trabalhado. Ou entre o Memorial do Rio Tietê, que se inaugura em Salto (e onde as monções recebem tratamento privilegiado) e o referido parque, em Porto Feliz. Ou ainda entre os Parques do Varvito e da Rocha Moutonnée (Itu e Salto, respectivamente) e o paredão salitroso, em Porto Feliz. Num outro viés, Porto Feliz pode ter uma parceria igualmente interessante com Tietê, se estribada na cultura caipira, lá favorecida pelo ícone Cornélio Pires.

Voltando-se à questão da localização geográfica, resulta claro que o município de Porto Feliz é grande interessado na integração. Isso o remete à necessidade de tomar a iniciativa na concretização de protocolos de ação conjunta, de investimento

consorciado, de criação e veiculação publicitária compartilhada. Sem prejuízo, é claro, das suas ações isoladas.

Para a efetivação desses caminhos, porém, torna-se indispensável a adoção de uma política de desenvolvimento turístico de caráter mais profissional. As ações de planejamento, articulação intermunicipal e divulgação não podem ficar à mercê de eventos ocasionais ou visões que dispensam a coleta de dados, o traçado de metas e o recurso a métodos experimentados em situações congêneres. Vale dizer, o desenvolvimento do turismo – e da proposta regional – carece de uma clara opção política e dos investimentos naturalmente reclamados.

Portanto devem integrar as ações de longo prazo:

- 1- Promover o desenvolvimento do turismo regional integrado.
- 2- Estudo do complexo do Engenho Central – visando proposta de sua revitalização, alternativas de uso, projeto de adequação ao novo uso proposto; projeto de restauração, manutenção e monitoramento de uso.
- 3- Recuperação do Parque das Monções, requalificação e inserção em programas vinculados a programas de Turismo Regional.
- 4- Recuperação e inserção das Fazendas do Município e a paisagem rural a programas de visitação vinculados a programas de Turismo Regional.
- 5- Recuperação do Rio Tietê; promoção de seu uso sustentável; preservação das suas áreas lindeiras, com especial atenção ao trecho que margeia o núcleo urbano, resguardando as visuais a partir do Porto, mirantes, belvederes, e pontos de contemplação. Integração a programas de Turismo Regional.

5.4 – Algumas sugestões de Projetos e Temas da Cultura de Porto Feliz

Identificamos, nos levantamentos realizados, possibilidades de temas conectos à história do município com potencialidades as mais diversas. Estes temas poderão e deverão ser desdobrados em levantamentos históricos, histórico - arquitetônicos, propostas de preservação de bens móveis e imóveis, palestras, seminários, exposições, livros, revistas, folders, cds, *sites*, filmes, documentários, performances, passeios, percursos, expedições, entre outros.

Respaldados nos levantamentos, listamos abaixo - apenas como exemplo nos itens de 1 a 9 - alguns temas que, adequadamente desenvolvidos e pesquisados, serão fundamentais e extremamente úteis para a formação e enriquecimento do acervo de conhecimento sobre o patrimônio histórico de Porto Feliz. No item 10, desenvolvemos uma sugestão a ser implantada imediatamente.

- 1- Toledo Piza e as paisagens regionais.
- 2- A pintura da paisagem regional.
- 3- A Expedição Langsdorff e Porto Feliz.
- 4- Hercules Florence e a pintura de paisagem de Porto Feliz.
- 5- Rotas marítimas, terrestres e fluviais: entre o Atlântico, Porto Feliz e Cuiabá.
- 6- O parque das Monções.
- 7- O paredão Salitroso.
- 8- Arquitetura rural: fazendas e engenhos da região.
- 9- Publicação do Inventário “Arquiteturas do Açúcar”, realizado pelo Condephaat em 1977.
- 10- Criação de comunicação visual mediante a adoção de painéis dentro da idéia de “museu de rua” ou “museu percurso”, que atendessem os o conjunto de bens de valor cultural do município, como por exemplo, o Largo da Penha, com a antiga alfândega real (Bar do Belini), hoje identificada por placa extremamente acanhada e lacônica. Seria o caso de dispor na praça ilustrações, mapas e textos que realmente dessem ao visitante o entendimento acerca do sistema de fisco português à época das navegações fluviais. Além de narrar as transformações urbanas daquele local.

O mesmo vale para a praça fronteira à Matriz Nossa Senhora Mãe dos Homens, para o próprio templo, para o antigo Engenho Central, a antiga Tecelagem Nossa Senhora Mãe dos Homens e outros espaços.

São providências que, apesar de reclamarem profissionalismo, são relativamente simples e pouco onerosas. Têm o dom de integrar migrantes e pessoas das mais diversas procedências a um discurso referencial da cidade. Têm o dom de auxiliar leituras comunitárias e reflexões acerca do passado, do presente e do caráter mutável do espaço urbano. Ou seja, são ferramentas que podem auxiliar no processo de coesão social.

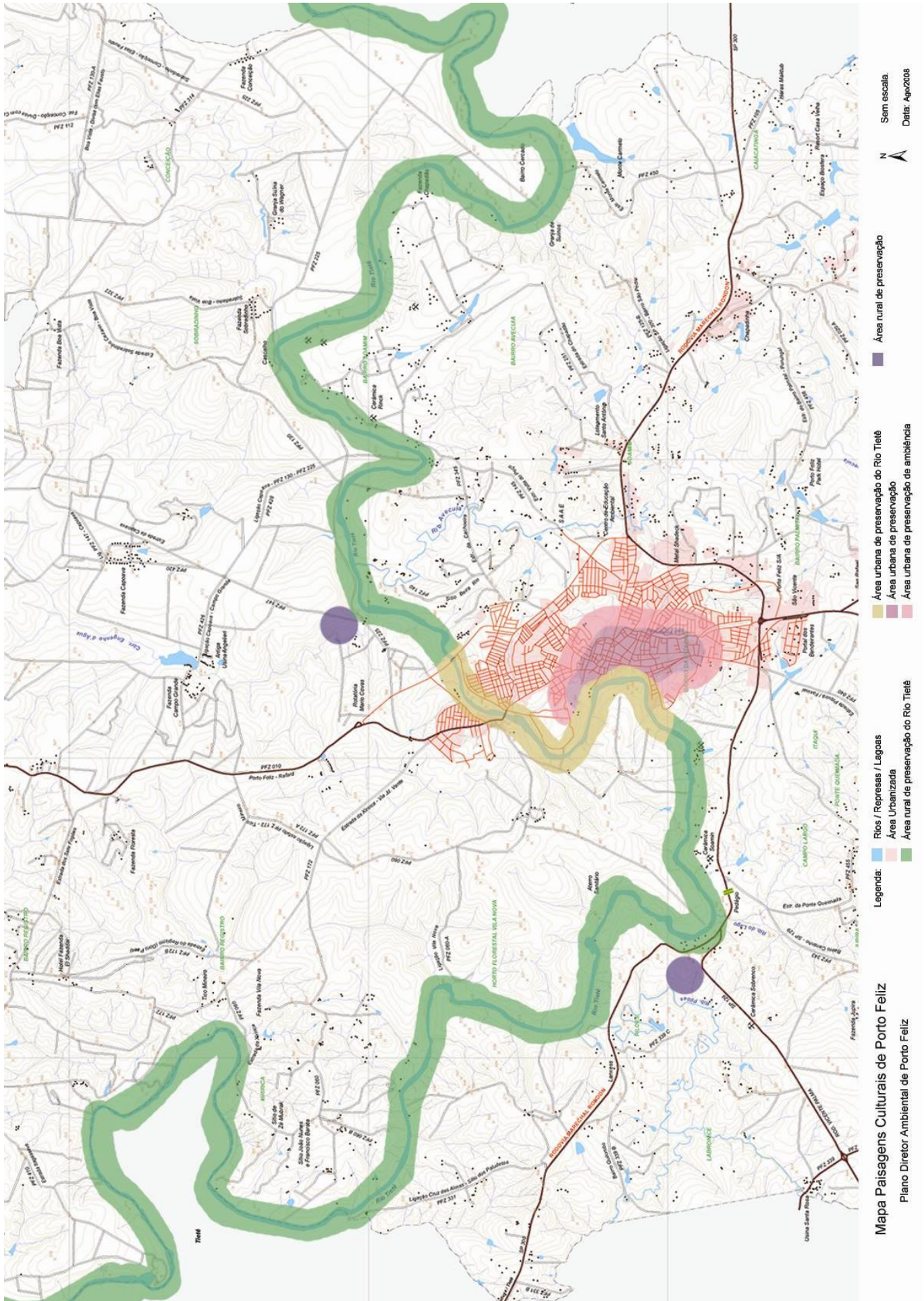
5.5 - Legislação

Propomos estratégias de ação no plano federal, estadual e municipal a curto, médio e longo prazo, fruto de iniciativas e convênios que envolvam programas dos Ministérios da Cultura, de Planejamento, da Educação e do Turismo e as Secretarias de Estado e do Município afins, prevendo:

- criação de legislação municipal de proteção aos bens culturais;
- inventários de bens materiais e imateriais;
- estudos diagnosticando as potencialidades de bens materiais e imateriais inventariados para a exploração econômica e turística;
- projetos de restauração/ recuperação/ reinserção;
- formulação de projetos para tombamento de "paisagens culturais" de Porto Feliz;
- formulação de programa estratégico para valorização do Centro Histórico de Porto Feliz;
- formulação de programa estratégico de valorização do Parque das Monções;
- projeto e desenvolvimento de caderno de orientação ao tratamento de fachadas, reformas e manutenção, dirigido aos proprietários de edificações na área central de Porto Feliz;
- projetos de revitalização, adequação e novos usos a antigos edifícios;
- projetos e programas de manutenção e visitação pública, quando tratarem-se de bens arquitetônicos com algum significado maior;
- projetos referidos aos Museus da cidade;
- implementação de circuitos de turismo cultural intermunicipal, integrando Porto Feliz a programas e redes de visitação já existentes na região ou de iniciativa de seus vizinhos;
- proposição, formulação de projeto e criação de novos circuitos de visitação intermunicipal integrando as propostas oriundas de Porto Feliz a novos programas, não necessariamente de seus vizinhos: por exemplo, do Atlântico (Santos, o porto, a Calçada do Lorena, até - São Paulo, de SP até Sorocaba e Porto Feliz (caminho por terra, tropa de mulas) - o porto, a hidrovia, as expedições pelo Rio Tietê até Cuiabá;
- proposição, formulação de projeto e criação de programas de formação de

quadros de guias de turismo cultural: jovens e aposentados;

- Criação do Centro Comunitario e Cultural de Porto Feliz (valendo-se da Lei 11.646 de 2008, para cidades com até 100.000hab – Porto feliz possui cerca de 51.000hab.) – que, lançamos a idéia, poderia ser Engenho Central.



5.7 - Anexos

Reproduzimos algumas leis referidas no presente relatório que, ao lado da legislação federal e estadual e aos mecanismos de incentivo à cultura consolidados (em particular a Lei Rouanet), poderão ser úteis ao estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural de Porto Feliz.

Mudança na Lei Rouanet beneficia Cidades Pequenas

A recente inclusão da alínea "h" no art. 18 da Lei Rouanet feita pela lei 11.646 de 2008 estendeu o benefício fiscal à cultura para a construção e manutenção de salas de cinema e teatro em cidades com até 100 mil habitantes.

A proposta do Senador Aloizio Mercadante tramitava no Congresso desde 2005, e foi sancionada em 10 de Março de 2008. Em seu endereço na internet, o Senador discorre sobre a precária estrutura cultural do interior do país. Segundo ele, "cerca de 73% dos municípios têm menos de 20 mil habitantes e não possuem cinema e teatro".

A alteração da Lei Rouanet estimulou os proprietários de salas de cinema do interior, que possuem além de valor cultural, um grande valor histórico. Os habitantes de pequenas cidades que precisam se deslocar para cidades maiores para assistir a uma sessão, também estão otimistas. A medida visa democratizar o acesso ao cinema, que funciona como meio de formação cultural.

O momento é propício também porque a produção cinematográfica nacional está em crescente expansão e cada vez mais popular, chegando a fazer frente à bilheteria de superproduções internacionais.

Os benefícios fiscais aumentam a possibilidade de executar iniciativas culturais. Com os incentivos fiscais, fica mais vantajoso e mais rentável investir cultura, o que pode ser visto pelo crescimento de alguns setores após a criação da Lei de Incentivo.

No caso das salas de cinema é mais interessante ainda, pois o benefício do patrocinador é integral, o que significa que o investimento será integralmente abatido no IR a recolher.

Para os interessados sugerimos uma visita ao site do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para conferir o número de habitantes da cidade. Para acessar: www.ibge.gov.br

Informamos também que a legislação alterada está disponível em nosso site: www.leidepatrocinio.com.br

Maiores informações; contate-nos.

Permanecemos na torcida pelo sucesso

Carolina Viga

Equipe Lei de Patrocínio

TEXTO FINAL APROVADO PELA COMISSÃO de EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 298, DE 2004

Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

.....

§ 3º

.....

h) construção e manutenção de salas de cinema e teatro, que poderão funcionar também como centros culturais comunitários, em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Informações sobre regionalização do Turismo disponíveis no site do Ministério do Turismo:

Disponível em: < <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao> >. Acesso em 10/08/2008.

Macroprograma: Regionalização do Turismo - SNPTur/SNPDTur

O macroprograma de Regionalização do Turismo é balizado pela segmentação – da oferta e da demanda – como uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as peculiaridades e especificidades de cada região. A oferta turística adquire maior significância e identidade pela qualidade e originalidade da produção artesanal, industrial e agropecuária local, capaz de agregar valor ao produto turístico.

Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil

É um dos principais elementos da execução da política do turismo e referência para todas as ações do Ministério, mapeou 200 regiões turísticas no Brasil, envolvendo 3.819 municípios. O referido programa foi lançado em abril de 2004 e propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no País e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo 2007/2010, especialmente no que tange a meta de nº 3: “Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional”.

Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização

O programa integra um conjunto de projetos e ações relacionados ao planejamento das regiões turísticas nas 27 Unidades Federadas. Contempla desde atividades de articulação, sensibilização e mobilização até a elaboração e implementação dos planejamentos estratégicos das regiões turísticas. Tem efetiva atuação por meio da institucionalização de instâncias de governança regionais, na formação de redes e na monitoria e avaliação do processo de regionalização em âmbito municipal, estadual e nacional, com destaque para as ações integradas com países vizinhos.

informações:

planos@turismo.gov.br

Informações: promocao@turismo.gov.br

Principais Ações Relacionadas:

- Economia da Experiência
- Inventário da Oferta Turística
- Planejamento e Gestão Regional do Turismo
- 65 Destinos Indutores
- Rede Cooperação Técnica para a Roteirização

Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo

Os programas regionais de desenvolvimento do turismo têm como objetivo a estruturação das áreas turísticas de cada região de forma a beneficiar a população residente pela dinamização da atividade turística.

Visa à implantação de infra-estrutura turística tendo em vista o desenvolvimento integrado das áreas prioritárias identificadas pelos estados. O programa aborda uma gama de ações: elaboração de planos diretores participativos municipais, fortalecimento da gestão administrativa e fiscal do município, da gestão do turismo dos estados e municípios, de capacitação de mão-de-obra e empresarial, estudos de mercado turístico, planos de gestão ambiental, planos de marketing, intervenções em infra-estrutura de transporte, de saneamento ambiental, de conservação de patrimônio histórico e ainda promover o desenvolvimento local e a qualidade de vida para a população.

Divide-se em quatro programas que atendem diferentes regiões: PRODETUR NE II, que agrupa os estados da Região Nordeste e o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo; PRODETUR SUL, que engloba os estados da Região Sul e o estado de Mato Grosso do Sul; PROECOTUR, engloba os estados brasileiros da Amazônia Legal; e o PRODETUR JK, que atenderá os estados da Região Sudeste, Goiás e Distrito Federal. Cada região conta com o programa em desenvolvimento em diferentes fases.

PRODETUR NORDESTE II conta com recursos de financiamento internacional – BID – para sua implementação.

PRODETUR SUL vem sendo executado com recursos do governo federal.

PROECOTUR, em sua Fase I, está focado no planejamento estratégico visando ao desenvolvimento do ecoturismo na região.

PRODETUR JK encontra-se em fase de estudos e preparação.

PRODETUR NACIONAL

Devido à abrangência do PRODETUR NACIONAL, o MTur negocia com o BID uma linha de crédito na qual os estados interessados em desenvolver o programa solicitam recursos diretamente ao BID, sob os auspícios do marco conceitual do programa para sua região.

Caberá ao Ministério do Turismo, além da alocação da contrapartida federal ao programa, o apoio técnico aos estados na preparação de suas propostas e a execução de ações regionais e nacionais.

Principais Ações Relacionadas:

PRODETUR: Fortalecimento da Capacidade de Gestão do Turismo

Lei Estadual nº 12.268, de 20 de fevereiro de 2006

Institui o Programa de Ação Cultural - PAC, e dá providências correlatas

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado de São Paulo, o Programa de Ação Cultural - PAC, que será implementado pela Secretaria de Estado da Cultura.

Artigo 2º - São objetivos do PAC:

I - apoiar e patrocinar a renovação, o intercâmbio, a divulgação e a produção artística e cultural no Estado;

II - preservar e difundir o patrimônio cultural material e imaterial no Estado;

III - apoiar pesquisas e projetos de formação cultural, bem como a diversidade cultural;

IV - apoiar e patrocinar a preservação e a expansão dos espaços de circulação da produção cultural.

Artigo 3º - O PAC será constituído pelas seguintes receitas:

I - recursos específicos, fixados pela Secretaria de Estado da Fazenda, e consignados no orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura, aqui denominados "Recursos Orçamentários";

II - recursos do Fundo Estadual de Cultura criado pela Lei nº 10.294, de 3 de dezembro de 1968;

III - recursos provenientes do Incentivo Fiscal de que trata o artigo 6º da presente lei.

Artigo 4º - Os recursos do PAC serão destinados a atividades culturais independentes, de caráter privado, nos seguintes segmentos:

I - artes plásticas, visuais e design;

II - bibliotecas, arquivos e centros culturais;

III - cinema;

IV - circo;

V - cultura popular;

VI - dança;

VII - eventos carnavalescos e escolas de samba;

VIII - "hip-hop";

IX - literatura;

X - museu;

XI - música;

XII - ópera;

XIII - patrimônio histórico e artístico;

XIV - pesquisa e documentação;

XV - teatro;

XVI - vídeo;

XVII - bolsas de estudo para cursos de caráter cultural ou artístico, ministrados em instituições nacionais ou internacionais sem fins lucrativos;

XVIII - programas de rádio e de televisão com finalidades cultural, social e de prestação de serviços à comunidade;

XIX - projetos especiais - primeiras obras, experimentações, pesquisas, publicações, cursos, viagens, resgate de modos tradicionais de produção, desenvolvimento de novas tecnologias para as artes e para a cultura e preservação da diversidade cultural;

XX - restauração e conservação de bens protegidos por órgão oficial de preservação;

XXI - recuperação, construção e manutenção de espaços de circulação da produção cultural no Estado.

Artigo 5º - Constituirão receitas do Fundo Estadual de Cultura:

I - dotação orçamentária própria;

II - doações e contribuições dos governos federal, estaduais e municipais, de autarquias e de sociedades de economia mista;

III - doações e contribuições das pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

IV - repasses de organismos nacionais e internacionais, baseados em convênios;

V - juros de depósitos ou operações de crédito do próprio Fundo Estadual de Cultura;

VI - vetado;

VII - quaisquer outras receitas que legalmente incorporam-se ao Fundo Estadual de Cultura.

Artigo 6º - O contribuinte do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS poderá, nos termos e condições estabelecidos pelo Poder Executivo, destinar a projetos culturais credenciados pela Secretaria de Estado da Cultura parte do valor do ICMS a recolher, apurado nos termos do artigo 47 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989.

§ 1º - A concessão do incentivo fiscal previsto neste artigo deverá:

1 - observar o disposto na alínea "g" do inciso XII do § 2º do artigo 155 da Constituição Federal;
2 - ficar limitada a até 0,2% (dois décimos por cento) da parte estadual da arrecadação anual do ICMS relativa ao exercício imediatamente anterior, relativamente ao montante máximo de recursos disponíveis, a ser fixado em cada exercício pela Secretaria de Estado da Fazenda, para captação aos projetos credenciados pela Secretaria de Estado da Cultura em cada exercício.

§ 2º - Para fins de apuração da parte do valor do ICMS a recolher que poderá ser destinada aos projetos culturais de que trata o "caput", serão fixados, por meio de decreto, percentuais aplicáveis ao valor do saldo devedor do ICMS apurado pelo contribuinte, devendo esses percentuais variar de 0,01% (um centésimo por cento) a 3,0% (três por cento), de acordo com escalonamento por faixas de saldo devedor anual.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica a contribuinte que não esteja em situação regular perante o Fisco, no que se refere ao cumprimento das obrigações principal e acessórias, e não satisfaça os requisitos estabelecidos pelo Poder Executivo.

Artigo 7º - Para as propostas de conteúdo artístico-cultural, com destinação exclusivamente pública para efeitos desta lei, considera-se:

I - projeto cultural: a proposta de conteúdo artístico-cultural, com destinação exclusivamente pública, e de iniciativa da produção independente, que receberá os benefícios do PAC;

II - gestor ou promotor: pessoa física ou jurídica responsável pelo projeto ou pelo seu desenvolvimento;

III - patrocinador: pessoa jurídica, contribuinte tributário de ICMS, que apoiar financeiramente projeto cultural.

Artigo 8º - Poderão apresentar projetos, como pessoa física, o próprio artista ou detentor de direitos sobre o seu conteúdo e, como pessoa jurídica, empresas com sede no Estado que tenham como objeto atividades artísticas e culturais, e instituições culturais sem fins lucrativos.

Parágrafo único - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica a órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, federal, estaduais e municipais, as quais poderão ser apenas beneficiárias de projetos referentes a atividades artísticas e culturais.

Artigo 9º - Fica vedada a utilização dos recursos do Incentivo Fiscal de que trata o artigo 6º para projetos em que seja beneficiária a empresa patrocinadora, bem como seus proprietários, sócios ou diretores, seus cônjuges e parentes em primeiro grau.

§ 1º - A utilização de recursos na forma prevista no "caput" deste artigo sujeitará a empresa patrocinadora ao cancelamento dos benefícios desta lei, com prejuízo dos valores eventualmente já depositados.

§ 2º - O disposto no "caput" deste artigo não se aplica aos projetos de conservação ou restauração de bens protegidos por órgão público.

Artigo 10 - Caberá ao Conselho Estadual de Cultura discutir e propor políticas públicas para o Estado na área de Cultura, bem como normas e diretrizes gerais da aplicação dos recursos da presente lei.

Artigo 11 - Os recursos consignados no orçamento anual da Secretaria de Estado da Cultura, previstos no inciso I do artigo 3º desta lei - "Recursos Orçamentários", têm como finalidades o apoio à pesquisa, criação e circulação de obras e atividades artísticas e culturais por meio de:

I - projetos artísticos e culturais propostos por pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem fins lucrativos, e que tenham residência ou sede no Estado;

II - programas públicos estabelecidos em leis municipais que, por meio de concursos públicos, destinem recursos no orçamento do município para projetos de artistas e produtores culturais locais.

Parágrafo único - Fica vedada a concessão dos recursos de que trata o "caput" deste artigo a:

1. obras, produtos, eventos ou quaisquer projetos destinados a circuitos ou coleções particulares;

2. institutos, fundações, ou associações vinculadas a organizações privadas que tenham fins lucrativos e não tenham na arte e na cultura uma de suas principais atividades;

3. qualquer órgão, despesa ou projeto da administração pública direta ou indireta, seja ela municipal, estadual ou federal.

Artigo 12 - vetado.

Parágrafo único - vetado.

Artigo 13 - Anualmente, a Secretaria de Estado da Cultura poderá utilizar até 3,5% (três e meio por cento) dos recursos do PAC para pagamento dos membros das Comissões, hospedagem, transportes, consultorias e pareceres técnicos, contratações de serviços, operação da conta bancária e exigências legais decorrentes, divulgação, conferência estadual da cultura, pré-conferências e demais despesas necessárias à administração do PAC.

Artigo 14 - A participação dos projetos de produção cultural para obtenção de patrocínio com verba dos "Recursos Orçamentários" realizar-se-á por meio de editais públicos definidos pelo Conselho Estadual de Cultura.

Artigo 15 - Para inscrever o projeto no PAC, o proponente terá que comprovar domicílio ou sede no Estado há pelo menos 2 (dois) anos da data da inscrição.

Artigo 16 - A seleção dos projetos de produção cultural a serem beneficiados com verbas dos "Recursos Orçamentários" será feita por comissões julgadoras em cada área, designadas pelo Secretário de Estado da Cultura, composta cada uma por 5 (cinco) membros de notório saber na área de atuação definida pelo respectivo edital, na seguinte conformidade:

I - 2 (dois) membros escolhidos pelo Secretário de Estado da Cultura, que indicará entre eles o Presidente e Vice-Presidente;

II - 3 (três) membros escolhidos pelo Secretário de Estado da Cultura por meio de listas de nomes indicados por entidades artísticas do Estado.

Artigo 17 - vetado:

I - vetado;

II - vetado;

III - vetado.

Artigo 18 - Deverá constar de todo material de divulgação ou indicação dos projetos beneficiados por esta lei, o seguinte texto: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL DA SECRETARIA DE CULTURA, ou outra forma que a Secretaria de Estado da Cultura indicar.

Artigo 19 - Os proponentes e seus responsáveis, que forem declarados inadimplentes em razão da inadequada aplicação dos recursos recebidos, ou pelo não-cumprimento do contrato, não poderão celebrar qualquer outro ajuste ou receber recursos do Governo do Estado por um período de 5 (cinco) anos.

Artigo 20 - Fica criada na Secretaria de Estado da Cultura a Comissão de Análise de Projetos - CAP, a ser constituída pelo Secretário de Estado da Cultura, com a finalidade de analisar e deliberar sobre os projetos culturais destinados à obtenção do incentivo fiscal previsto no inciso III, do artigo 3º desta lei.

§ 1º - A CAP será composta, de forma paritária, por servidores públicos e representantes da sociedade civil.

§ 2º - A Presidência da CAP será exercida por representante da Secretaria de Estado da Cultura, indicado pelo titular da Pasta.

Artigo 21 - Fica criado na Secretaria de Estado da Cultura, diretamente subordinado ao Gabinete do Secretário, o Núcleo de Gerenciamento dos projetos destinados à obtenção dos benefícios do Incentivo Fiscal de que trata o artigo 6º desta lei.

Parágrafo único - O Núcleo de Gerenciamento de que trata este artigo será constituído por servidores da Secretaria designados para estas atividades pelo Secretário de Estado da Cultura.

Artigo 22 - Fica instituída no Estado a Conferência Estadual de Arte e Cultura, que tem como objetivo organizar o debate, visando sistematizar demandas, propostas e diretrizes de políticas públicas que ampliem e consolidem o processo cultural no Estado.

Parágrafo único - A Conferência Estadual de Arte e Cultura, sob coordenação do Conselho Estadual de Cultura, será realizada a cada 2 (dois) anos, no Estado, e será precedida de pré-conferências.

Artigo 23 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar de sua publicação.

Artigo 24 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 25 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 8.819, de 10 de junho de 1994.

Palácio dos Bandeirantes, aos 20 de fevereiro de 2006.

Geraldo Alckmin

João Batista de Andrade

Secretário da Cultura

Luiz Tacca Júnior

Secretário da Fazenda

Arnaldo Madeira

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 20 de fevereiro de 2006.

Referências bibliográficas

ALINCOURT, L. d'. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.

BELMONTE. *No Tempo dos Bandeirantes*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, s/d.

CAMPOS, J. *Porto Feliz Histórico*. Itu: Ottoni, 2003.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: Editora Unesp, 2001.

COSTA, Antonio Gilberto; RENGGER, Friedrich Ewald; et all. *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

DANIELI, Maria Isabel Basílico Célia. Economia mercantil de abastecimento e rede tributária: São Paulo séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico. Área de concentração História Econômica) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. Campinas, SP: [sn], 2006.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas – de 1825 a 1829*. São Paulo: Melhoramentos, 1941.

HOLANDA. Sérgio Buarque de. *Monções*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

KOK, Glória. O sertão itinerante: expedições da capitania de São Paulo no século XVIII. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2004.

LANGSDORFF, Georg Heinrich von. *Os Diários de Langsdorff*. Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.). v. II. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff, 1997

LEITE, José Roberto Teixeira. *Dicionário crítico da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Artlivre, 1988.

LEMOS, Carlos A. C. *O patrimônio arquitetônico paulistano*. Folha de São Paulo. Opinião: tendências/debates. 16 mar. 2004.

LISANTI FILHO, LUÍS. *Comércio e Capitalismo: O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. (O exemplo de três vilas paulistas – Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798 – 1828/9)*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 1962.

MARTINS, Neide Marcondes. O Partido arquitetônico rural de. Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista no século XIX: Um estudo comparativo. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978.

MARTINEZ, Paulo Henrique - organizador. História ambiental paulista: temas, fontes, métodos.- São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

MELLO NÓBREGA. *História do Rio Tietê*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981.

MICELI, Paulo, (texto e curadoria de). O Tesouro dos Mapas. A Cartografia na Formação do Brasil. São Paulo, Banco Santos, 2002.

NARDY FILHO, Francisco. *A Cidade de Itu*. Itu: Editora Ottoni, 2000.

OLIVEIRA, Marcela Marrafon de. Paquequer, São Francisco e Tietê: as imagens dos rios e a construção da nacionalidade. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: [sn], 2007.

PARDIN, Sonia Leni Chamon. Imagens de um rio: um olhar sobre a iconografia do rio Tietê. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP: [sn], 2005.

RICCI, Magda Maria de Oliveira. *Nas Fronteiras da Independência. Um Estudo Sobre os Significados da Liberdade na Região de Itu (1779-1822)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 1993.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial (curadoria e pesquisa); colaboradores, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentino Bruna. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins, 1940.

SETUBAL, Maria Alice. *TERRA PAULISTA: historia, arte, costumes*. São Paulo: CENPEC: Imprensa Oficial do Estado, 2005.

SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: Notas de Um Naturalista*. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

SOUZA, Jonas Soares de (org.). *Araritaguba: O Porto Feliz*. Porto Feliz, SP : Edição Semana das Monções, 1979.

_____. O centenário do engenho central de Porto Feliz, 1878-1978. São Paulo: Universidade de São Paulo, Museu Paulista, 1978.

SPIX, J.B. e MARTIUS, C.F.P. von. *Viagem Pelo Brasil*. Tomo I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938

TAUNAY, Affonso d'Escragnoille. *História das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Ed. Melhoramentos, s/d.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole (intr., colet. e notas). *Relatos Monçoeiros, Biblioteca Histórica Paulista, vol. IX*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação Pela Província de São Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953

ZINI, Scarpin Angelo. *Ytu*. Itu: Ed. Ottoni, 1995.

Fontes Documentais

Biblioteca e Acervo de Documentação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Biblioteca Nacional (consulta por meio eletrônico).

Fundação Itaú Cultural (consulta por meio eletrônico).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (consulta por meio eletrônico).

Museu Paulista da USP (consulta por meio eletrônico).